

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Maria Cecília Camargo Pereira

Experiências Autogestionárias no Brasil e na
Argentina

Campinas, março de 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Experiências Autogestionárias no Brasil e na Argentina

Autora: Maria Cecília Camargo Pereira

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia de Paula Leite

**Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação defendida por Maria Cecília Camargo
Pereira e aprovada pela Comissão Julgadora.**

Data: 27/02/2007.

Assinatura da orientadora: _____

Comissão Julgadora:

2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

P414j Pereira, Maria Cecília Camargo
Experiências autogestionárias no Brasil e Argentina / Maria Cecília
Camargo Pereira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador : Márcia de Paula Leite.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Trabalho. 2. Cooperativas. 3. Autogestão. 4. Incubadoras I. Leite,
Márcia de Paula. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

06-807-BFE

Título em inglês: Self-managing experiences in Brazil and Argentina

Keywords: Work ; Cooperatives ; Self management ; Incubators

Área de concentração: Ciências Sociais em Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Profa. Dra. Márcia de Paula Leite (orientadora)

Prof. Dr. Jacob de Carlos Lima

Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro de Araújo

Data da defesa: 2007

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : cecilia@itcp.unicamp.br

Dedicatória

Dedico este trabalho a meus pais, Eunice e Dircélio,
pelo incondicional apoio às minhas escolhas militantes
e pelo exemplo de vida. Amo vocês.

A meus irmãos, Mateus e Mariana, pelas histórias
vivas.

Ao Fábio, companheiro.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras das
cooperativas estudadas, pela vontade incansável de
vencer as lutas em meio a tantas barreiras quase
intransponíveis.

Agradecimentos

Agradeço a meus pais, Eunice e Dircélio, pela compreensão e pelo apoio sempre afetuoso.

E também ao Fábio, pela paciência e carinho.

Aos companheiros e companheiras do Coletivo Socialista Rosa do Povo, pelas alegrias, lutas, desafios e aprendizagens cotidianas.

A Mari Cestari, pelas conversas sempre politizadas e esclarecedoras.

Às amigas de “sempre”: Suzana, TatiS e Mônica, por entenderem meus “sumiços” e sempre estarem por perto.

Aos colegas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP pelo trabalho incansável.

Agradeço a Lili, Bélgica e Vick, por compartilharem comigo ótimos momentos em Buenos Aires.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof^a Márcia Leite, principalmente pela compreensão demonstrada em alguns momentos difíceis. Agradeço também pela paciência e pela disposição para discutir o assunto da pesquisa, onde, muitas vezes, meu envolvimento com o tema interferia negativamente no trabalho que deveria ser desenvolvido.

À Prof^a Nora Krawczyk, pelo apoio e incentivo para a realização do intercâmbio na Argentina.

À Hector Palomino, pelo modo carinhoso como me recebeu em Buenos Aires e também pelo esforço em me ajudar na pesquisa.

Aos professores Aparecida Néri de Souza e Jacob Lima, pelas valiosas observações na banca de qualificação.

Aos funcionários da Faculdade de Educação, pela paciência e prontidão com que nos recebem e nos apóiam durante a “jornada”. Agradeço especialmente a Gi e Nadir pela atenção.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

E por fim, gostaria de agradecer aos trabalhadores e trabalhadoras que carinhosamente contribuíram com a pesquisa. Agradeço a todos e todas pela confiança com

que me receberam e pela disposição em mostrar que a luta política está “apenas começando”.

PEREIRA, M. C. C. : *Experiências Autogestionárias no Brasil e na Argentina*. 2007. 165 f. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Resumo

Nesta dissertação discutimos em que medida experiências de cooperativismo no Brasil e Argentina se configuram enquanto alternativas de geração de trabalho e renda que permitem aos trabalhadores experiências de trabalho autônomo.

Para tanto, analisamos duas cooperativas populares na cidade de Campinas, criadas a partir da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP e seis cooperativas populares na cidade de Buenos Aires, formadas a partir de empresas recuperadas.

Essas experiências foram analisadas a partir de movimentos mais amplos nos quais elas se inserem, a saber, o movimento de Economia Solidária no Brasil e de Economia Social na Argentina.

Não se trata, portanto, de uma comparação entre cooperativas brasileiras e argentinas, mas sim de movimentos.

O trabalho de campo nos aponta para dois movimentos diferenciados, com características bastante distintas: no caso do Brasil, um movimento mais voltado para a geração de trabalho e renda, ainda que com dificuldades até para sua própria manutenção; no caso da Argentina, um movimento que extrapola a geração de renda, em direção a um trabalho mais participativo, mais democrático e mais autônomo.

Palavras-chave: Trabalho; Cooperativas; Autogestão; Incubadoras.

Summary

This work discusses experiences of cooperatives in Argentina and Brazil and the extent to which these experiences represent an alternative to job creation and income generation in which workers have autonomy.

With this goal in mind, we analyzed two cooperatives in Campinas, Brazil that were created with the support of (a cooperative incubator associated with UNICAMP (Universidade de Campinas) - and six cooperatives in Buenos Aires, Argentina created from bankrupted companies.

These experiences were analyzed from a broader perspective, taking into account the larger social movements to which they were a part of: the Economy of Solidarity in Brazil and the Social Economy in Argentina.

This work is not a comparison between the Brazilian and Argentine cooperatives. It is, in fact, a comparison of the two social movements.

The field work indicates that these are two very different movements with very different characteristics. In the case of Brazil, The Economy of Solidarity focuses on income and job creation, despite the difficulties for its own survivor. In the case of Argentina, the focus goes beyond income generation towards a workplace that is more participative, democratic and autonomous.

Key words: Work; Cooperatives; Management collective; incubator.

SUMÁRIO

Apresentação	13
Metodologia da Pesquisa	15
Introdução	17
O movimento de Economia Solidária no Brasil.....	17
O movimento de Economia Social na Argentina.....	24
Capítulo 1 - Globalização, Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho	29
1.1 – O quadro internacional.....	29
1.2 – A experiência brasileira.....	32
Capítulo 2 - Economia Popular e Solidária: limites e possibilidades	37
Capítulo 3 - Apresentação e discussão da pesquisa - A Pesquisa	47
3.1 – As cooperativas analisadas.....	47
3.2 – A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, programa de extensão...	48
3.3 – As Cooperativas Incubadas.....	50
- Cooperativa Tatuapé.....	50
- Cooperativa Bonsucesso.....	54
3.4 – A centralidade da formação – planejamento e relatórios de atividades.....	63
3.5 - Comparação entre os dois grupos.....	64
Capítulo 4 - A Vivência dos Cooperados	67
Capítulo 5 - A Experiência na Argentina	87
5.1 – Histórico do surgimento das cooperativas.....	87
5.2 – Estudos de caso – a visão dos cooperados.....	91
Capítulo 6 - Cooperativismo e políticas públicas	113
6.1 – No Brasil.....	113
6.2 – A Visão dos Gestores no Brasil.....	117
6.2.1. As Políticas Públicas de Economia Solidária.....	118

6.2.2. A visão dos gestores.....	124
6.3 – A visão dos gestores na Argentina.....	138
6.3.1. Histórico das instituições.....	140
6.3.2. A opinião dos gestores.....	143
Considerações Finais	157
Bibliografia	161

Apresentação

O objetivo deste trabalho é discutir em que medida experiências de cooperativismo no Brasil e Argentina se configuram enquanto alternativas de geração de trabalho e renda que permitem aos trabalhadores experiências de trabalho autônomo.

Para tanto, analisaremos duas cooperativas populares na cidade de Campinas, criadas a partir da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP e seis cooperativas populares na cidade de Buenos Aires, formadas a partir de empresas recuperadas¹.

A vivência nesses grupos aconteceu a partir da atuação na ITCP/UNICAMP desde 2001 e em um intercâmbio realizado em Buenos Aires, a partir de um convênio realizado pela Faculdade de Educação da UNICAMP com a Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais – FLACSO. A ITCP é um programa de extensão universitária, criada em 2001. A partir de então, minha atuação neste programa vem sendo desenvolvida nos trabalhos de formação das cooperativas e na coordenação do mesmo.

Essas experiências serão analisadas a partir de movimentos mais amplos nos quais elas se inserem, a saber, o movimento de Economia Solidária no Brasil e de Economia Social na Argentina. No Brasil a representação do movimento de economia solidária faz-se a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, entidade composta por gestores públicos, órgãos de fomento à economia solidária e empreendimentos autogestionários. Já na Argentina, o movimento de economia social acontece a partir do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e do Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR), compostos por trabalhadores das empresas recuperadas do país.

Não se trata, portanto, de uma comparação entre cooperativas brasileiras e argentinas, mas sim de movimentos.

Torna-se importante esclarecer que o trabalho de campo foi realizado no Brasil em dois empreendimentos e na Argentina, em seis. Esta diferença deve-se ao fato de que, no início, o objetivo da pesquisa seria realizar um estudo comparativo a partir de duas experiências de formação de cooperativas na cidade de Campinas. Todavia, esse estudo sofreu alterações devido à possibilidade de realizar a pesquisa em Buenos Aires.

¹As empresas recuperadas são empreendimentos capitalistas que faliram e foram ocupados por trabalhadores a partir da autogestão.

O trabalho de campo nos aponta para dois movimentos diferenciados, com características bastante distintas: no caso do Brasil, um movimento mais voltado para a geração de trabalho e renda, ainda que com dificuldades até para sua própria manutenção; no caso da Argentina, um movimento que extrapola a geração de renda, em direção a um trabalho mais participativo, mais democrático e mais autônomo.

A dissertação estará organizada em uma primeira parte, teórica, voltada à discussão dos processos de globalização e reestruturação produtiva e suas implicações para o mercado de trabalho; uma segunda parte destinada ao debate sobre a Economia Solidária e suas dificuldades e potencialidades; e uma terceira parte voltada para a apresentação da pesquisa e discussão dos resultados do trabalho de campo².

² Esta versão é uma correção da dissertação apresentada na defesa, a partir das relevantes observações da banca (composta pelos docentes: Prof^a Dr^a Aparecida Néri de Souza e Prof^o Dr^o Jacob Carlos Lima), as quais busquei integrar na medida do possível às minhas reflexões.

Metodologia da Pesquisa

A metodologia da pesquisa foi distinta nos dois países estudados, tendo em vista as diferenças das experiências nacionais e, especialmente o fato de que a oportunidade de incluir o exemplo argentino se nos apresentou quando a pesquisa no Brasil já estava praticamente terminada. Nesse sentido, a pesquisa se iniciou com 2 cooperativas da ITCP/Unicamp no Brasil, enquanto na Argentina (devido à inexistência de experiências significativas de incubação), ela se centrou nas empresas recuperadas, o exemplo mais próximo das cooperativas estudadas no Brasil.

Nas cooperativas de Campinas, a pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, foi aplicado um questionário com questões fechadas com os trabalhadores, com o objetivo de traçar um diagnóstico dos grupos. Na segunda, foram feitas entrevistas através de um roteiro, cujo objetivo era verificar as concepções dos trabalhadores acerca do trabalho nas cooperativas. Já em relação aos gestores, a realização das entrevistas objetivava obter informações acerca da visão que eles possuíam sobre as políticas públicas voltadas a Economia Solidária.

Em Buenos Aires, a pesquisa foi realizada em apenas uma etapa, que consistiu na realização de entrevistas com os trabalhadores de seis empresas recuperadas. A distinção no número de empreendimentos deveu-se à facilidade de inserção nos grupos e a disponibilidade dos trabalhadores em participar da pesquisa.

O roteiro de entrevista usado junto aos trabalhadores sofreu modificações, devido às diferenças dos empreendimentos nos dois países.

Já em relação aos gestores de Buenos Aires, o roteiro foi o mesmo utilizado no Brasil.

Introdução

A busca de alternativas para a superação dos efeitos excludentes do capitalismo a partir de teorias e experiências baseadas na associação entre os trabalhadores e na autogestão não é nova. O cooperativismo surgiu no século XVIII, na Inglaterra, como resultado das lutas operárias que aconteceram após a 1ª Revolução Industrial.

Segundo Singer (2002), os trabalhadores ingleses, confrontados com a exclusão perpetrada pela Primeira e Segunda Revolução Industrial, adquiriram 3 formas distintas de resistência. A primeira, o Ludismo, consistia na resistência pura e simples às novas formas de produção, com a destruição das máquinas; a segunda foi a organização política dos trabalhadores, através de sindicatos e partidos, reivindicando melhores condições de trabalho e direitos políticos (é desta época a luta pelo sufrágio universal) e a terceira, foi a resistência a partir da organização econômica, criando cooperativas e outras formas de trabalho baseados na ajuda mútua. Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil, foi um dos ideólogos e militante desse novo modelo de organização do trabalho (Singer, 2002).

Foi também na Inglaterra que surgiu a primeira cooperativa de consumo, denominada Cooperativa de Rochdale, fundada em 1844. Os princípios que até hoje regem as cooperativas (apesar de algumas poucas mudanças ocorridas em congressos internacionais) vêm de Rochdale, que é considerada o marco fundador do cooperativismo. Esses princípios são: vínculo aberto e voluntário (livre – adesão); um membro, um voto; igualdade na participação econômica; autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso com a educação; intercooperação (Santos, 2002).

Quase concomitante à Inglaterra, na França, as iniciativas de formação de cooperativas datam de 1823, sendo incentivadas pelas teorias de Charles Fourier e Pierre Proudhon (Santos, 2002).

O movimento de Economia Solidária no Brasil

No Brasil, apesar de sua origem estar vinculada às lutas operárias do início do século XX³, até os anos 70 a existência de cooperativas esteve restrita a certos setores da

³ Para dar um exemplo, a própria cidade de Osasco, localizada na região metropolitana de São Paulo, tem sua origem ligada a um grupo de operários anarquistas que, depois de demitidos da companhia vidraçaria Santa

economia, especialmente ao mundo rural. Muitas vezes, estas cooperativas de produtores rurais não se constituíam em cooperativas autogestionárias, mas se utilizavam da forma jurídica de cooperativas para encobrir relações de subordinação ou no máximo promoviam uma cooperação tangencial no processo de produção, sem nenhum exercício democrático da gestão do empreendimento.

Foi a partir dos anos 80 do século XX que, no contexto do processo de redemocratização do Brasil, diversos setores da sociedade começaram a propor que a democracia não deveria ficar restrita ao mundo político institucional, mas necessitava se expandir para outras esferas da vida, particularmente no mundo do trabalho. É daí que passa a surgir todo um movimento na sociedade brasileira, no qual trabalhadores de diversos ramos de atividade iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos cooperativados.

“Para quem observa com atenção e interesse a realidade social do país, é cada vez mais perceptível o crescimento e a expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação”
(Gaiger,1999).

Como fruto desta “descoberta”, (re)surgem diversas formas de organizações cooperativas em diferentes setores de organização econômica, envolvendo diversos sujeitos sociais. Como exemplos, podemos citar as cooperativas criadas em assentamentos de reforma agrária pelo MST; os projetos de constituição de grupos coletivos de produção a partir do trabalho que a Cáritas Brasileira, entidade ligada a CNBB, desenvolve em comunidades e grupos populares; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, auxiliando na formação de cooperativas dos mais diversos ramos, em regiões da periferia dos grandes centros urbanos criadas pelas Universidades; as empresas que ao passar por processos de crise ou de situação falimentar são assumidas por seus trabalhadores, que

Marina em decorrência da participação em um movimento grevista, tentaram criar uma empresa de autogestão naquela localidade que depois veio a ser Osasco (RIZEK, 1998). Hoje, como herança provavelmente deste período, existe um bairro na cidade chamado Rochdale.

formam cooperativas para recuperá-las e geri-las coletivamente; nestes casos, os empreendimentos puderam contar com entidades de apoio vindas do mundo sindical, que criou a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Co-gestão (ANTEAG em 1994) e a Central de Cooperativas e empreendimentos de economia solidária (UNISOL/BRASIL em 1999), criada e apoiada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ou seja, o cooperativismo e outras formas de organização coletiva do trabalho baseadas no princípio da autogestão, são criados a partir do apoio de diferentes tipos de organização da sociedade civil.

Observe-se, todavia, que outro elemento importante no processo de criação de cooperativas no país foi a crise econômica que se abriu no início da década de 90, a partir da inserção do Brasil na globalização, com o Governo Collor. De fato, conforme ocorreu com outros exemplos internacionais, inclusive o da Argentina, a situação de crise levou muitas empresas à falência, e trabalhadores à perda de postos de trabalho e de condições de sobrevivência, despertando entre eles o interesse nesse tipo de empreendimento.

Todo este movimento adquiriu o nome de economia solidária. Como observa Singer (2000), a economia solidária pode ser definida como toda forma de organizar a produção, a circulação e o crédito, não pelos princípios capitalistas da competição, do individualismo, da hierarquia e da heterogestão, mas sim pelos princípios da solidariedade, da ajuda mútua, da democracia e da autogestão.

Contudo, podemos constatar a existência de empreendimentos cooperativados ou associados que são um engodo aos princípios da economia solidária e autogestão. Lima (1997, 1998, 2002), por exemplo, estuda estes casos na região Nordeste e constata que esses empreendimentos são formados com o objetivo de precarizar o trabalho e explorar o trabalhador. A “vantagem” em formarem cooperativas e associações seria o não pagamento dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que passa a receber por produção. Também Amorim (2003) chega a conclusão semelhante ao estudar o setor do vestuário na região de Campinas.

“A terceirização foi aprofundada não só por ter se difundido entre empresas de diferentes tamanhos, mas por ter suas distintas modalidades de subcontratação resgatadas e generalizadas como sendo a melhor alternativa para se obter

lucratividade em escala ampliada. Entre essas modalidades destacam-se a revitalização do trabalho domiciliar e a implantação de cooperativas. Como os salários pagos pelo setor de confecção já são baixos, os empregadores procuraram reduzir os custos com os encargos sociais e com os gastos da produção, transferindo-os para as trabalhadoras domiciliares ou para as trabalhadoras em cooperativas” (Amorim, 2003: 88, apud Leite, 2004).

Com o objetivo de visualizar o panorama atual das iniciativas de formação de empreendimentos econômicos solidários⁴ no Brasil utilizaremos o Atlas da Economia Solidária, que foi elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e publicado em 2006.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), secretaria vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi criada em junho de 2003 e vem desenvolvendo ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais.

Em 2004 implementou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Assim, está relacionado com os objetivos da política setorial do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, “crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais”, ao desenvolver políticas

⁴ Os empreendimentos econômicos solidários abrangem organizações cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) do meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a distribuição dos recursos; com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário (principais características dos Empreendimentos Solidários retiradas do Atlas da Economia Solidária no Brasil, pág. 13).

de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão (site: www.mte.gov.br).

De acordo com essa Secretaria, existem no Brasil 14.954 empreendimentos econômicos solidários, divididos na seguinte proporção: 44% na região Nordeste, 13%, no Norte, 14% no Sudeste, 12% no Centro Oeste e 17% na região Sul.

Quanto ao aspecto organizativo, os empreendimentos estão distribuídos em cooperativas⁵, associações⁶ e grupos informais⁷. A maioria deles está organizada sob a figura jurídica de associação (54%), em seguida estão os grupos informais (33%) e organizações cooperativas (11%). Na região Sudeste, os grupos informais são a maioria, totalizando 51% desses empreendimentos e as cooperativas correspondem a 15%. Observe-se, portanto, que as cooperativas constituem uma minoria pouco significativa, seja no conjunto do país, seja na região Sudeste. A região de maior concentração de cooperativas é o Sul do país, onde elas correspondem a 22% dos empreendimentos.

Em relação ao gênero, encontramos a seguinte estatística: 64% dos grupos são formados por homens e 36%, por mulheres. Um aspecto interessante a ser destacado, entretanto, refere-se à relação entre a participação das mulheres e o tamanho dos empreendimentos. De acordo com o Atlas, quanto menor o grupo, maior é a participação de mulheres. Este dado é importante porque revela que as mulheres se encontram prioritariamente nos empreendimentos de menor expressão e, portanto, naqueles de menor viabilidade econômica e onde as retiradas tendem a ser menores.

Já em relação à área de atuação, os dados demonstram que metade dos empreendimentos atua exclusivamente na área rural. É importante destacar aqui que as cooperativas do MST estão constituídas em sua maioria em cooperativas de distribuição e não de produção. Considerando as regiões, torna-se importante destacar que no Sudeste, contudo, a maioria dos empreendimentos está localizada nas cidades (66%).

⁵As cooperativas populares são organizações de ajuda mútua formadas por trabalhadores economicamente marginalizados, desempregados ou subempregados, os quais, visando a geração de trabalho e renda, se associam voluntariamente e contribuem igualmente para a composição do capital necessário a formação da sociedade cooperativa, sendo a força de trabalho o principal capital de que dispõem.

⁶ As associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantrópicas.

⁷ Os grupos informais são em sua maioria cooperativas populares, mas distinguem-se delas pela questão jurídica, já que esses grupos não são legalizados.

Os dados apontam que apenas 38% dos empreendimentos conseguem obter sobras em suas atividades econômicas, enquanto que 16% dos grupos não atingem rendimentos suficientes para pagar suas despesas e 33% deles conseguem apenas cobrir as despesas realizadas (13% dos empreendimentos não responderam a essa questão). Esses dados revelam a dificuldade que enfrenta a maior parte desses empreendimentos, na medida em que quase a metade deles (49%) não consegue gerar qualquer rendimento aos cooperados.

A pesquisa demonstrou também que 50% dos que conseguem obter rendimentos, proporcionam a seus membros retirada com valor até meio salário mínimo. Em 26%, a retirada é de meio salário a um salário mínimo (os 24% restantes não responderam a essa questão). Novamente os dados evidenciam a fragilidade dos empreendimentos, ao trazer à luz o baixo valor das retiradas naquelas cooperativas que geram renda.

Um dado importante avaliado refere-se à gestão do empreendimento. O indicador utilizado para avaliar a participação dos sócios nos empreendimentos é a periodicidade de realização de assembléias ou reuniões. Foram encontrados os seguintes números: 79% dos empreendimentos afirmaram realizar assembléias ou reuniões com periodicidade de até três meses, sendo que 49% realizam assembléias ou reuniões mensalmente, 10% semanal ou quinzenalmente e 11% bimestral ou trimestralmente.

Em relação às dificuldades enfrentadas, constata-se que 61% dos grupos afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% de acesso a crédito e 27% relataram que não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica.

No que se refere às instituições de apoio às cooperativas, a primeira delas, a ANTEAG, surgiu em 1994 a partir da capacidade dos trabalhadores de reagirem aos processos de exclusão ocorridos com o aumento do desemprego no contexto da abertura dos mercados a partir da “era Collor” e a conseqüente crise em alguns setores industriais. Contudo, esse fator não é o único que explica o seu surgimento, que deve ser entendido inclusive no âmbito de um determinado setor sindical que buscava, de maneira a garantir a autonomia, novas formas de ações e de enfrentamento de questões relativas ao mundo do trabalho, colocando a autogestão como seu norte. Sua finalidade, além de representar os trabalhadores de empresas de autogestão, é fornecer assessoria técnica aos empreendimentos.

A segunda iniciativa importante nesse sentido são as ITCPs, criadas pelas universidades. A primeira Incubadora Universitária foi criada em 1998 no centro de pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coope). A partir dessa experiência, a Fundação Banco do Brasil abriu um programa de financiamento para as cooperativas e foi criado pelo Governo Federal o Proninc (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). E através deste recurso, novas incubadoras foram sendo criadas, sendo que atualmente existem 37 incubadoras em todo o país.

As ITCPs estão organizadas a partir da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, iniciada em 1998. Tem como objetivos vincular de forma interativa e dinâmica as Incubadoras, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos. O projeto da Rede conta hoje com universidades distribuídas em diferentes regiões do país. Nas reuniões da Rede são discutidas questões referentes ao trabalho desenvolvido, projetos, trocas de experiências e ações comuns. Percebe-se a existência de problemas semelhantes, como a falta de financiamento para a realização de projetos, o pouco reconhecimento do seu papel pela Universidade e as dificuldades de formação e fortalecimento dos grupos nas cooperativas. O debate quanto às metodologias de formação de cooperativas é uma constante nessas reuniões.

A ITCP/UNICAMP faz parte da Rede, atualmente composta por 37 incubadoras universitárias.

Já a Unisol Cooperativas surgiu a partir da organização do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e busca articular e representar cooperativas e empreendimentos solidários. Esse projeto, criado num primeiro momento com o intuito de incluir apenas as cooperativas do estado de São Paulo, adquiriu abrangência nacional em 2004. A Unisol desenvolve o mesmo tipo de assessoria que a Anteag. Existe, entretanto, diferenças políticas entre as entidades, principalmente relacionadas às diferentes correntes sindicais que as constituíram.

Enfatizamos que no Brasil o movimento pode ser considerado construído de cima para baixo, que integra populações excluídas ou de baixa renda, com pouca experiência de trabalho fabril, que não tem, portanto, experiência prévia de trabalho coletivo.

Podemos considerar ainda que o movimento é impulsionado menos pelos próprios trabalhadores do que por atores externos ligados a uma proposta de trabalho autogestionário.

O Movimento de Economia Social na Argentina

O fenômeno da ocupação de empresas geridas pelos trabalhadores tem uma larga tradição no movimento dos trabalhadores na Argentina e em outros países da América do Sul. Essa tendência pode ser demonstrada em ocupações de fábricas que aconteceram no Chile, na Bolívia e no Peru. Na Argentina, as ocupações de empresas vêm ocorrendo desde a década de 50, quando se deu a ocupação do frigorífico Lisandro da Torre, no bairro de Mataderos. Esse fenômeno aconteceu também nas fábricas da Fiat, em Córdoba (Heller, 2004).

De acordo com Fajn (2003), a história do movimento dos trabalhadores na Argentina demonstra experiências que, em distintos momentos, tentaram implementar formas autogestionárias e de controle da produção; esse fenômeno, entretanto, nunca alcançou a magnitude e a quantidade de fábricas e empresas recuperadas a partir da crise de 2001.

“El fenómeno de las empresas recuperadas fue... generado a partir de las políticas regresivas neoliberales, hegemónicas a partir de los años 90. Se trata, entonces, de una respuesta de los trabajadores a una situación de extrema necesidad en medio de un proceso de desindustrialización que se mostraba como irreversible” (Ruggeri, 2005).

Foi a partir dessa crise que a ocupação de fábricas gerenciadas pelos trabalhadores obteve maior visibilidade e alcance. A crise gerou o colapso do mercado financeiro, ocasionando a abrupta queda da produção industrial e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. Tais fatores influenciaram diretamente o fenômeno da formação de cooperativas mediante a ocupação de fábricas. (Fajn, 2003).

De fato, as conseqüências para os trabalhadores foram imediatas. A taxa de desocupação alcançou números altíssimos, sendo que no primeiro semestre de 2002 atingiu praticamente 25% da População Economicamente Ativa (Ruggeri, 2005). Foi, portanto, da mesma forma que ocorreu no Brasil, a reação à crise aberta com a inserção do país na mundialização que impulsionou o movimento de criação de cooperativas na Argentina.

As fábricas falidas começaram a reabrir-se uma a uma. A medida que os casos se multiplicavam, eram descobertos problemas comuns. E também eram descobertas saídas pragmáticas e soluções. Foi então que muitas empresas autogestionárias consideraram que seria necessário aglutinar-se para compartilhar de conhecimentos e somar forças. Foi então que surgiram 2 movimentos: o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas, ambos presididos por militantes de origem peronista. Os dois movimentos são organizações estratégicas tanto na hora de defender legalmente as cooperativas, como em momentos de resistir às tentativas de desocupação. E também, para coordenar e promover a comunicação a partir de distintas experiências (Lavaca, 2004).

Foi em novembro de 2004 que a Legislatura da cidade de Buenos Aires aprovou uma Lei de Expropriação Definitiva para 13 cooperativas. A previsão seria a de que os trabalhadores teriam que pagar o imóvel, em cotas semestrais ao longo de 20 anos. Essa foi, desde então, a maior conquista dos movimentos das empresas recuperadas (Lavaca, 2004).

O Movimento Nacional de Empresas Recuperadas surgiu em 2001, quando algumas empresas que haviam sido recuperadas começaram a juntar-se a um conjunto de setores que vinham da economia social. O lançamento do movimento aconteceu na empresa YMPA, a primeira empresa gerida pelos trabalhadores argentinos.

Adquiriu um rápido crescimento, conformando-se como o principal movimento até o ano de 2003, quando sofre uma importante ruptura.

Atualmente expressa uma aliança entre distintos grupos. Desde 2002, soma-se a este grupo quadros e ativistas provenientes do movimento assembleário e universitário.

O Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas surgiu no ano 2003, a partir da ruptura com o MNER. Iniciado por trabalhadores da Gyp Metal, tem como presidente Luis Caro, que afirma que o MNFR foi resultado da insatisfação de algumas empresas recuperadas com a política implementada pelo MNER.

As tentativas de retomada das empresas pelos antigos donos são uma realidade. E essa é uma das tarefas mais importantes que os movimentos vêm desempenhando: a manutenção dos empreendimentos a partir da autogestão dos trabalhadores.

Foi neste contexto que a ocupação de empresas afirma-se no cenário do país como um movimento social e político que propõe a retomada dos postos de trabalho a partir da gestão dos trabalhadores.

Esse movimento diferencia-se, entretanto, em vários aspectos da experiência brasileira. Em primeiro lugar, porque contrariamente ao nosso caso, as cooperativas argentinas são prioritariamente urbanas, formadas a partir da recuperação pelos trabalhadores de fábricas falidas. Dessa forma, elas concentram-se em atividades industriais e urbanas. Com efeito, as cooperativas encontram-se divididas nos seguintes ramos produtivos: Metalúrgicas – 29%; Alimentícias – 18%; Têxtil – 7%; Gráficas – 6%; Cerâmicas – 4%; Construção – 1%; outras manufaturas – 20%; Saúde – 5%; outros serviços – 10% (Ruggeri, 2005).

Em segundo lugar, elas representam um universo muito menor do que o da experiência brasileira⁸. Sem deixar de considerar a dificuldade de obtenção de dados precisos, vale destacar que a bibliografia registra em torno de 170 empreendimentos desse tipo no conjunto do país (Fajn, 2003; Ruggeri, 2005; Lavaca, 2004).

Em terceiro lugar, diferentemente do caso brasileiro, o Movimento de Economia Social na Argentina não gerou instituições de apoio radicadas na sociedade civil, como a UNISOL e a Anteag, ou nas universidades como a Rede Universitária de Cooperativas Populares. Mas produziu, por outro lado, instituições formadas pelos próprios trabalhadores (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas e Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas) nas quais se discutem os problemas que afetam os empreendimentos e se tomam decisões coletivas, tendo como princípios ações de solidariedade mútua e de apoio aos trabalhadores na ocupação de fábricas, o que lhe confere um forte caráter político.

No entanto, na pesquisa de campo realizada encontramos dificuldades semelhantes, no Brasil e na Argentina, para o trabalho nas cooperativas. Os principais aspectos relatados referem-se à falta de crédito, à ausência na formação dos trabalhadores, à inadequação

⁸ Não se pode deixar de lado que essa comparação não leva em conta a enorme diferença populacional entre os 2 países.

tecnológica e às políticas públicas. Na Argentina, os trabalhadores abordam claramente essas questões relacionando-as com as principais dificuldades encontradas para o bom funcionamento dos grupos e no Brasil, as entrevistas apontam para a mesma conclusão. Lima (2004), em um estudo realizado em cooperativas no Brasil constata os mesmos problemas acima citados.

Podemos dizer que essas experiências são oriundas do próprio movimento operário, de trabalhadores que já possuem experiências de trabalho coletivo, e que a autogestão se coloca como possibilidade de emancipação e confronto com a exploração do trabalho não autônomo.

Ainda, de acordo com os argumentos acima explicitados, podemos afirmar que existe uma diferença significativa quando abordamos a definição e constituição dos movimentos nos dois países: na Argentina, o predomínio dos trabalhadores é uma das características mais marcantes no movimento, enquanto que no Brasil, ele é constituído principalmente por gestores públicos e órgãos de fomento à economia solidária.

Capítulo 1 - Globalização, Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho

1.1 – O quadro internacional

Desde a década de 1970 o mundo vem passando por mudanças no sentido de uma superação das fronteiras e acentuação da internacionalização, que provocaram mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais.

De acordo com Araújo (2001), há consenso entre os estudiosos na existência de quatro processos de mudança acontecendo simultaneamente. São eles: a intensificação do comércio internacional; a desregulamentação e internacionalização dos mercados financeiros; a revolução tecnológica nos transportes, nas comunicações e no processamento e transmissão de informações e o crescente investimento externo direto realizado pelas grandes empresas multinacionais.

As políticas neoliberais datam do final da década de 1970, a partir das medidas implementadas na Inglaterra sob o governo de Margareth Thatcher. Entretanto, o neoliberalismo enquanto modelo político-ideológico pode ser observado desde a década de 1940, período no qual estas idéias não tiveram repercussão já que o sistema capitalista atravessava sua “Época de Ouro”, combinando altas taxas de crescimento econômico, níveis de ocupação da força de trabalho próximos ao pleno emprego e baixas taxas de inflação.

Com o esgotamento do modelo de desenvolvimento do pós-guerra, a economia mundial entra em crise, mostrando claros sinais de saturação verificados pelo aumento da inflação, do endividamento das empresas e do desemprego. Esses fenômenos redundaram na retração do Estado interventor e a conseqüente expansão do ideário (neo) liberal.

Segundo Harvey (2003), as conseqüências da implantação do neoliberalismo enquanto doutrina político-econômica promovem a privatização e a liberalização do mercado, transformando *a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas (pp. 133)*. O autor aponta ainda uma das conseqüências mais drásticas para o mercado de trabalho pós a implementação das políticas neoliberais: a concentração do capital e a expropriação do trabalho.

Neste sentido, o estudo de Leite (1996) demonstra as conseqüências no âmbito do trabalho: a adaptação das empresas ao novo contexto internacional, que vai sendo construído no sentido de uma nova divisão internacional do trabalho. Esta, tendo como norte a expansão do capital em nível internacional, tenderia a concentrar as fases mais sofisticadas do processo de produção em alguns países, enquanto que as fases denominadas como mais simples de produção estariam designadas para os países em desenvolvimento, locais onde a mão-de-obra é considerada barata, de baixa qualificação e com o movimento sindical em declínio.

“Tudo indica que mesmo nos exemplos mais virtuosos o trabalho precário e mal pago não só não foi abolido, como continua cumprindo um importante papel na garantia da flexibilidade” (Leite, 2003).

Neste contexto, o trabalho vive nos dias atuais um profundo processo de mudança identificado como crise da sociedade salarial (Castel, 1998), que é gerada por uma série de fatores, entre eles a globalização, mas principalmente a revolução tecnológica e a reestruturação produtiva que estamos vivendo.

Essa revolução contemporânea não se dá somente pela inovação das máquinas, mas também, pela organização do conhecimento. A tecnologia está sendo reinventada e renovada. E isso gera uma conseqüente transformação nas formas de trabalho e no próprio conceito do mesmo (Dowbor, 2002).

Contudo, estas transformações nas formas de produção não ocorrem de maneira homogênea entre os países, gerando uma inserção desigual no mundo globalizado. E esta inserção nos processos de produção contribui para o agravamento de um dos principais problemas sociais que o mundo está enfrentando em toda a sua história: em todo o mundo, 1,3 bilhão de pessoas estão vivendo com menos de 1 dólar por dia; 3 bilhões vivem com menos de 2 dólares por dia (Dowbor, 2002).

Atualmente, mais da metade da população reside nas cidades, sendo este um dos aspectos que mais interferem na estrutura do mercado de trabalho. Com a oferta de empregos formais diminuindo, o crescimento da informalidade vem se tornando uma alternativa para minimizar o estado de miséria dos milhares de pessoas vindas do campo. O

universo do trabalho diminuiu: as ofertas de emprego decrescem na medida em que as novas tecnologias são adotadas (Dowbor, 2002).

Referindo-se à realidade francesa, Castel (1998) aponta que o enfraquecimento da condição salarial (Castel, 1998) é um dos fatores que demonstra, de forma precisa, a perda dos postos de trabalho. O quase desaparecimento do pleno emprego acarreta o reaparecimento de um perfil de *trabalhadores sem trabalho*, os quais ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de *inúteis para o mundo* (Castel, 1998).

Entendemos que a condição de trabalhadores sem trabalho vem se tornando cada vez mais freqüente e comum nos dias de hoje, já que não há no mercado condições de inserção do conjunto da força de trabalho, num contexto em que a reestruturação produtiva vem se aprofundando.

Torna-se ainda importante abordar outro aspecto da transformação do emprego: a precarização do trabalho, a partir da implementação da *flexibilização*. Neste sentido, o trabalhador deixa de possuir um emprego fixo, com seus direitos garantidos, passando para o posto de trabalhador temporário, ou trabalhador com contrato de trabalho por tempo determinado. As contratações a partir da terceirização são uma constante nas novas formas de contrato de trabalho na sociedade contemporânea.

“O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo” (Sennett, 1999).

Sennett (1999) aponta, em um interessante estudo realizado com trabalhadores demitidos da IBM em Nova York, funcionários de uma padaria ultramoderna em Boston e outros casos semelhantes, os efeitos desorientadores do novo capitalismo. Revela o contraste entre dois ambientes de trabalho: o da rigidez das organizações hierárquicas, no qual prevalece o caráter pessoal, e que está em vias de desaparecer e o novo contexto das corporações, nas quais a flexibilidade e a precariedade do trabalho apontam para um outro perfil de trabalhador, ou seja, aquele que deve “se adaptar” às novas condições e exigências de um mercado de trabalho.

O contexto em que o trabalho encontra-se inserido vem desafiando estudiosos e teóricos do mercado de trabalho. As mudanças no processo produtivo vêm acarretando modificações importantes para os trabalhadores que estão ou que podem vir a ser incorporados nesse mercado. Por isso, torna-se difícil neste momento, avaliar quais serão as conseqüências a médio e longo prazo para a crise da chamada “sociedade salarial”.

“(...) o que funda a dignidade social de um indivíduo não é necessariamente o emprego assalariado, nem mesmo o trabalho, mas sua utilidade social, isto é, sua participação na produção da sociedade” (Castel, 1998).

1.2 – A experiência brasileira

Na América Latina, o neoliberalismo se consolida como modelo econômico a partir de novembro 1989, quando reunidos na capital norte-americana, funcionários do governo dos EUA, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos discutiram um conjunto de reformas para que os países da região superassem a crise econômica e retomassem o crescimento. As características em comum da crise nas economias periféricas eram: dívida externa elevada, estagnação econômica, inflação crescente, recessão e desemprego.

As conclusões desse encontro passaram a ser denominadas informalmente como o Consenso de Washington. De acordo com Druck (1994), o Consenso de Washington pode ser resumido em três objetivos principais: (i) a estabilização da economia por meio de cortes no gasto público e do combate à inflação através da âncora cambial, sobrevalorizando as moedas nacionais; (ii) a reestruturação do papel do Estado na economia, a partir de um programa de privatizações; (iii) a desregulamentação e liberalização dos mercados e a abertura da economia, tanto comercial como financeira, para atrair investimentos internacionais e alavancar a retomada do crescimento econômico.

Na onda da globalização neoliberal, medidas como as citadas anteriormente são adotadas no país a partir de 1990, num contexto de baixo crescimento econômico. Como reflexo da abertura comercial e da sobrevalorização da moeda nacional, advindas do Plano Real em 1994, tivemos grande impacto na maioria das empresas nacionais, que não

estavam preparadas para a concorrência de produtos e produtores estrangeiros (Carneiro, 2002).

O aumento da concorrência fez com que muitas empresas fechassem suas portas, enquanto outras passaram a implementar mudanças significativas, como a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, buscando maior competitividade internacional a partir dos níveis de preços e da produtividade. Essa reorganização das empresas é a forma como a reestruturação produtiva vem se processando no país.

Na chamada crise das duas décadas perdidas do ponto de vista econômico - 1980 e 1990 - o país enfrentou (e ainda enfrenta) grandes problemas estruturais como a desindustrialização, o enxugamento das empresas e as perdas de postos de trabalho, acarretando desemprego e exclusão social. Entendemos que a análise desses processos nos permite vislumbrar as transformações no sistema produtivo e seus desdobramentos no que diz respeito ao mercado de trabalho.

Por outro lado, a reestruturação produtiva tem engendrado novas formas de organização industrial, baseadas no enxugamento das grandes empresas e na terceirização de parcelas importantes do processo produtivo para fornecedores, provocando a expulsão do trabalho para os elos finais da cadeia produtiva, onde o trabalho tende a ser menos qualificado, mais instável e pior remunerado. Nesse contexto, o trabalho tende a se reduzir no pólo virtuoso das cadeias de produção e a se expandir nos pólos precários, aumentando a informalidade e precarização no mercado de trabalho (Leite, 2003).

A reestruturação produtiva foi um processo de racionalização de custos e de modernização de segmentos econômicos, com desdobramentos nocivos ao mercado de trabalho e às relações trabalhistas. A chamada rigidez foi identificada como o maior empecilho ao crescimento econômico, sobretudo nos contratos de trabalho. Contrastando com a rigidez do período anterior, inicia-se a *flexibilização* dos processos de trabalho, dos mercados e dos produtos (Krein & Moretto, 2005).

As conseqüências para os trabalhadores submetidos às políticas de regulamentação estão cada vez mais visíveis: desemprego, informalidade e aumento da desigualdade social. Tais características são encaradas por alguns como “custos do ajuste”, que seriam diminuídos a partir da concretização de um futuro promissor (Cardoso, 2000).

O que se vê, entretanto, é o aprofundamento das mazelas do mercado de trabalho. Cardoso (2000) e Hirata (2006) abordam, em estudos realizados com trabalhadores demitidos de indústrias nacionais, alguns aspectos recorrentes e contemporâneos advindos da reestruturação produtiva: as dificuldades que os trabalhadores demitidos encontram de reinserção no mercado de trabalho, principalmente aqueles que ocupavam há muito tempo o mesmo posto em uma mesma empresa; a rotatividade nos cargos, aspecto associado principalmente à contratações via terceirização e a falta de perspectiva de reinserção no mercado formal de trabalho.

Neste sentido, o mercado de trabalho brasileiro sofre os impactos dessas mudanças, facilitadas pela fragilização do movimento sindical diante do crescente desemprego. O processo de reestruturação produtiva promove expressiva destruição do emprego regular, que juntamente com a desregulamentação do trabalho⁹, vem abrindo caminho para a crescente prática do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, bases da chamada “precarização no trabalho”.

A racionalização da produção combinada com a modernização tecnológica está tendo como um de seus principais desdobramentos o crescimento do desemprego¹⁰, estreitamente vinculado aos baixos níveis de crescimento econômico. Segundo Pochmann (1997), a qualidade e a quantidade do emprego da força de trabalho estão sendo determinadas pelas políticas macroeconômicas, pelo paradigma técnico-produtivo, pelas políticas de bem-estar social, pelos sistemas de relações de trabalho e pelas políticas de emprego desenvolvidas.

Pochmann (1999) ainda caracteriza a década de noventa, de maneira geral, como um período de irrisório crescimento da economia e aumento significativo da taxa de desemprego. O crescimento médio do produto interno bruto brasileiro (PIB), que reflete o crescimento da economia para o período, nos anos de 1990 foi de apenas 2,67%, menor que

⁹ Compreendida como a eliminação de leis e direitos que regulam as relações, mercado, e condições de trabalho.

¹⁰ De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME-IBGE), a taxa de desemprego aberto (30 dias) para seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) passou de uma média de 3,6% em 1989 para 7,9% em 2002. A partir de 2001 uma nova metodologia foi adotada; por esta nova metodologia, a taxa de desemprego média para o ano de 2003 foi de 12,3%, um ponto percentual maior do que em 2001, cuja taxa foi de 11,3%.

os 3,0%¹¹, em média, da década de oitenta, considerada a década perdida (Pochmann, 1999).

Observa-se ainda que entre os anos de 1990 a 1992, ocorreu um período recessivo que eliminou postos de trabalho, atingindo-se uma taxa de desemprego um pouco maior que 15% da população economicamente ativa (PEA). No entanto, a retomada do nível da atividade econômica a partir de 1994, com conseqüente redução do nível de desemprego, não se refletiu num aumento proporcional do emprego formal.

E ainda comparando-se a taxa de desemprego do final dos anos oitenta com a de 1999, ano no qual se tem uma relativa retomada do crescimento, observa-se que a taxa de desemprego mais que dobrou, partindo de pouco menos de 10% e atingindo os 20% da PEA, respectivamente.

De acordo com Pochmann (1999), o aumento do desemprego e das ocupações precárias são as principais conseqüências das baixas taxas de crescimento aliadas às políticas macroeconômicas dos anos 1990, voltadas principalmente ao controle inflacionário e à desregulamentação dos mercados em detrimento das políticas de geração de emprego.

“As medidas macroeconômicas em curso desde 1990 promovem a desintegração da cadeia produtiva e mostram-se, até o momento, mais eficazes na destruição de parte significativa da estrutura produtiva e do emprego do que no estabelecimento de uma nova base de desenvolvimento, com forte apoio na geração de empregos” (Pochmann, 1999).

Além do aumento da taxa de desemprego, observa-se ainda uma significativa diminuição no número absoluto de empregados com registro em carteira de trabalho¹² e um

¹¹ Fonte: IPEA

¹² Associado principalmente à redução do emprego industrial.

aumento de empregados domésticos, sem registro em carteira e autônomos, significando um crescimento das ocupações em atividades não estruturadas (Henrique, 1998).

Druck (1999), em um interessante estudo sobre as implicações do processo de reestruturação produtiva no Estado da Bahia afirma que a terceirização em curso nas empresas químicas e petroquímicas da Bahia tem levado a uma quádrupla precarização: do trabalho, da saúde dos trabalhadores, do emprego e das ações coletivas (pp.11).

Argumenta ainda que a terceirização tem implicado em um processo de precarização intra e extrafabril. No âmbito da fábrica, aparece em evidência nas condições de trabalho e de salário; já no plano extrafabril, a terceirização tem levado a um rápido crescimento do mercado informal de trabalho, com a precarização dos vínculos empregatícios e com o aumento dos trabalhadores por conta própria, sendo muitos deles prestadores de serviços terceirizados para as grandes empresas.

“Denomino de (des) assalariamento fordista, porque a característica fundamental deste processo é a individualização dos trabalhadores (...). Mesmo porque tanto os trabalhadores sem carteira como os por conta própria continuam sendo assalariados, submetidos às relações sociais entre capital e trabalho” (Druck, 1999).

Diante deste quadro, vem emergindo um conjunto de iniciativas próprias dos trabalhadores, ou recentemente advindos de fábricas falidas ou que estavam em desemprego há mais tempo, cujo objetivo é tentar se re-inserir no mercado através de formas associativas de produção, seja pela recolocação em funcionamento das empresas em que trabalhavam, seja pela criação de novas. Este fenômeno passou a ser conhecido e nomeado no Brasil como economia solidária (Singer, 2000).

Capítulo 2 - Economia Popular e Solidária: limites e possibilidades

O debate sobre o cooperativismo inicia-se no século XIX, sendo pautado no âmbito de duas questões antagônicas: aqueles que consideravam suas potencialidades revolucionárias e aqueles que ressaltavam seu caráter reformista.

O cooperativismo, assim como o conhecemos atualmente, tem sua origem na Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, mas também em outros países como a França. Singer (1998) alerta que o cooperativismo surge, ao lado dos sindicatos e dos partidos, como estratégia de resistência dos trabalhadores naquele contexto, assim como foi o Ludismo¹³. De fato, após a Revolução Industrial, os trabalhadores passam a se organizar politicamente, em sindicatos e partidos políticos, e economicamente, em cooperativas, buscando criar formas de produção que não apenas possibilitassem sua inclusão econômica, mas que também se baseassem em relações sociais de solidariedade, ao contrário das relações capitalistas assentadas na exploração.

Estas experiências foram salientadas pelas teorias dos chamados socialistas utópicos (Owen, Fourier, etc) que alimentaram o debate, principalmente no campo marxista, de suas potencialidades.

O Próprio Marx se debruça sobre o tema em *O Capital*, ao ver no cooperativismo, assim como nas sociedades anônimas (incipientes naquele momento) potenciais de formas de produção pós-capitalistas, onde a propriedade seria socializada (Singer, 1998).

Rosa Luxemburgo insere-se no debate já no século XX, com uma visão mais crítica ao polemizar com Bernstein (1946) sobre o caráter emancipador das cooperativas. Não que a autora fosse contra, por princípio, a esta forma de organização, mas segundo ela, as verdadeiras cooperativas estavam fadadas a viver um dilema insolúvel: ou elas ficavam presas aos seus ideais igualitários e socialistas e fracassavam economicamente ou por outro lado, para ter sucesso econômico, elas se degenerariam de seus princípios, tornando-se meras empresas capitalistas tradicionais (Singer, 1998).

Apesar do intenso debate teórico em torno do tema no final do século XIX e início do século XX, este foi se enfraquecendo no decorrer desse século. Por um lado, pela opção da esquerda em lutar pelo socialismo a partir da conquista do Estado, que pautou o debate

¹³ O ludismo constituiu um movimento de quebra de máquinas na Inglaterra no período da Revolução Industrial como resistência dos trabalhadores à organização fabril.

marxista principalmente a partir da Revolução Russa de 1917; por outro lado, pelo pacto dos sindicatos com a social democracia na Europa Ocidental. Com efeito, o avanço da sociedade salarial (Castell, 1998), a construção do estado do bem estar social e a ampla conquista pela classe operária de direitos sociais no contexto da “época de ouro” do capitalismo promoveu um esmorecimento das experiências cooperativistas. Estas só voltam a ser tema de discussão quando o modelo da Sociedade do Bem Estar Social entra em crise (Singer, 1998).

O processo de internacionalização do capital, de reestruturação produtiva, de inovação tecnológica, de difusão dos ideais do neoliberalismo que se seguiram à crise do estado do bem estar e as transformações no mercado de trabalho, a que já nos referimos no capítulo anterior, mudaram significativamente o quadro social mundial. É neste contexto de agravamento das questões sociais no final do século XX e início do século XXI que ocorreu a consolidação de inúmeros movimentos e organizações mundiais que passaram a lutar por um outro tipo de globalização, ou como explicita Santos (2002), uma globalização contra-hegemônica.

Neste sentido, a discussão sobre o cooperativismo retorna, mas de forma distinta. A proposta de cooperativismo, juntamente com outras formas associativas de organização dos trabalhadores tem sido recuperada, objetivando dar lugar a uma sociedade mais igualitária, no novo contexto do desenvolvimento capitalista (Lima, 2004).

De acordo com Arroyo e Schuch (2006), “sob diversos títulos – economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, etc. - têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, vem propiciando a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeitos e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de vários continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoadas e recriadas nos

diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de se expressar “(Arroyo e Schuch, 2006:82).

Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária este tipo de prática apresenta como princípios gerais os seguintes aspectos:

- valorização social do trabalho humano, ou seja, valorização do homem como ser humano na atividade econômica, não sendo visto como mero portador de uma única mercadoria, sua força de trabalho;

- reconhecimento do papel da mulher e do feminino;

- desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade, cujo objetivo é o intercâmbio respeitoso do homem e da natureza;

- busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;

- centralização do valor do trabalho, do saber e da criatividade humana (coleta de informação para geração de conhecimento), que é fruto do trabalho e do processo de geração de conhecimento;

- consideração do ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, e não como gerador de riquezas e capitais para particulares;

- busca da unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso a seus benefícios, gerando hoje crises recessivas de alcance global;

- busca da solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul, objetivando o aumento da qualidade de vida para todos, propondo a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência;

- geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais (fonte: site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: www.fbes.org.br).

Santos (2002) afirma que são quatro os motivos do ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidárias:

1 – embora as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não-capitalistas, de acordo com o autor (e contrariamente a Rosa Luxemburgo), elas sempre foram concebidas como unidades produtivas capazes de competir no mercado;

2 – as cooperativas têm potencial para responder com eficiência às condições do chamado mercado global contemporâneo;

3 – como a característica principal das cooperativas é que os trabalhadores são proprietários, a sua difusão produz um efeito igualitário sobre a distribuição da propriedade, o que, por sua vez, estimula o desenvolvimento econômico e diminui os níveis de desigualdade;

4 – as cooperativas geram benefícios não-econômicos para seus membros e para a comunidade, que são fundamentais para contrariar os efeitos nocivos da economia capitalista.

A visão positiva de Santos (2002) sobre o cooperativismo não é, entretanto, compartilhada por toda a bibliografia. Na verdade, a maior parte dos estudos sobre o tema realizados até o momento pode ser separada em duas posições opostas: (i) a dos que acreditam no cooperativismo enquanto germes de um novo modo de produção e (ii) e a daqueles que têm salientado as dificuldades de sobrevivência das cooperativas no mercado capitalista. Entre essas duas posições, encontram-se, ainda, vários trabalhos que embora contestem suas possibilidades de transformação social, não descartam as potencialidades do cooperativismo enquanto alternativas solidárias de geração de trabalho e renda.

Entre os primeiros, valeria citar Singer (1998) e Gaiger (1999) que, a partir de pontos de vista diferenciados, defendem o potencial transformador das cooperativas.

Para Singer (1998), a formação de cooperativas populares abre a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão, adquirindo, neste caso, um caráter revolucionário.

Ainda de acordo com o autor as cooperativas podem ser definidas como o mais controverso e significativo implante socialista no sistema capitalista, já que em seus mais diversos tipos, seguem os princípios opostos ao capitalismo (Singer, 1999).

Gaiger (1999) também entende que grande parte das iniciativas de formação de cooperativas surge em função das crescentes dificuldades econômicas enfrentadas pelos trabalhadores e que atualmente pode-se estar diante da germinação de formas de economia

alternativa, por se distinguirem da lógica mercantil capitalista. Para ele, as cooperativas são alternativas econômicas para os trabalhadores por tratarem-se de empreendimentos viáveis, capazes de assegurar sua auto-sustentação numa perspectiva de longo prazo. A base teórica de Gaiger diferencia-se, entretanto, da de Singer, ao se apoiar no conceito de dádiva de Marcel Mauss para justificar o potencial transformador das cooperativas.

No que se referem aos segundos, as análises têm sublinhado a difusão das cooperativas de terceirização, que conforme os estudos de Lima (1997, 1998, 2002), constituem outro desafio. Consoante discutimos anteriormente, muitas empresas demitem seus funcionários e em seguida formam cooperativas com esses trabalhadores demitidos, com o objetivo de não cumprir a legislação trabalhista, promovendo dessa forma a precarização do trabalho.

Amorim (2003), por exemplo, ao estudar o setor de vestuário na Região Metropolitana de Campinas, constata a formação de cooperativas de terceirização a partir de uma grande empresa de confecção com o objetivo de não pagamento de direitos trabalhistas, acarretando uma significativa precarização do trabalho.

Há outras análises que ressaltam as dificuldades de sobrevivência encontradas pelas experiências cooperativistas no mercado capitalista. O estudo de Holzmann (1998) representa um bom exemplo a esse respeito, ao destacar a formação de duas cooperativas pelos trabalhadores da Metalúrgica Wallig. Essa empresa faliu em 1991 e os trabalhadores decidiram gerir o empreendimento, criando duas cooperativas de produção. As dificuldades no âmbito da gestão do empreendimento, no entanto, puseram fim à experiência.

Outro estudo importante neste sentido trata-se da empresa calçadista Makerli, em Franca, que explica inclusive o surgimento da Anteag, entidade de fomento às cooperativas a que nos referimos anteriormente. Em 1991, os trabalhadores da Makerli decidiram assumir a direção da empresa em função do encerramento de suas atividades produtivas e da eliminação de mais de 450 postos de trabalho. A experiência de formação de uma cooperativa durou cerca de 3 anos, já que em 1994, a justiça determinou a devolução do prédio aos seus antigos proprietários (Nakano, 1998).

A formação de cooperativas a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra iniciou-se no final da década de 80. Tinha como objetivos a formação de empreendimentos em três áreas: produção agropecuária, prestação de serviços e crédito.

Essa experiência tem causado transformações na qualidade de vida dos assentados, trazendo resultados no âmbito da produção coletiva, tais como a produção para o autoconsumo, para o grande mercado, para a industrialização e para o atendimento a mercados locais e regionais. Contudo, nos últimos anos, a implementação dos empreendimentos autogestionários está passando por dificuldades para implementar e desenvolver as diversas formas de cooperação, devido à política adotada pelos governos, que inviabiliza o desenvolvimento da agricultura brasileira, em especial, a reforma agrária (Ferreira, 1998).

Não há dúvida de que esses últimos trabalhos têm se atido mais à análise da realidade empírica e dos constrangimentos que o mercado impõe às iniciativas solidárias.

Vale destacar, entretanto, que a realidade também tem fornecido exemplos de possibilidades do trabalho cooperativado como forma alternativa de geração de trabalho e renda.

Ao fazer o balanço de um conjunto de experiências internacionais em Santos (2002), Quijano (2002) cria o conceito de *estratégias de sobrevivência* para dar conta da multiplicidade de experiências internacionais desse tipo. De acordo com ele, tais estratégias iniciam-se a partir de meados de 1973, com a eclosão da crise capitalista, causando como efeitos a marginalização dos trabalhadores em todo o mundo, principalmente nas áreas periféricas e dependentes. Neste contexto, a criação de tais estratégias tem como objetivo a inserção dos trabalhadores excluídos do emprego assalariado, e conseqüentemente, do mercado formal de trabalho.

O autor entende que “*o recurso à reciprocidade demonstra uma nova tendência de resistência dos trabalhadores e acarreta a entrada de um outro momento no período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo*” (Quijano, 2002). De acordo com ele, na América Latina¹⁴, as experiências de formação de cooperativas populares apresentam-se como uma “*economia alternativa*” (Quijano, 2002). As

¹⁴ É importante destacar aqui as diferenças entre o debate do Cooperativismo e Economia Solidária na América Latina e a chamada Economia Social na Europa. Apesar de ambos surgirem no contexto da crise do capitalismo e do efeito da globalização no final do século XX, na Europa a discussão se insere no contexto do enxugamento, desresponsabilização e reforma do Estado. O cerne da discussão européia da economia social é pensar em atividades que não seriam estatais, nem privadas. Neste sentido, a economia social européia se relaciona muito perto do que no Brasil chamamos de terceiro setor (serviços públicos não estatais). Já na América Latina, a discussão da economia solidária sempre esteve mais próxima das raízes históricas do

cooperativas são instituições que apresentam potencial organizativo, nas quais estão presentes conceitos como os de reciprocidade e onde a gestão coletiva dos meios de produção constitui uma de suas características principais.

De acordo com Quijano (2002), as experiências de formação de cooperativas no Brasil possuem alguns elementos importantes. São eles:

1 – sua história inicia-se na década de 90, em pleno desenvolvimento do “ajuste estrutural”, do neoliberalismo e da internacionalização do capital;

2 – as empresas ocupadas pelos trabalhadores organizam-se sobre a base de empresas em falência (a partir da ocupação dos trabalhadores ou pela transferência de ativos das empresas negociadas com os empresários e/ou com o Estado);

3 – originam-se a partir do apoio do Estado, Igreja ou ONGs¹⁵.

Vale destacar, no entanto, que embora essas propostas e as experiências que elas ensejam possam ser consideradas como elementos fundamentais de um desenvolvimento alternativo, torna-se importante discutir os limites e dificuldades que elas enfrentam.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção é o relativo à adesão dos trabalhadores aos empreendimentos. Elementos culturais presentes na condição de assalariamento, entendido como acesso a direitos de cidadania, dificultam a compreensão de uma proposta autogestionária na qual a divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam tenderia a desaparecer, ou pelo menos, a diminuir (Lima, 2004).

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à fragilidade econômica das cooperativas, que por resultarem de empresas falidas ou de programas de geração de trabalho e renda, em sua maioria, não estão em condições econômicas que garantam a sua sobrevivência sem os apoios de entidades de fomento à economia solidária (Lima, 2004). Pelo fato de esses empreendimentos estabelecerem uma relação local, essas experiências tendem ao insucesso, salvo mediante o estabelecimento de relações em níveis regionais, locais ou globais, como foi o exemplo de Mondragón¹⁶.

cooperativismo pensado em uma forma emancipadora de resistência à exclusão causada pelo capitalismo, e neste sentido, está mais vinculada com um debate sobre um modelo alternativo de desenvolvimento.

¹⁵ Embora o autor não mencione, não poderíamos deixar de ressaltar que sua origem também ocorre a partir das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, programas de extensão universitária, existentes atualmente em mais de quarenta universidades brasileiras que, conforme já explicitamos, constituem uma das principais formas de surgimento das cooperativas urbanas no país.

¹⁶ O complexo cooperativo de Mondragón, situado nos arredores da cidade de Mondragón, país Basco espanhol, teve início em 1965, reunindo hoje 30.000 trabalhadores em 109 fábricas. Podemos inferir que o

As dificuldades relativas ao entendimento dos trabalhadores em relação à participação, à democratização e às peculiaridades de uma cooperativa também se apresentam como limites a serem considerados.

Não há dúvida, entretanto, que devido principalmente à desestruturação do mercado de trabalho, as cooperativas podem se tornar efetivamente em estratégias de sobrevivência, como encontramos em nossa pesquisa na experiência Argentina.

Nesse sentido, a questão que sobressai é a da ausência de políticas públicas capazes de permitir que elas enfrentem de maneira mais eficaz as dificuldades encontradas.

Pochmann (2003, pp. 140), em seu estudo sobre as políticas públicas acerca da economia solidária afirma que *“dado o não reconhecimento no marco institucional vigente das formas autônomas e associativas, estas ficam reféns de relações de trabalho precarizadas e, ao não poderem acessar os instrumentos de regulação e gestão pública adequados, ficam submetidas a dinâmicas econômicas que comumente são reprodutoras da pobreza e não emancipatórias ou promotoras do desenvolvimento próprio de sua comunidade”*. O autor afirma ainda que a economia solidária cresce no país e configura-se como um movimento de resistência e como espaço de construção de outras relações sociais e econômicas que podem também ser caminhos de inclusão e desenvolvimento justo; necessitam, entretanto, de políticas públicas voltadas para sua viabilização econômica para poderem cumprir esse papel.

Pochmann (2003) critica o modelo hegemônico que ainda pensa o desenvolvimento apenas a partir das relações de trabalho subordinadas, dado que esta realidade vem sofrendo mudanças significativas. Dados da Prefeitura Municipal de São Paulo, por exemplo, indicam que, a partir de 1990, três a cada dez postos de trabalho abertos são assalariados, sendo um com contrato formal (legal) e dois informais (ilegais). Os outros sete postos de trabalho abertos não podem ser caracterizados nem como legais, nem como ilegais, dado que não são ocupações assalariadas. São, contudo, formas “alegais”, já que a regulação pública atual não sabe como tratá-las. Neste sentido, para poder avançar na consolidação de

êxito das cooperativas de Mondragón está relacionado à inserção das mesmas em redes de apoio e ao esforço de torná-las competitivas no mercado global. Com efeito, Mondragón teve êxito também porque conseguiu transformar-se em uma economia cooperativa regional, na qual, as redes de apoio permitiram a sobrevivência e expansão dos empreendimentos que fazem parte dela. Além disso, estas redes foram fortalecidas mediante cooperação estabelecida entre o Estado (o governo regional basco) e os grupos de Mondragón, em assuntos os

políticas públicas de fomento à economia solidária, será necessário reconhecer estas formas de trabalho, criando regulações e mecanismos apropriados, enxergando neles o potencial de desenvolvimento que possuem.

O autor aponta ainda que a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos dependem do acesso que terão aos recursos e aos instrumentos públicos de fomento, como por exemplo: financiamento adequado, qualificação técnica, produção de tecnologias apropriadas e projetos de desenvolvimento local que articulem e potencializem estas iniciativas.

Arroyo e Schuch (2006, pp. 92/93) resumem os principais desafios colocados para a Economia Solidária nos dias atuais em termos de políticas públicas:

“O desafio da solidariedade: o resgate da cultura da solidariedade, que não se confunde com caridade, é central para construirmos as condições fundamentais do novo modelo de desenvolvimento, estimulando os formatos associativos entre os empreendimentos populares, como cooperativas, associações, fóruns, conselhos, grupos de compra conjunta, clubes de troca, etc.

O desafio do financiamento: a constituição de um Sistema de Finanças Solidárias, que combine diversos produtos financeiros dirigidos aos empreendedores populares como crédito popular/microcrédito, poupança, seguro, cartão de crédito, troca de cheque, etc., é um instrumento indispensável que deve vir associado à formação e à organização dos empreendimentos populares.

O desafio da ciência e tecnologia: é preciso investir em pesquisa que gere tecnologias adequadas à natureza e à escala dos negócios populares, para que os produtos e serviços do segmento ganhem qualidade e competitividade.

O desafio do marketing: a adaptação do instrumental mercadológico também é fundamental para que haja parâmetros científicos para dialogar com a cultura de consumo, inserindo novos paradigmas culturais e éticos.

O desafio do desenvolvimento local: a identificação de cadeias e a compreensão da interação destas em arranjos econômicos locais precisam ser desenvolvidas por meio de

mais diversos, tais como: projetos de pesquisa tecnológica, programas de estímulo ao emprego e estudos sobre a evolução da economia regional (Santos, 2002).

metodologias que considerem o empreendedor popular como sujeito protagonista do processo organizativo econômico e social”.

Apesar de todas as dificuldades encontradas na experiência de formação das cooperativas populares, que extrapolam o âmbito estrutural, jurídico, de gestão do empreendimento, de crédito e principalmente da política pública, é preciso destacar que “*a economia popular se diferencia dos outros segmentos da economia por estabelecer a possibilidade mais nítida de inverter a ordem entre o econômico e o social, já que não há solução social se não for econômica. Está diretamente ligada à segurança alimentar da população, ao usufruto de direitos básicos com inserção econômica do cidadão, ao direito de viver com dignidade, à melhoria da qualidade de vida*” (Arroyo e Schuch, 2006, pp.71).

Evidentemente, estas idéias são importantes, inovadoras e fundamentais para o desenvolvimento das experiências cooperativistas. Conforme veremos, contudo nos próximos capítulos destinados à análise das experiências no Brasil e na Argentina, a realidade encontra-se bastante distante dessas propostas, embora nada indique que elas não possam ser colocadas em prática, ainda que se deva considerar as inúmeras dificuldades a serem enfrentadas.

Capítulo 3 - Apresentação e discussão da pesquisa - A Pesquisa

3.1 – As cooperativas analisadas

Quadro 1 - As cooperativas e os entrevistados*

Cooperativa	Cooperados ¹⁷	Sexo	Localização da cooperativa	País	Estatuto	Nº de trabalhadores
Tatuapé	Benedita	feminino	Parque Oziel (área de ocupação)	Brasil	Formal	21
	Ana	feminino				
	Maria	feminino				
	João	masculino				
	Mariana	feminino				
Bonsucesso	Bianca	feminino	Vila Padre Anchieta	Brasil	Informal	12
	Mercedes	feminino				
	Carla	feminino				
	Roberto	masculino				
	Domingas	feminino				
BAUEN	Juan	masculino	Centro	Argentina	Formal	120
Têxtil Ceres	Gerardo	masculino	Chacarita	Argentina	Formal	20
Cefomar Editora	Nanci	feminino	San Cristobal	Argentina	Formal	10
Manos	Javier	masculino	Almagro	Argentina	Informal	8
San Telmo	Marta	feminino	San Telmo	Argentina	Formal	20 famílias
	Raquel	feminino				
Panaderia La Argentina	Pablo	masculino	Facultad	Argentina	Formal	27

*Elaboração própria

¹⁷ Os nomes dos cooperados são fictícios.

3.2 – A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, programa de extensão.

“A incubação é, antes de tudo, extensão universitária que combina ensino, aprendizado mútuo e pesquisa. A incubação é, antes de tudo, um encontro entre jovens acadêmicos e populações muito castigadas” (Heckert, 2003).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/UNICAMP) é um Programa de Extensão Universitária, criado pela Resolução do Gabinete do Reitor (GR) 086, em 28 de agosto de 2001. Está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PREAC/ Unicamp.

Em janeiro de 2002, a incubadora iniciou o seu trabalho realizando uma parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, cujo objetivo era oferecer cursos de qualificação a 10 grupos, visando criar cooperativas. Estes cursos tiveram duração de 6 meses.

Todos esses grupos constituíram-se em cooperativas, sendo que alguns deles continuaram recebendo o acompanhamento da ITCP.

No final de 2002 foi assinada outra parceria com a Prefeitura de Campinas. Nesse momento, foi iniciado um trabalho de incubação, envolvendo 11 grupos de cooperativas populares. Os grupos de cooperativas foram indicados pela prefeitura e o trabalho dos formadores da ITCP consistia em acompanhá-los, oferecendo suporte teórico, técnico, metodológico e político, dentro de um processo educativo (de formação).

Em 2003, a incubadora realizou mais duas parcerias, desta vez com as prefeituras de Morungaba e Amparo.

Em Amparo foram oferecidos cursos de qualificação para 6 grupos cooperativados. Em Morungaba uma equipe de formadores da incubadora acompanhou uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos.

As duas parcerias encerraram-se no final de 2003. Mas é de extrema importância informar que essas cooperativas continuaram funcionando.

Em Amparo esses grupos receberam o acompanhamento da prefeitura da cidade e em Morungaba a cooperativa continua em funcionamento com o acompanhamento e apoio da prefeitura.

Já a parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas foi finalizada em dezembro de 2004, tendo sido criadas nove cooperativas populares em diferentes áreas de trabalho: reciclagem de resíduos sólidos, reciclagem de entulhos de construção civil, artesanato, alimentação e costura.

Em um convênio da incubadora com uma empresa privada, realizado em setembro de 2004, as cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos vêm fazendo mantas térmicas para a venda com caixas de leite. Isso agrega valor às caixinhas longa vida e possibilita um maior rendimento aos trabalhadores.

Ao longo desse processo, as cooperativas incubadas receberam doações de máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Campinas, de empresas, fundações e da própria Unicamp. Esses equipamentos foram distribuídos pelas cooperativas e se constituem no maquinário fundamental de que as mesmas dispõem para realizar o seu trabalho.

Em janeiro de 2005, teve início a formação de mais oito grupos de cooperativas, por meio de uma parceria realizada entre a incubadora, a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego), com a Prefeitura Municipal de Campinas (Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho) e com a Prefeitura Municipal de Hortolândia (Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho). Os ramos de trabalho são: reciclagem de resíduos sólidos, agricultura familiar e juventude em situação de risco.

Em março de 2005 as cooperativas de reciclagem do município de Campinas (14 grupos, ao todo) formaram a Associação das Cooperativas de Reciclagem do Município de Campinas (ACOOP). A associação reúne-se quinzenalmente e discute temas específicos da reciclagem, tais como: distribuição do material da coleta seletiva, projetos de financiamento e posicionamento frente ao poder público. A incubadora vem acompanhando esse processo, mas é importante ressaltar que a administração da associação é realizada diretamente pelos trabalhadores das cooperativas associadas.

Um dos objetivos já alcançados pela associação das cooperativas é a venda coletiva de materiais triados pelas cooperativas. A caixa longa vida vem sendo vendida em conjunto há quase 1 ano. Um dos maiores benefícios da venda coletiva é o preço, que aumenta de acordo com o volume do material comercializado. Contudo, essa prática ainda não se difundiu para a venda coletiva de outros materiais triados.

No final de 2005 aconteceu a votação da Lei Orçamentária Anual do município (LOA) e a Associação escreveu uma proposta, que foi apresentada por uma vereadora de Campinas (do Partido dos Trabalhadores) em ementa discutida na Câmara de Vereadores, solicitando liberação de recursos para a construção de 9 barracões para as cooperativas que estão funcionando em locais alugados pelo poder público ou pelas próprias cooperativas. Essa proposta foi aprovada pela Câmara, mas vetada pelo prefeito, ou seja, não se concretizou.

A ACOOP é um instrumento político das cooperativas. Sua criação e as atividades que vem exercendo têm fortalecido a luta pelo reconhecimento da importância do trabalho que as cooperativas de triagem realizam na cidade de Campinas. Contudo, esses trabalhadores ainda estão começando a perceber a importância dessa organização.

Atualmente, (setembro de 2006), a incubadora está composta por 30 estudantes de graduação e pós-graduação da Unicamp. Embora em alguns momentos o caráter do acompanhamento aos grupos seja predominantemente assistencialista, as tentativas para manter a formação como centro do trabalho é constante. Além disso, as possibilidades de convênios e parcerias estão aumentando e a procura dos estudantes por esse espaço de intervenção vem aumentando consideravelmente, o que faz com que o Programa “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares” se concretize na Universidade e continue realizando a Extensão Universitária.

3.3 – As Cooperativas Incubadas

Cooperativa Tatuapé

Histórico

Iniciamos o trabalho com o grupo em 2002 a partir de um programa em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas. O curso sobre cooperativismo foi ministrado em uma escola, num bairro chamado Parque Oziel.

Os trabalhadores já haviam iniciado um trabalho de coleta seletiva, que era realizado em um terreno irregular (aterro) localizado próximo daquela região, trabalhando individualmente desde 1999. Nesse período, 100 pessoas trabalhavam no local, recolhendo o lixo em meio a péssimas condições de trabalho: o lixo era todo misturado com detritos

orgânicos, e os trabalhadores ficavam nesse ambiente o dia todo, recolhendo o material que seria posteriormente vendido.

Em maio de 2001 esse terreno foi fechado pela prefeitura para sua regularização e formação de uma cooperativa de coleta seletiva. A promessa era que o prazo máximo para a regularização do terreno não passaria de 90 dias.

Entretanto, com a demora da formação da cooperativa, a maioria desses trabalhadores voltou para a informalidade até que um novo terreno fosse disponibilizado para o trabalho em cooperativa. De um total de 100 trabalhadores apenas 21 continuaram trabalhando na coleta seletiva. Enquanto a regulamentação não saía, esses trabalhadores recebiam uma cesta básica da prefeitura.

Foi nesse cenário que a incubadora iniciou o seu trabalho.

A atuação da incubadora concentrou-se, no início, em ministrar um curso de formação em cooperativismo e autogestão.

A pressão exercida junto à prefeitura para a regularização da coleta acabou viabilizando um terreno para a continuidade do trabalho e início da cooperativa: em meados de 2003 a cooperativa Tatuapé, composta por 30 trabalhadores foi fundada em um terreno próximo ao bairro do Satélite Íris.

No entanto, este terreno também era irregular e o grupo não teve outra saída senão deixar o local novamente, após um ano de trabalho.

No início de 2004, por meio de uma parceria com a SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A), uma usina de reciclagem fora montada no bairro Delta II, e a cooperativa Tatuapé passou a atuar nesse local, trabalhando com resíduos de construção civil que são deixados por caçambeiros¹⁸. A usina, entretanto, nunca chegou a funcionar totalmente.

Há mais de um ano em funcionamento, a situação da cooperativa, todavia, ainda é bastante instável, já que, apesar de continuar com 30 trabalhadores, a usina ainda não está funcionando completamente.

A falta de máquinas prejudica a seleção do material. Com a mudança na gestão municipal, em janeiro de 2005 as negociações foram interrompidas – as reuniões com a

¹⁸ Caçambeiros são pessoas que alugam as caçambas (carrinho próprio para o recolhimento do entulho da construção civil).

extinta Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho já não acontecem mais. Houve um remanejamento e essa Secretaria foi transformada em Secretaria da Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, mas as negociações não foram retomadas.

Segundo o presidente da cooperativa faltam maquinários (esteira, trator e caminhões) e um diálogo com os gestores para solucionar questões referentes à infraestrutura da usina e venda do material separado, por exemplo.

A cooperativa já está legalizada e os seus conselhos¹⁹ formados. Há mais de um ano os cooperados têm retirada (que variou de R\$800,00 a R\$350,00) e pelo menos metade desses trabalhadores está há mais de 1 ano na cooperativa.

Para uma melhor dimensão dos cooperados apresentaremos abaixo algumas de suas características:

- idade

7 trabalhadores têm idade entre 25 a 30 anos

5 trabalhadores têm idade entre 41 a 50 anos

9 trabalhadores têm idade entre 51 a 60 anos

Estes dados referentes à faixa etária dos trabalhadores demonstram a dificuldade que o jovem tem de se inserir no mercado de trabalho nos dias atuais. Já em relação ao índice de trabalhadores com idade acima de 40 anos, os dados refletem a dificuldade de reinserção no mercado formal de trabalho de quem um dia perdeu o emprego.

- sexo

7 trabalhadores são do sexo masculino e

14, do sexo feminino.

A dificuldade que as mulheres sempre enfrentaram para entrar no mercado de trabalho pode ser uma hipótese para explicar a grande quantidade de mulheres no empreendimento. Essas mulheres são também, em quantidade expressiva (6 mulheres, de um total de 14), chefes de família. A cooperativa passa a ser, portanto, um espaço de

¹⁹ Na cooperativa existem dois Conselhos que são responsáveis pela administração e fiscalização do trabalho: Conselho Administrativo e Conselho Fiscal. Ambos são eleitos em Assembléia. Fazem parte desses Conselhos os próprios trabalhadores da cooperativa e a permanência na função é por um período determinado de tempo, que varia de um a dois anos.

inserção das mulheres no mercado de trabalho, e se torna especialmente importante para as mulheres chefes de família.

- escolaridade

2 trabalhadores nunca estudaram

16 trabalhadores não concluíram o 1º grau

3 trabalhadores voltaram a estudar e estão cursando o 1º grau.

O que mais chama a atenção nesses dados é a alto número de trabalhadores que não concluíram o 1º grau. Vale ressaltar, entretanto, o importante fato de que 3 trabalhadores voltaram à escola após o ingresso na cooperativa. É possível pensar que a cooperativa trouxe uma outra perspectiva para essas pessoas que estão à procura de uma melhora na qualidade de vida.

- experiência de trabalho anterior e trabalho com carteira assinada

Todos os trabalhadores possuíam alguma experiência de trabalho anterior, no entanto, 15 deles nunca tiveram emprego com carteira assinada.

Esses dados demonstram, mais uma vez, a dificuldade de inserção dessa população no mercado formal de trabalho.

- número de pessoas na casa

De 1 a 3 pessoas – 4 trabalhadores

De 4 a 6 pessoas – 12 trabalhadores

De 7 a 9 pessoas – 5 trabalhadores

- quantas pessoas na casa têm renda

uma pessoa – 9 trabalhadores

duas pessoas – 9 trabalhadores

três pessoas – 3 trabalhadores

- qual a renda total da casa

De R\$201 a R\$500,00 ao mês – 11 trabalhadores

De R\$501 a R\$1000,00 ao mês – 10 trabalhadores

Observe-se, a partir desses dados, as baixas rendas familiares, as quais se tornam ainda mais preocupantes quando se leva em conta que a maior parte das casas conta com um número razoável de pessoas (4 a 6). Vale ressaltar também a pequena quantidade de pessoas com renda, o que traz à tona mais uma vez a dificuldade de inserção dessa população no mercado de trabalho.

Conclui-se, portanto, que a população da cooperativa Tatuapé caracteriza-se fundamentalmente por grande quantidade de: mulheres, chefes de família, trabalhadores com idade acima de 51 anos, que não concluíram o 1º grau, trabalhadores que nunca tiveram emprego com carteira assinada e com uma renda familiar mensal abaixo de R\$500,00 (50% dessas famílias).

Conforme já destacado, trata-se portanto de uma população com alto grau de exclusão social, sem experiência anterior de trabalho coletivo, bastante diferente da população que integra as cooperativas argentinas, oriundas do mercado formal de trabalho.

- valor da última retirada

Todos os trabalhadores receberam R\$350,00 reais no último mês.

Cooperativa Bonsucesso

Histórico

A cooperativa Bonsucesso foi formada por catadores que trabalhavam em um lixão localizado na região do Padre Anchieta. Devido ao seu fechamento, esses catadores foram encaminhados pela Prefeitura de Campinas ao Programa de Geração de Trabalho e Renda.

O objetivo desse programa era fornecer aos catadores uma alternativa de trabalho e renda a partir da formação de uma cooperativa popular.

A atuação da incubadora iniciou-se com um curso de introdução à economia solidária e ao cooperativismo. A cooperativa Bonsucesso entrou em funcionamento desde então com 20 cooperados. Em quatro anos de existência, já funcionou no DLU (Departamento de Limpeza Urbana) e há dois anos funciona em um barracão localizado na região do Padre Anchieta.

Os trabalhadores já exerciam atividades de separação de resíduos como autônomos em um lixão no Padre Anchieta. Eles separavam o material para vender aos atravessadores.

Essa cooperativa ainda não está regularizada, mas recebe o material reciclável coletado pela empresa que realiza a coleta na cidade. Em 2004 teve grandes dificuldades para receber o material da coleta, devido a fatores como a má distribuição dos materiais pelos caminhões que realizam esse serviço. O grupo desmobilizou-se, restando 8 pessoas apenas. Neste ano (2005), essa dificuldade foi solucionada, mas a cooperativa ainda não constitui um grupo formado, já que a rotatividade de trabalhadores é muito grande e devido a esse problema, a demora para a separação do material faz com que esses trabalhadores não consigam sobreviver com a retirada da cooperativa, que neste mês foi de R\$50,00²⁰. Nesse ciclo vicioso, a alta rotatividade e a dificuldade de sobrevivência material desses trabalhadores faz com que a cooperativa, na prática não funcione. Neste momento, o barracão encontra-se lotado de material para ser separado e vendido e os trabalhadores estão dispersos, tentando sobreviver de “bicos”.

Em um convênio da incubadora com uma empresa privada realizado em setembro de 2004, a cooperativa começou a fazer mantas térmicas para a venda, conforme referimos anteriormente.

As mantas térmicas são coberturas feitas com caixinhas longa vida. São colocadas 5 cm abaixo do telhado das casas para servir de isolante térmico, possibilitando que o ambiente tenha uma temperatura mais agradável. Essa tecnologia foi desenvolvida por um professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP e disponibilizada para o uso da incubadora e para as cooperativas. A cooperativa Bonsucesso vem confeccionando essas mantas e as mesmas são vendidas para empresas e interessados da Região Metropolitana de Campinas.

No entanto, isso ainda não melhorou a situação desses trabalhadores.

O esforço da equipe de formadores da incubadora que acompanha esse grupo neste momento é o de manter os trabalhadores na cooperativa. Esse fator é condição absoluta para a continuidade do empreendimento.

²⁰ Observe-se que os novos trabalhadores não passaram pelos cursos da incubadora, não possuindo, portanto, informações nem sobre o trabalho, nem sobre o sistema de funcionamento da cooperativa.

Depois de 2 anos funcionando no barracão alugado pela Prefeitura Municipal de Campinas, a equipe de formadores da incubadora que acompanha a Bonsucesso obteve a informação de que a cooperativa não poderia mais funcionar naquele local. O barracão encontra-se em situação irregular (não possui licença da própria prefeitura que o alugou para funcionar, está com o pagamento do IPTU atrasado e a proprietária não cumpriu com as determinações acordadas em contrato de melhorias na infra-estrutura para o funcionamento do empreendimento).

Tal fato desencadeou um novo processo de desmobilização nos trabalhadores: em carta recebida no mês de junho/05 a ameaça de despejo era dada como certa.

As condições da cooperativa continuavam ruins: a retirada ainda estava muito baixa, a rotatividade dos trabalhadores ainda era constante e a linha telefônica estava cortada por falta de pagamento, fato que resultou na paralisação da confecção das mantas térmicas por falta de encomendas.

A incubadora resolveu então trabalhar em duas frentes: conseguir cestas básicas para esses trabalhadores, com o objetivo de aumentar a renda mensal e evitar a saída dos que se encontravam na cooperativa e a negociação com o poder público para obter um novo espaço para sediar a cooperativa.

O recurso para obtenção das cestas básicas foi obtido através de uma empresa privada. E o local para a cooperativa instalar-se foi solucionado com o apoio de outros parceiros, já que o poder público relatava a não disponibilidade de alugar um barracão ou ceder um terreno naquela região e acenava com a possibilidade de mudar a cooperativa de região.

Para a incubadora essa mudança significava o fim da cooperativa, pois os trabalhadores não teriam as mínimas condições de arcar com os custos de transporte para continuar na cooperativa. Foi então que a incubadora resolveu agir no sentido de buscar um local próximo à cooperativa.

Em reunião realizada entre a incubadora e a cooperativa acenou-se com a possibilidade de pedir apoio a uma vereadora do município. A vereadora vinha desenvolvendo um trabalho no bairro e já tinha conhecimento da cooperativa e suas dificuldades. Essa decisão foi tomada devido a dois fatores: o primeiro era a afirmação do subprefeito da região de que não existia um local público nos arredores para a construção

de um barracão para a cooperativa e o segundo era o desconhecimento da incubadora em relação à região.

Na reunião entre incubadora, mandato e cooperativa, os assessores do mandato se colocaram à disposição para buscar um local público para a instalação da cooperativa. Após algumas pesquisas feitas no bairro foi encontrada uma área pública de 2.000 (dois mil) m² localizada na Vila Régia, bairro próximo à cooperativa.

O subprefeito da região foi acionado e marcou uma reunião com a Associação dos Moradores da Vila Régia. Foram realizadas duas assembléias no bairro para falar sobre a instalação da cooperativa no bairro. Ficou decidida a realização de um plebiscito consultivo, que foi realizado pela incubadora e a Associação do Bairro. O resultado desse plebiscito foi o seguinte: 75% da população local mostraram-se favorável à instalação da Cooperativa Bonsucesso.

A incubadora neste momento (setembro/06) está contratando um arquiteto para desenhar a planta para a construção do barracão para a cooperativa. O poder público promete doar R\$15.000,00 para a construção do barracão, mas o processo está muito lento, além do que este recurso é pífio para a construção de uma infra-estrutura mínima para o trabalho de triagem de material e confecção das mantas térmicas.

Na avaliação dos formadores da incubadora, o trabalho de incubação de cooperativas que inclui a formação desses trabalhadores esteve paralisado desde então. Contudo, a análise que se faz é de que tudo o que foi feito até então demonstra-se fundamental para a continuidade da cooperativa.

A pressão política junto à administração municipal teve como conseqüência a conquista de um terreno público para a continuidade da cooperativa. A pressão junto ao DLU (Departamento de Limpeza Urbana) questionando o procedimento na distribuição do material proveniente da coleta seletiva aumentou o volume de material que a cooperativa vem recebendo, fato que resultou em um aumento da retirada (que há 4 meses atrás foi de R\$50,00 e no mês de agosto foi de R\$180,00).

Existe a clareza da incubadora de que as demandas emergenciais ainda não terminaram. Até que esse novo local de trabalho esteja em condições de funcionamento, a equipe de incubação tem convicção de que a sua atuação será muito mais no sentido de pressão junto aos órgãos públicos do que de acompanhar os trabalhadores na cooperativa

(os acompanhamentos na formação dos trabalhadores que abordam temas como a gestão – autogestão -, educação e saúde no trabalho dos cooperados não estão sendo realizados segundo a metodologia de trabalho construída pela incubadora).

Contudo, na avaliação da equipe, a atuação da mesma continua sendo fundamental para a continuidade da cooperativa.

Para um melhor entendimento dos cooperados apresentaremos abaixo algumas de suas características.

Contudo, essa apresentação será realizada em dois momentos. Nessa primeira explanação apresentaremos as características da Cooperativa Bonsucesso no início de janeiro de 2004.

Entendemos ser muito importante apresentar as características da Bonsucesso em momentos distintos devido às mudanças significativas apresentadas pelo grupo até esse momento da pesquisa.

- idade

6 trabalhadores têm até 20 anos

1 trabalhador têm idade entre 21 a 30 anos

1 trabalhador têm idade entre 31 a 40 anos

1 trabalhador têm idade entre 41 a 50 anos

3 trabalhadores têm idade entre 51 a 60 anos

Esses dados refletem, tais como os da cooperativa Tatuapé, a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, tanto dos jovens como das pessoas com idade acima de 50 anos.

Observe-se, entretanto, a enorme presença de trabalhadores até 20 anos, o que não ocorre na cooperativa Tatuapé.

- sexo

4 trabalhadores são do sexo masculino, e

8 do sexo feminino.

Novamente, à semelhança da cooperativa Tatuapé a dificuldade da inserção da mulher no mercado de trabalho formal pode ser levantada como hipótese para explicar a

alta representatividade das mulheres nessa cooperativa, exatamente a mesma que a encontrada na anterior.

- escolaridade

1 trabalhador nunca estudou

3 trabalhadores não concluíram o 1º grau

1 trabalhador está concluindo ou concluiu o 2º grau

7 trabalhadores estão estudando atualmente.

Estes dados revelam um aspecto interessante para este grupo: muitos desses trabalhadores freqüentam a escola. Este índice sugere que uma parte importante dos jovens que estão na cooperativa vislumbra a formação e pretendem dar continuidade aos estudos.

- experiência de trabalho anterior e trabalho com carteira assinada

8 trabalhadores possuíam alguma experiência de trabalhos anteriores, mas 6 deles nunca tiveram emprego com carteira assinada, ou seja:

8 já tiveram experiência de trabalho;

4 nunca trabalhou;

5 nunca trabalharam com carteira assinada, e

3 já trabalharam com carteira assinada.

Os dados evidenciam que embora a cooperativa possua uma quantidade significativa de jovens que nunca trabalharam antes, a proporção de trabalhadores que nunca tiveram carteira assinada é muito alta, tal como na cooperativa Tatuapé.

- número de pessoas na casa

De 1 a 3 pessoas – 5 trabalhadores

De 4 a 6 pessoas – 5 trabalhadores

De 7 a 9 pessoas – 2 trabalhadores

- quantas pessoas na casa têm renda

Uma pessoa – 3

Duas pessoas – 5

Três pessoas – 3

- qual a renda total da casa

Até R\$100,00 ao mês – 3 trabalhadores

De R\$101 a R\$200,00 ao mês – 3 trabalhadores

De R\$201 a R\$500,00 ao mês - 3 trabalhadores

De R\$501 a R\$1000,00 ao mês – 3 trabalhadores

Observe-se, a partir desses dados, que as rendas familiares são miseráveis (6 trabalhadores pertencem a famílias com renda de até R\$200,00/mês). Esse dado torna-se ainda mais preocupante quando levamos em consideração o número de pessoas na casa (de 4 a 6).

Conclui-se, portanto, que a população da cooperativa Bonsucesso se caracteriza por grande quantidade de: mulheres chefes de família e adolescentes; jovens que estão trabalhando pela 1ª vez e que continuam estudando e famílias de trabalhadores que provavelmente vivem em situação econômica quase miserável, se levamos em conta a renda familiar.

- valor da última retirada

Todos os trabalhadores receberam R\$50,00 reais no mês de abril.

Apresentaremos abaixo, as características da Cooperativa Bonsucesso no ano de 2005. O novo diagnóstico do grupo foi realizado em fevereiro de 2005 e não houve mudanças significativas desde então.

- idade

1 trabalhador têm até 20 anos

1 trabalhador têm idade entre 31 a 40 anos

4 dos trabalhadores têm idade entre 41 a 50 anos

2 trabalhadores têm idade entre 51 a 60 anos

Podemos verificar uma mudança significativa na faixa etária dos trabalhadores da Bonsucesso. Se anteriormente verificamos um grupo composto por um grande número de jovens, podemos perceber que a cooperativa está composta agora, em sua grande maioria, por trabalhadores com idade acima de 41 anos. Esses dados refletem, tais como os da cooperativa Tatuapé, a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho das pessoas com idade acima de 41 anos.

- sexo

2 trabalhadores são do sexo masculino, e

6, do sexo feminino.

Esse é um dado bastante interessante que reflete também um índice nacional na composição por gênero das cooperativas. Este índice nacional, que diz respeito à porcentagem de mulheres trabalhadoras das cooperativas é de 67%²¹, ou seja, estatisticamente bem próximo ao índice encontrado nas cooperativas.

Tal fato, à semelhança do que ocorre na cooperativa Tatuapé, reflete a dificuldade da inserção da mulher no mercado de trabalho formal pode ser levantado como hipótese para explicar a alta representatividade das mulheres no trabalho cooperativo.

- escolaridade

2 trabalhadores nunca estudaram

4 trabalhadores não concluíram o 1º grau

2 trabalhadores estão concluindo ou concluíram o 2º grau

Este item demonstra uma das principais modificações ocorridas no grupo atualmente. Se anteriormente tínhamos uma grande quantidade de trabalhadores que estavam freqüentando a escola, nesse momento os dados demonstram o baixo índice de escolaridade desses trabalhadores, já que, conforme demonstrado acima, a grande maioria deles não concluiu o 1º grau. Tal fato atualmente demonstra a semelhança com os trabalhadores da Cooperativa Tatuapé.

²¹ Fonte: site do Ministério do Trabalho e Emprego – www.mte.gov.br (ver link SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária) – consulta realizada em 08-10-2005.

- experiência de trabalho anterior e trabalho com carteira assinada

7 trabalhadores possuíam alguma experiência de trabalhos anteriores, mas 5 deles nunca tiveram emprego com carteira assinada.

Os dados evidenciam que a proporção de trabalhadores que nunca tiveram carteira assinada é muito alta, tal como na cooperativa Tatuapé.

- número de pessoas na casa

De 1 a 3 pessoas – 3 trabalhadores

De 4 a 6 pessoas – 3 trabalhadores

De 7 a 9 pessoas – 2 trabalhadores

- quantas pessoas na casa têm renda

Uma pessoa – 4 trabalhadores

Duas pessoas – 2 trabalhadores

Três pessoas – 2 trabalhadores

- qual a renda total da casa

De R\$101 a R\$200,00 ao mês – 4 trabalhadores

De R\$201 a R\$500,00 ao mês – 2 trabalhadores

De R\$501 a R\$1000,00 ao mês – 2 trabalhadores

Observe-se, a partir desses dados, que as rendas familiares são quase miseráveis (4 trabalhadores pertencem a famílias com renda de até R\$200,00/mês). Esse dado torna-se ainda mais preocupante quando levamos em consideração o número de pessoas na casa (de 4 a 6). É importante ressaltar que, embora a renda familiar desses trabalhadores seja muito baixa, a retirada na cooperativa teve uma melhora no último mês (R\$150,00 em média). Mas temos clareza de que este valor está muito abaixo do mínimo necessário para sobreviver (R\$150,00 é menos da metade do salário mínimo atual vigente no País, e este já não garante o suprimento das necessidades mínimas dos trabalhadores).

Conclui-se, portanto, que a população da cooperativa Bonsucesso se caracteriza por grande quantidade de: mulheres chefes de família e famílias de trabalhadores que

provavelmente vivem em situação econômica quase miserável, se levarmos em conta a renda familiar.

- valor da última retirada

Todos os trabalhadores receberam, em média, R\$150,00 reais no último mês.

Podemos dizer que as cooperativas analisadas possuem alguns pontos em comum: ambas são formadas, em sua grande maioria, por mulheres, chefes de família, que têm extrema dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, o que provavelmente relaciona-se com a baixa escolaridade. Registre-se ainda que a maioria desses trabalhadores nunca teve trabalho com carteira registrada e que vivem em casas onde um pequeno número de pessoas tem renda.

No entanto, encontramos diferenças significativas ao compararmos alguns aspectos importantes na formação desses grupos: a retirada na cooperativa Tatuapé é bem maior que na Bonsucesso (fato relevante, mas observe-se que nos dois grupos estudados a retirada não é sequer razoável para alimentar um número mínimo de pessoas, mesmo levando-se em consideração o aumento na retirada dos trabalhadores da Bonsucesso). A comparação nos permite concluir que a Bonsucesso é muito mais precária que a Tatuapé, tendo em vista não só que a Tatuapé já está regulamentada enquanto a Bonsucesso ainda não se constitui efetivamente como cooperativa (não está registrada e ainda não possui o número mínimo de 20 trabalhadores para que isto seja possível juridicamente²²), mas também que apresenta maior retirada dos trabalhadores. Essas maiores dificuldades da cooperativa Bonsucesso serão discutidas mais adiante.

3.4 – A centralidade da formação – planejamento e relatórios de atividades

Planejamento

Nos dois grupos, o planejamento de atividades foi elaborado pelos formadores da incubadora para ser realizado nos anos 2003 e 2004. Para que esse plano de trabalho fosse

²² Está havendo modificações na Lei do Cooperativismo e já existem cooperativas, composta por no mínimo 9 trabalhadores, que conseguem a regularização jurídica. Contudo, esse trâmite ainda leva tempo e a incubadora avalia que não existem condições concretas de regularizar a cooperativa Bonsucesso neste momento.

aplicado, a incubadora trabalhou com 1 equipe de formadores constituída por 5 alunos da Unicamp, divididos nas seguintes áreas: planejamento econômico (PE), produção e tecnologia (P&T), dinâmica das relações humanas (DRH), processos pedagógicos (PP) e saúde do trabalhador e meio ambiente (S&MA).

O planejamento tinha como objetivos realizar oficinas nas temáticas das áreas acima mencionadas, possibilitando assim, uma introdução aos trabalhadores dos principais conceitos exigidos para o trabalho em cooperativas.

Relatório de atividades

Na medida do possível, as atividades foram realizadas. As maiores dificuldades encontradas foram relacionadas ao entendimento da autogestão do empreendimento. Outro aspecto considerado negativo para a realização do trabalho diz respeito à funcionalidade dos grupos, já que nenhum deles tinha condições materiais de continuar na cooperativa sem receber rendimentos.

3.5 - Comparação entre os dois grupos

Uma importante e talvez principal diferença entre as cooperativas Tatuapé e Bonsucesso é que a primeira já se constitui enquanto cooperativa, tanto juridicamente quanto à gestão do empreendimento (autogestão). Esse grupo já vem trabalhando junto há mais de um ano e podemos afirmar que os princípios do cooperativismo estão presentes na grande maioria desses trabalhadores. Já em relação a Bonsucesso a realidade é bem diferente. Conforme já mencionamos, nesse grupo houve uma alta taxa de rotatividade entre os trabalhadores e, outro aspecto significativo é o baixo número de trabalhadores na cooperativa (atualmente 10), fatos que ainda impossibilitam a regularização do empreendimento.

Também já mencionamos anteriormente as dificuldades que a cooperativa vem enfrentando e tais problemas dificultam o trabalho de formação dos trabalhadores que deveria estar sendo realizado pela equipe da incubadora que acompanha o grupo. Somadas essas dificuldades com a alta rotatividade que esteve presente durante muito tempo no grupo, o entendimento do que seja uma gestão autônoma do trabalho ainda é uma questão que necessita de um trabalho de formação a ser feito.

Conforme já elucidamos, os trabalhadores que constituem essas cooperativas são de faixas etárias semelhantes: na Tatuapé e na Bonsucesso a maioria são pessoas com idade acima de 40 anos. Conforme também já explicitado anteriormente, as mulheres são a grande maioria nos dois empreendimentos (70% como já citado anteriormente).

Outro dado semelhante é em relação às condições de trabalho. Nos dois grupos a infra-estrutura é bem aquém do desejado: há pouco espaço físico para a realização dos trabalhos, faltam maquinários adequados para a otimização da produção, faltam recursos financeiros para o investimento na cooperativa e alguns trabalhadores não estão conscientes da necessidade do uso dos equipamentos de proteção individual.

Seria um risco avaliar neste momento a viabilidade de continuidade desses empreendimentos. Mas uma coisa é certa: **essas cooperativas trouxeram para esses trabalhadores uma outra perspectiva de trabalho e geração de renda.**

Capítulo 4 – A Vivência dos Cooperados

“Eles se integram muito bem; isso (a integração entre os cooperados) funciona muito bem na cooperativa. Por mais que pareça que a gente tome a decisão sozinho, mas não é verdade, porque todos eles contribuem. Porque às vezes a gente pára e senta ali na hora do almoço ou na hora do café da tarde e junta todo mundo; um fala uma coisa, outro fala outra coisa e com isso a gente acaba conseguindo tomar um monte de decisão”.

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

A partir dos relatos dos trabalhadores das Cooperativas Tatuapé e Bonsucesso podemos dizer que no começo do processo de aproximação entre os trabalhadores e a Cooperativa, não há necessariamente, uma identificação automática dos mesmos com os valores do cooperativismo popular²³. Quando questionados sobre a razão pela qual tinham ido trabalhar na cooperativa, todos, sem exceção, responderam que o motivo era a falta de perspectiva de inserção no mercado formal de trabalho e a necessidade em contribuir para a renda familiar, como ilustram as falas a seguir:

“Porque eu estava desempregada, porque eu não tinha como trabalhar, porque eu tenho problema na coluna e não tenho como trabalhar. Então em pensei em ir lá (na cooperativa) porque o serviço é mais leve do que trabalhar de faxineira; então eu vim aqui”.

Entrevista realizada com Mercedes – trabalhadora da Bonsucesso.

²³ É importante explicitarmos o que é o Cooperativismo Popular, que se distingue das “cooperatas” ou das cooperativas mantidas a partir do interesse empresarial em não pagar os impostos trabalhistas. Contrariamente, as cooperativas populares são criadas por iniciativa dos próprios trabalhadores com os seguintes princípios: 1. Adesão livre e voluntária; 2. Controle democrático pelos sócios; 3. Participação econômica do sócio; 4. Autonomia e independência; 5. Treinamento e educação; 6. Cooperação entre cooperativas; 7. Preocupação com a comunidade.

“Eu entrei na cooperativa porque eu trabalhei em um lixão, então o lixão foi fechado em Hortolândia. Então a prefeitura de Hortolândia arrumou uma frente de trabalho para quem trabalhava no lixão, mas a gente que era de Campinas ficamos sem lugar para trabalhar. E aí eu fui pedir para o Toninho (ex-prefeito) se tinha alguma coisa relativa a isso, uma frente de trabalho ou qualquer coisa em que a gente pudesse se encaixar. E aí ele falou para mim que não tinha, que ele iria estar vendo para formar umas cooperativas em Campinas (...). E aí a gente começou com as reuniões até que formou a cooperativa e aí a gente veio trabalhar (...). O meu motivo de trabalhar na cooperativa é porque, olha, pela idade que eu tenho eu não arrumo serviço em outro lugar, eu sou considerada velha (rs...). Eu tenho 51 anos e mesmo eu tenho o meu menino, ele estava estudando e não tinha condições de comprar material de escola e nada para ele, eu não tinha mais”.

Entrevista realizada com Carla – trabalhadora da Bonsucesso.

*“Porque depois dos 40 é difícil arrumar emprego, as pessoas querem que a gente durma no emprego, e eu não quero mais trabalhar assim, eu quero ter o meu cantinho, **sem ficar com esse monte de patrão** (grifos nossos)”.*

Entrevista realizada com Benedita – trabalhadora da Tatuapé.

“Porque eu nunca consegui emprego no mercado. Eu não sei bem porque, mas todas as minhas tentativas foram mal sucedidas: entrevistas, testes, está muito difícil. Ai eu tive

uma chance aqui. No começo eu vim só para ajudar e agora eu acabei ficando, acabei gostando do lugar”.

Entrevista realizada com Roberto – trabalhador da Bonsucesso.

“Eu estava desempregada e cuidava de uma sobrinha. Eu trabalho porque eu preciso; sou sozinha, minha filha está parada e eu tenho que manter a casa: pago luz, pago água, gás. Eu não tenho marido, não tenho ninguém; aí eu tenho que arrumar serviço”.

Entrevista realizada com Ana – trabalhadora da Tatuapé.

Quando indagados sobre o funcionamento da cooperativa, encontramos uma divisão na opinião dos trabalhadores em relação ao seu funcionamento. Na Tatuapé, a desunião do grupo foi apontada como um dos problemas apresentados. Os relatos também destacam a falta de maquinário, a queda do recebimento do material para a triagem e venda e a caída no preço das vendas desse material, motivo que gerou uma baixa significativa na retirada da Cooperativa.

“Precisa ter mais amizade; unir todo mundo, nem que seja para brigar. Precisa mais amizade de todos, porque alguns têm. É difícil. O serviço é muito difícil: se você vai trabalhar com um material é difícil, se você vai fazer outra coisa, também é difícil, se você vai carregar madeira, é difícil”.

Entrevista realizada com Maria – trabalhadora da Tatuapé.

“Eu acho que tudo funciona bem, a parte do serviço; só não funciona bem a parte da união: eu acho que o pessoal não é unido, eu não sei porque. De primeiro a gente brigava muito, agora não briga mais não. Já brigamos

bastante, agora não brigamos mais. O mais difícil é o material, mas a gente tem que continuar... mas tá muito fraco de material”.

Entrevista realizada com Ana – trabalhadora da Tatuapé.

“A parte do material é a mais difícil”.

Entrevista realizada com João – trabalhador da Tatuapé.

Já para a maioria dos trabalhadores da Bonsucesso, o principal problema na cooperativa refere-se ao local do trabalho. A desorganização do local acaba atrapalhando o dia-a-dia da cooperativa e o fato desse barracão ser alugado impossibilita a melhoria na realização da triagem dos materiais. Outro ponto negativo apresentado foi a queda nos preços dos materiais e a baixa retirada.

“Eu acho que o mais difícil, o que deixa a gente com mais dificuldade, é o fato de a gente não ter planejado ter vindo para cá. Porque você roda com as coisas e está sempre desorganizado, por mais que você luta está desorganizado. E isto de certa forma causa um certo transtorno, causa irritação; não só para a gente que fica limpando, mas para eles que ficam lá triando. Isso é a pior coisa que tem na cooperativa, foi ter vindo sem ter um planejamento. Isso eu acho que foi a pior coisa. A gente saiu do DLU (Departamento de Limpeza Urbana) e veio pra cá sem absolutamente nada, sem água, sem luz, sem nada. Isso daqui era o lugar onde tinha pessoas andarilhos, drogados e aqueles bichas de lá de cima, esse era o ponto deles; então isso aqui era um horror, estava cheio de mato, não teve como a gente planejar aquilo que ia acontecer. Não tinha como mudar o prédio, como até agora não pode; isso é a pior coisa para se ter em uma cooperativa. É você não ter como guardar as coisas de um modo decente. Se você

tem uma visão da cooperativa limpinha, arrumadinha, cada coisa em seu lugar é muito bom para trabalhar e não é só para mim, não. Para eles também, porque eles não vêem aquela necessidade de ter que parar aqui para ajudar ali. Se tivesse tudo no lugar, o trabalho aconteceria sem interrupções”.

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

Por outro lado, podemos perceber que os trabalhadores estão satisfeitos com o grupo de trabalho. Em ambas as cooperativas, eles citam em vários momentos a união do grupo e o fato de todos se conhecerem seriam motivos de contentamento.

“O sistema de trabalhar eu acho que está bom, eu acho que está bem aqui na cooperativa. Eu acho que é isso, o sistema de trabalhar, o sistema de conversar com todos, todo mundo se une, eu acho que é um sistema bom de trabalhar”.

Entrevista realizada com Carla – trabalhadora da Bonsucesso.

“Sabe que eu não parei para pensar no que funciona bem na cooperativa? Mas uma coisa eu sei. Eu acho que o mais gostoso que funciona é receber o pessoal; talvez você ache que eu esteja falando demais do pessoal, receber o pessoal, mas é a parte gostosa, quando chega alguém na cooperativa e pede serviço e a gente tem, e o pessoalzinho daqui de dentro recebe muito bem o povo quando vem de fora. Isso funciona muito bem. Conversar com eles não passando uma obrigação, mas passando uma conversa assim, que seja o assunto da cooperativa.”

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

“E a esperança que eu tenho é a de trabalhar bastante, muito mesmo, com os companheiros todos juntos, para a gente ultrapassar o que a gente faz; eu quero dar tudo de mim para que isso contribua com os cooperados e eles têm que contribuir também. Eu gosto demais de trabalhar aqui”.

Entrevista realizada com Benedita – trabalhadora da Tatuapé.

“Porque é só a gente, é algo mais pessoal, é mais família, acaba não sendo uma relação patrão- empregado; é uma relação mais família mesmo, um ajuda o outro. Isso acontece aqui, mesmo que o pessoal não ache, acontece. Um ajuda o outro mesmo sem saber. Isso no tempo fica normal. Você faz, é por instinto. Eu gosto de tudo, eu gosto do trabalho daqui”.

Entrevista realizada com Roberto – trabalhador da Bonsucesso.

Quando indagados sobre a retirada, encontramos uma insatisfação geral dos trabalhadores dos dois grupos. No caso da Tatuapé encontramos trabalhadores que afirmam que, há alguns meses atrás, sua retirada era suficiente para o sustento de sua família.

“Não, há um tempo atrás era (grifos nossos). Dá para completar com o salário do meu marido, só o meu não dá”.

Entrevista realizada com Ana – trabalhadora da Tatuapé.

“Piorou a parte de produção, do material. Só piorava no final do ano, agora ainda estamos em julho e já piorou bastante; só piorava no final do ano, em dezembro”.

Idem.

“Piorou foi o salário, o material caiu, os preços também”.

Entrevista realizada com Mariana – trabalhadora da Tatuapé.

“Tem vezes que eu pago a luz, pago a água. Tem vezes que eu compro gás. Eu não consigo fazer tudo. Se eu for fazer tudo, não dá. Agora eu mudei de casa e não sei se as contas vão ser mais baratas, mas de qualquer jeito não dá. Se eu for fazer uma feira bem feita mesmo não dá. Não dá para comprar carne sempre, a gente faz o que dá. Não dá para passar bem e ainda minha filha teve um neném”.

Entrevista realizada com Domingas – trabalhadora da Bonsucesso.

“O meu trabalho aqui é para pagar as contas. Trabalho muito e só dá para pagar as contas, as despesas da casa”.

Entrevista realizada com Maria – trabalhadora da Tatuapé.

Apesar das queixas em relação às retiradas, os trabalhadores da Tatuapé e da Bonsucesso afirmam que a vida melhorou após o início do trabalho na cooperativa. O estabelecimento de relações sociais foi um dos pontos sublinhados para justificar essa melhora. O crescimento pessoal também foi abordado pelos trabalhadores.

“Depois que eu comecei a trabalhar na cooperativa mudou muito, tudo; eu fiquei feliz de não ter que ficar presa no apartamento. Lá a responsabilidade é dobrada, tem que tomar conta de tudo. Meu patrão era chique, eu tinha que

tomar conta da mansão dele, de cima para baixo, e 13 cachorros, eu ficava sozinha na mansão, nem via a cara dele. Era aquele peso forte em cima da responsabilidade da gente. Nada piorou e ainda eu consigo dar uma viajada”.

Entrevista realizada com Benedita – trabalhadora da Tatuapé.

“Eu não conversava com ninguém, eu não falava não; eu engolia todas as coisas, vivia dentro do hospital porque acontecia as coisas erradas e eu ao invés de falar eu engolia e acabava sempre com úlcera nervosa e eu acabava dentro de um hospital. E através da cooperativa eu parei e pensei bem e quando o pessoal falava duas palavras e eu não gostava eu falava cinco ou seis para ela, aí eu fui indo e descobrindo os limites deles, a minha forma de falar e procurei mostrar para as pessoas que eu tenho um jeito e o meu jeito é esse”.

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

*“Acho que se hoje eu sáísse da cooperativa eu conseguiria viver muito melhor do que há 25 anos atrás, que eu não sabia; aos 25 anos eu não tinha noção de nada (ela tem 39 anos atualmente), depois dos 25 anos, com tanto médico, eu parei para pensar mas eu não tinha condição de falar ou expor aquilo que eu tava pensando, e de 4 anos para cá eu consegui fazer as 2 coisas. **Foi uma experiência fora do comum; para quem briga hoje pra caramba, nossa!**”
(grifos nossos).*

idem.

Contudo, verificamos também que para grande parte desses trabalhadores nada foi modificado ou até piorou. A queda dos preços dos materiais comercializados foi o motivo que justificaria a piora na vida, na opinião de alguns dos trabalhadores.

Foi nesse momento que encontramos a maior diversidade nas respostas em relação ao trabalho na cooperativa. Não existe um consenso em relação à melhoria ou não nas suas vidas quando são indagados a este respeito.

“A poeira também é difícil, nós temos máscara, óculos, tem o capacete, mas o capacete quase não usa. Tem luva de couro, mas o mais importante é a máscara e os óculos; mas a gente tira, a gente usa e tira, a gente não agüenta, sufoca²⁴. A gente tira tudo do trabalho aqui, a gente tem que sobreviver, tá muito difícil; é aqui que eu tenho para sobreviver”.

Entrevista realizada com Benedita – trabalhadora da Tatuapé.

“Melhorou muita coisa, pelo menos eu tenho esse dinheiro todo o mês para pagar o aluguel; vivo sossegado”.

Entrevista realizada com João – trabalhador da Tatuapé.

“É melhor estar trabalhando do que ficar em casa, porque em casa não ganho nada e trabalhando, mesmo que pouco, eu tenho. Um dinheirinho para comprar alguma coisa, pagar gás, água, luz, isso ajuda”.

Entrevista realizada com Domingas – trabalhadora da Bonsucesso.

“A parte social melhorou, eu fiz amigos. Nada piorou. Não tem como piorar não”.

²⁴ Esta fala remete à inadequação de certos equipamentos de proteção individual, que acabam sendo motivo de desconforto e incômodo, quando não de sofrimento para os trabalhadores.

Entrevista realizada com Maria – trabalhadora da Tatuapé.

“Está a mesma coisa e não piorou nada não. Piorou foi o salário: o material caiu, os preços também. Eu espero que melhore”.

Entrevista realizada com Mariana – trabalhadora da Tatuapé.

Convém destacar a reincidência das falas das trabalhadoras que apontam a importância da possibilidade de socialização na cooperativa, quando comparado ao trabalho de doméstica; algumas delas vivem essa mudança como uma verdadeira libertação, como testemunham as declarações abaixo.

“Eu acho que melhorou sim, porque a gente ficando dentro de casa parece que a gente fica mais apertada; também a gente conversa menos, só com as pessoas que moram com a gente. Aqui não, a gente conversa com todo mundo; sei lá, a gente fica mais espontâneo, se sente melhor em tudo, até na saúde, a gente se sente melhor. A gente fica em casa, só faz serviço de casa e não tem muito o que conversar, não tem muito o que falar, não tem muito o que aprender. Aqui a gente aprende, conversa com um e com outro, aprende”.

Entrevista realizada com Carla – trabalhadora da Bonsucesso.

*“Depois que eu comecei a trabalhar na cooperativa mudou muito, tudo; eu fiquei feliz de não ter que ficar presa no apartamento (...). **Agora eu sou livre** (grifos nossos)”.*

Entrevista realizada com Benedita – trabalhadora da Tatuapé.

Também não existe consenso entre os trabalhadores da Tatuapé e da Bonsucesso quanto à permanência na cooperativa diante da oportunidade de um outro trabalho. Há trabalhadores que relatam que não sairiam da cooperativa, pois gostam do trabalho, já estão acostumados com o ambiente na cooperativa e pelo fato de não existir a relação patrão-empregado.

“Se a oferta fosse realmente boa eu até sairia. Carteira assinada, INSS, plano de saúde, vale transporte, eu até sairia, mas se não eu acho que ficar na cooperativa é melhor. É melhor porque aqui todo mundo se conhece, é algo que eu sei o que está acontecendo. Em uma empresa eu somente ficaria ali para cumprir meu papel e não saberia quais são os problemas, quais são as soluções. Eu iria dar o mínimo de contribuição, somente com o trabalho”.

Entrevista realizada com Roberto – trabalhador da Bonsucesso.

“Eu vou ser sincera para você. Eu não sairia da cooperativa não. Se eu sair eu vou embora para casa. Aqui eu tenho minhas amigas, minhas amigas são amigas, eu vou na casa delas. Eu estou com 58 anos e acho que chega. Só saio daqui para ir direto para casa. Eu gosto bastante daqui por causa das amizades”.

Entrevista realizada com Maria – trabalhadora da Tatuapé.

“Eu acredito que não, porque eu já me acostumei a esse sistema e gosto desse sistema. Eu já trabalhei em empresa e sei que é muito diferente”.

Entrevista realizada com Carla – trabalhadora da Bonsucesso.

“Hoje não, primeiro que eu ainda não aprendi o suficiente e segundo porque ainda tão precisando (os demais cooperados). Quando chegar alguém lá no portão e eles souberem dizer que a cooperativa é minha, desse, desse e desse e a situação é essa daqui e acabou, aí sim, aí não teria qualquer problema. Mas tirando isso daí, eu acho que a gente ainda não está com aquele grupo para ter isso. Cada um está dentro do seu limite, cada um sabendo o que vai responder. Então por enquanto eu não sairia. A não ser mesmo por uma força maior, mas caso contrário não”.
Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

“Não, eu não ia sair da cooperativa não. Porque eu gosto de trabalhar na cooperativa, já me acostumei muito aqui. Não consigo ficar longe daqui. Mas se for o caso de eu me afastar (ela tem um problema no braço), adeus cooperativa. Tá ótimo aqui.”
Entrevista realizada com Maria – trabalhadora da Tatuapé.

Já os trabalhadores que acenam com a saída da cooperativa diante da possibilidade de arrumar um emprego no mercado formal de trabalho, argumentam que a segurança no trabalho seria o principal motivo para o desligamento da cooperativa. Fatores como ter carteira assinada, plano de saúde, salário fixo e teoricamente maior, foram os motivos citados.

“Eu queria, se fosse registrado, tudo, eu saía da cooperativa. Porque dá mais segurança para a gente; aqui a gente trabalha mas não tem segurança; se você ficar doente, você não tem os mesmos direitos que um registrado

tem. Quando eu estava na cooperativa e fiquei grávida, de licença, eu fiquei recebendo só a metade; foi uma briga danada para eu receber. Se fosse registrado não era, eles pagavam, foi uma briga aqui²⁵. Sempre eu falo que eles deviam pagar os nossos direitos, a gente tem direito. Se ficar doente, aí depende da conversa, você tem direito a meia retirada. Tem alguns que aceitam, outros não. Se a gente fosse registrado isso não aconteceria. Se ficar doente, e alguns não aceitam, não recebe não. Tem alguns que têm, mas e quando falta comida? E quem não tem? Não tem ninguém que olhe para a gente. Eu acho muito difícil assim, porque tem que pagar, se eu ficar doente, eu acho que tem que pagar. Hoje sou eu, amanhã pode ser outro, acho que tem que pagar. Um tem que ajudar o outro, o pessoal é da cooperativa? Como é ser patrão desse jeito?”.

Entrevista realizada com Ana – trabalhadora da Tatuapé.

“Sairia. Porque eu ia ter um salário fixo. Eu não tenho um salário fixo e não sei quanto vou ganhar”.

Entrevista realizada com João – trabalhador da Tatuapé.

“Eles não me pegariam por causa do meu problema na coluna. (ao insistir na pergunta, sem considerar o problema na coluna): eu iria porque eu trabalhava registrada, ganhava mais, com certeza; porque aqui a gente ganha o que vende, se vender ganha, se não, não ganha, se trabalhar ganha, se não trabalhar, não ganha, mas eu já entrei aqui sabendo disso e fiquei”.

²⁵ A fala desta trabalhadora remete para a importância e a complexidade da questão de gênero nas cooperativas. Essa questão será discutida posteriormente.

Entrevista realizada com Mercedes – trabalhadora da Bonsucesso.

“Se fosse melhor... ganhar melhor, ganhar R\$200,00 e a cesta (básica), aí era melhor, aí eu sairia”.

Entrevista realizada com Domingas – trabalhadora da Bonsucesso.

“Eu ia porque tem mais segurança no trabalho”.

Entrevista realizada com Mariana – trabalhadora da Tatuapé.

Percebe-se, a partir das entrevistas e do histórico de retiradas das cooperativas, que o trabalho não traz grandes compensações econômicas, mas em termos políticos (a construção coletiva, o engajamento) e em termos de crescimento pessoal, no sentido de aprender algo, de falar, de se sentir valorizado, reconhecido, a satisfação é significativa. É visível como o processo de incubação levado a cabo a partir dos paradigmas da educação popular permite que os cooperados, ao se depararem com as contradições inerentes ao empreendimento coletivo a que se propuseram, aprofundem a consciência de seu papel, de sua importância na construção da cooperativa e da realidade que os cercam. É através dessa conjugação entre as demandas/ problemas reais da cooperativa e a reflexão coletiva sobre os mecanismos que ditam tais processos, proporcionada em grande medida pela ação educativa da incubadora, que se produz nos casos estudados a consciência da necessidade da cooperação, do trabalho coletivo e da mobilização conjunta. E é a partir dessa consciência individual e coletiva, que surge a possibilidade de construção de práticas que superem ou que busquem superar as contradições colocadas.

“Melhorou o meu jeito de ser. Eu não estou dependendo tanto dos meus pais para arrumar dinheiro, eu tenho mais noção, eu era mais sem noção do que eu sou. Eu sou uma pessoa melhor, eu adquiri mais responsabilidade, ajudo em casa, tenho mais consciência do que está acontecendo, e

também estou vendo que a situação não é fácil, se ninguém ajudar, eu não sei onde é que vai parar”.

Entrevista realizada com Roberto – trabalhador da Bonsucesso.

“Experiência nenhuma eu tinha. Eu tinha até medo de olhar nas pessoas, morria de medo de estar conversando com alguém, eu não falava com ninguém não; é sério, eu tive problemas de depressão muito sério, tomava calmante e eu aprendi a falar e a me desenvolver através da cooperativa”.

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

“Aprendi que precisa unir todo mundo, nem que seja para brigar. Aqui tudo é difícil, o serviço é difícil, se você vai trabalhar com o material é difícil. Não tem nada fácil aqui, nada. Se não tivermos união e coragem ficaria difícil”.

Entrevista realizada com Maria – trabalhadora da Tatuapé.

Encontram-se *relações políticas*, entendendo-se política no sentido de engajamento para a resolução de problemas coletivos. As relações políticas desenvolvidas nas cooperativas podem ser classificadas como internas e externas. No plano interno, trata-se da vivência, da participação na gestão, da construção de uma identidade coletiva. Já no plano externo, a ação se dá numa perspectiva de conflito social – as reuniões com os gestores públicos, os atos na câmara municipal. A cooperativa incentiva a participação política na sociedade. Os cooperados aprendem a ser cidadãos, a colocar-se na sociedade.

“Através da cooperativa eu aprendi muito, principalmente a entrar na prefeitura. Eu não sabia com quem falar, tanta coisa que acontecia: olha um falou não sei o que, um foi

cassado, eu não sabia como; quando eu ia chegar e falar com alguém da prefeitura, eu não falava com ninguém não, eu só escutava.... e via que tava errado e continuava naquilo mesmo, e por fim eu fui falando, falando e hoje eu falo demais da conta (risos...); passo dos limites, mas eu aprendi bastante. Aprendi muita coisa e aprendi principalmente a ver como as pessoas funcionam”.

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

*“Essa foi a parte mais gostosa de todas, **eu aprendi a abrir a minha boca e decidir aquilo que é bom** (grifos nossos)”.*

Idem.

*“**Aprendi que é muito importante ter muita união** (grifos nossos). Para funcionar bem, para ir bem mesmo precisa ter muita união”.*

Entrevista realizada com Mariana – trabalhadora da Tatuapé.

Assim a visão que eles vão desenvolvendo sobre o trabalho, embora cheia de conflitos, contradições e de reproduções da ideologia dominante, parece ultrapassar uma mera participação na gestão da organização e proporciona a consciência da luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das tomadas de decisões (Chauí, 1986). Constata-se a existência de práticas reais de solidariedade, que possibilita, além da geração de renda, a construção de laços de solidariedade (Nunes, 2004). Alguns desses trabalhadores entendem que estão reivindicando o direito à cidadania, que será concretizada pela efetiva manutenção do empreendimento. Percebemos em muitos trabalhadores a presença do espírito militante, embora o mesmo não seja generalizado entre eles.

“Por mais que você luta, está desorganizado”.

Entrevista realizada com Roberto – trabalhador da Bonsucesso.

“Não tem nada fácil aqui, nada. O que tem de fácil aqui é só a coragem. Se não tivesse coragem ficaria difícil”.

Entrevista realizada com Maria – trabalhadora da Tatuapé.

“Não é só para gerar renda, mas também para limpar um pouco, para a gente ter um pouquinho de ar para a gente respirar, que é o que a gente não tem. Esse é um dos meus principais objetivos. Tanto é que quando eu me mudei para cá, eu ligava para tudo quanto é empresa. Liguei para o pessoal da Lacta, liguei para a Nestlé, liguei para o Café Pelé, fui ligando para todo mundo porque o material deles não tinha nenhum tipo de identificação²⁶. A moça da Nestlé ligou para mim de volta e perguntou se a empresa não colocasse a identificação o que é que eu ia fazer. Eu disse que a única coisa que eu ia fazer era estar passando para o máximo de pessoas possíveis que o material de vocês é só gostoso por dentro porque por fora ele faz um mal terrível; tirando isso daí eu não vou estar fazendo mais nada, eu não quero o dinheiro de vocês, eu não tenho a intenção de processar vocês de qualquer maneira, eu só quero que vocês identifiquem o material que vocês estão pondo na rua. Porque é mais fácil de a gente trabalhar com ele aqui fora; sabe eu fui ligando, ligando, peguei uma empolgação tão grande que eu acreditei que agora eu ia limpar o mundo (risos....) (grifos nossos). Porque eu queria aquilo identificado, aquilo que eu não sei eu quero saber o que é que é, foi um tempinho muito gostoso. Mas você sabe que

²⁶ Apesar de a identificação do material utilizado nas embalagens não ser obrigatória por lei, a maioria das empresas o fazem, visando facilitar o trabalho da reciclagem.

agora a maioria dos materiais estão vindo identificados, eu sai ligando e isso é muito gostoso na cooperativa. É gostoso porque além de você ter história para contar, tem pessoas que você conseguiu fazer cair na real, que a coisa está grave. Essa é a parte boa da cooperativa.

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

Essa fala faz emergir o importante sentimento que o trabalho coletivo proporciona no sentido de fortalecer os trabalhadores cooperativados no enfrentamento com instituições poderosas, como as empresas multinacionais, ajudando o processo de tomada de consciência de que eles são portadores de direitos e podem se organizar para lutar por eles.

A partir dos relatos podemos concluir que os trabalhadores procuram a cooperativa pela falta de perspectiva de inserção no mercado formal de trabalho, fato justificado por estarem com idade acima de 40 anos e não terem cursado o ensino superior. E também pela necessidade de contribuir para a renda familiar. Neste momento, não existe um conhecimento da gestão do trabalho.

As dificuldades apontadas dizem respeito, sobretudo à questão da retirada²⁷, que tem sofrido quedas mensais, na Cooperativa Tatuapé, fato que vem acarretando dificuldade de subsistência desses trabalhadores, já que a maioria deles depende exclusivamente da remuneração desse trabalho para o sustento da família.

Outra questão mencionada por alguns se refere à dificuldade de infra-estrutura e maquinários para os empreendimentos. Relatam a dificuldade de conseguir equipamentos e locais apropriados para a instalação da cooperativa.

Os argumentos colocados pelos trabalhadores sugerem que o déficit de políticas públicas para a Economia Solidária vem acarretando dificuldades para a manutenção desses empreendimentos.

²⁷ Retirada é o que os trabalhadores recebem no final do mês. Fala-se em retirada porque não existe um valor fixo mensal, ou seja, há variações que ocorrem por conta dos gastos, das vendas e do valor dos produtos.

Há divergência quanto ao trabalho em grupo. Os trabalhadores da Tatuapé estão insatisfeitos com o grupo de trabalho. Apontam a falta de coesão como um dos principais problemas enfrentados na cooperativa. Já os trabalhadores da Bonsucesso demonstram satisfação com o trabalho em grupo e com o entendimento construído entre eles de que a mobilização aponta alternativas de conquistas para a Cooperativa.

Em relação à permanência na cooperativa diante da oportunidade de um outro trabalho, as respostas não são unânimes. Há trabalhadores que afirmam que sairiam da cooperativa se conseguissem um emprego no mercado de trabalho, pois então teriam os direitos trabalhistas garantidos (carteira de trabalho, INSS, vale transporte e alimentação).

No entanto, podemos identificar alguns aspectos relevantes que foram abordados. Percebemos que os trabalhadores, especificamente na Bonsucesso, estão satisfeitos com o grupo de trabalho. Citam em vários momentos a união do grupo e sua satisfação em estar na Cooperativa.

O estabelecimento de relações sociais foi um dos pontos sublinhados para justificar essa melhora. O crescimento pessoal também foi abordado pelos trabalhadores. Para algumas mulheres, o trabalho na cooperativa trouxe uma perspectiva de “libertação” em relação ao trabalho doméstico. Encontramos satisfação na fala dessas trabalhadoras em relação à gestão coletiva e ao fato de não estarem mais submetidas à relação patrão e empregada.

Entendemos a abertura de uma nova perspectiva para o trabalhador através da construção efetiva de relações de trabalho e constituição de laços de solidariedade. Além de se constituírem enquanto uma alternativa de geração de trabalho e renda, as cooperativas podem ser consideradas como importantes espaços nos quais os trabalhadores adquirem uma experiência de organização não-hierárquica. Com essa experiência, os cooperados aprendem na prática a importância e a necessidade de se organizar enquanto grupo, na mobilização coletiva para a conquista de seus direitos.

Outro aspecto importante a ser destacado é em relação às mulheres trabalhadoras dos grupos. Entendemos ser importante a inserção dessas mulheres devido, entre outros fatores, à possibilidade de conquista do espaço público.

Podemos afirmar que o contato com os formadores da incubadora foi importante para incentivar a mobilização e organização, através dos cursos de formação política

ministrados durante esse período e pelas experiências concretas vivenciadas e refletidas em conjunto no espaço do trabalho.

Capítulo 5 - A Experiência na Argentina

5.1 – Histórico do surgimento das cooperativas

A partir de 1976, a implementação de políticas neoliberais na Argentina ocasionou um processo de intensa crise social, econômica e política (Fajn, 2003). Foi neste contexto que ocorreram as primeiras experiências de formação de cooperativas através da ocupação de fábricas pelos trabalhadores. Neste período foram formadas cerca de 20 cooperativas que estavam localizadas ao sul da Argentina e também na cidade de Buenos Aires. (Rebón, 2004).

Em dezembro de 2001, a crise ocasionou o colapso do mercado financeiro. A abrupta queda da produção industrial e, conseqüentemente, o aumento do desemprego, são questões que influenciaram diretamente no fenômeno da formação de cooperativas mediante a ocupação de fábricas. (Fajn, 2003).

De fato, as conseqüências para os trabalhadores foram imediatas. A taxa de desocupação alcançou números altíssimos, sendo que no primeiro semestre de 2002 atingiu praticamente 25% da População Economicamente Ativa (Ruggeri, 2005). Desde meados dos anos 90 surgiram outros movimentos sociais que questionavam as políticas neoliberais adotadas, modificando o cenário político-social na Argentina: os piqueteiros, as assembléias barriais, os clubes de trocas. Ainda que estivessem com distintos níveis de organização, os protestos contra a implementação das políticas neoliberais tornavam-se cada vez mais freqüentes neste cenário (Ruggeri, 2005). E é neste marco que surge, entre o fim dos anos 90 e início de 2000, uma grande quantidade de empresas que são recuperadas pelos seus trabalhadores, com o objetivo principal de defender seus postos de trabalho, mantendo-as em funcionamento (Ruggeri, 2005). Ainda segundo o autor, há cerca de 170 unidades produtivas em todo o país que estão sendo geridas pelos trabalhadores.

Entre elas, podemos destacar as cooperativas Bauen e Zanón, que fazem parte do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER). Esse movimento tem como um de seus objetivos a luta pelo reconhecimento das cooperativas populares pelo Estado. Os grupos pertencentes ao MNER realizam reuniões bimestrais onde são discutidas, entre outros assuntos, as dificuldades que alguns grupos enfrentam. Por isso, podemos considerar

o apoio existente entre elas, como uma questão de grande importância para a viabilização e desenvolvimento das empresas.

Nosso estudo foi realizado na cidade de Buenos Aires. Foram realizadas entrevistas com trabalhadores das seguintes empresas e cooperativas: Buenos Aires Una Empresa Nacional (Bauen), Cooperativa de San Telmo, Textil Ceres, Cooperativa Manos, Cefomar Editora, Panaderia La Argentina.

A – Buenos Aires Una Empresa Nacional (Bauen)

A história da formação da Cooperativa Bauen inicia-se em 2003, quando 37 trabalhadores ex empregados do então antigo Hotel decidiram ocupá-lo. O Hotel Bauen foi fechado em 2001 por ordem judicial e assim permaneceu até meados de 2003.

Segundo relato de um trabalhador, quando a ocupação aconteceu, o edifício encontrava-se em péssimas condições, bastante destruído. Foi então que se iniciou um trabalho para a restauração do mesmo, que começou lentamente, com a reforma de alguns quartos. Havia também um salão que era alugado para eventos, como festas de casamento e atividades culturais.

Ainda segundo nosso entrevistado, um momento importante para essa reconstrução foi quando se instalou no Bauen um grupo de uma orquestra da Venezuela. Este grupo esteve por 20 dias no hotel e os recursos obtidos foram fundamentais para a continuidade da obra.

Outro apoio considerado fundamental para a restauração foi o auxílio prestado por outras empresas recuperadas, como por exemplo, a Zanón (fabricante de cerâmica), que cedeu materiais de construção e recursos financeiros para a cooperativa.

Atualmente, as obras de restauração foram realizadas em 85% do Hotel e 146 trabalhadores recuperaram seus postos de trabalho. No entanto, a questão judicial não foi solucionada: em maio deste ano (2006), os trabalhadores do Bauen receberam a notícia de que os antigos donos da empresa ganharam uma causa na justiça que determinava a saída dos trabalhadores do Hotel para a retomada dos antigos proprietários. Imediatamente, os trabalhadores entraram com um recurso para impedir que a ordem de despejo fosse realizada. O caso está na justiça e não há previsão de quando será definitivamente solucionado.

B – Textil Ceres

A Cooperativa Textil Ceres, que trabalha com confecção de camisas, tinha 40 anos quando foi ocupada, em 10 de maio de 2004. A antiga empresa era gerida por um patrão que faleceu e na gestão dos filhos a empresa faliu e foi fechada.

A ocupação da empresa foi discutida pelos trabalhadores em conjunto com uma advogada que naquele momento atuava junto ao Movimento Nacional de Empresas Recuperadas. Após algumas reuniões, os trabalhadores decidiram ocupar a fábrica e começar a produzir.

Atualmente a cooperativa funciona em sua antiga instalação e abriu uma loja para a venda dos produtos produzidos, ou seja, de camisas e confecção em geral.

C - Cefomar Editora

A Cooperativa Cefomar era uma empresa editorial chamada “Marimar Ediciones”. A história da formação da cooperativa inicia-se com a quebra da empresa, que em 1997 vendeu suas ações para uma outra empresa e acabou endividando-se, decretando falência. Foi neste momento que os trabalhadores ocuparam e iniciaram a gestão coletiva da Cefomar.

Como a cooperativa estava com muitas dívidas, a solução encontrada foi vender os livros que estavam estocados para pagar as contas atrasadas de água, luz e gás. E havia também a dívida com os autores dos livros. Foi somente em outubro de 2002 que a Cefomar conseguiu a legalização da cooperativa.

Atualmente na Cefomar funciona uma escola para crianças carentes, com idade entre 0 a 3 anos e um atendimento psicopedagógico para crianças de 4 a 5 anos que possuem dificuldades de aprendizagem. Também funciona na cooperativa um centro de orientação docente, onde se realizam 4 cursos para professores. De um acordo com uma organização não governamental surgiu a experiência de realizar a educação de jovens e adultos.

A cooperativa continua com a editoração de livros, trabalhando principalmente em parceria com os professores da Universidade de Buenos Aires. Contudo, ainda vem enfrentando problemas judiciais, sofrendo a constante ameaça de desocupação do prédio.

D – Cooperativa Manos

A história da Cooperativa Manos começou no ano de 2001, em um organismo de Direitos Humanos chamado Hijos, que aglutina filhos de desaparecidos, de presos políticos, de exilados. Da organização de uma comissão de arte e política em Hijos surgiu a idéia de formação de uma cooperativa de serigrafia.

Depois da crise de 2001, a cooperativa quase fechou. As vendas caíram muito e foi quando os trabalhadores procuraram a IMPA, uma empresa ocupada na cidade de Buenos Aires para pedir auxílio. A resposta veio em seguida: a partir de então, a Cooperativa Manos passaria a funcionar em um espaço dentro da IMPA.

Segundo relato de um entrevistado, as dificuldades para a obtenção de recursos para a continuidade do empreendimento foram grandes, e isso fez com que muitos trabalhadores não continuassem na cooperativa. Ainda segundo nosso entrevistado, essa questão da rotatividade vem sendo solucionada desde o momento em que o grupo começou a ter uma produção mínima que garantisse uma pequena retirada. Atualmente a Cooperativa produz camisetas e bolsas e as perspectivas de que a produção aumente com o início da campanha eleitoral são bastante positivas.

E – Cooperativa de San Telmo

A cooperativa de habitação localizada no bairro de San Telmo foi formada no ano de 2002, através de um programa em parceria com o Governo da Cidade de Buenos Aires. O objetivo da formação da cooperativa seria o da compra e construção de habitações para famílias carentes.

A cooperativa possui 4 anos e alguns problemas, segundo relato de duas trabalhadoras entrevistadas. O primeiro refere-se à formação dos trabalhadores. As cooperadas relatam a dificuldade de implantação da autogestão no empreendimento. Atribuem essa dificuldade à falta de formação para o trabalho em cooperativas, o que, de acordo com elas, deveria ser de responsabilidade do poder público. Referem-se também à falta de apoio do governo da cidade de Buenos Aires para o efetivo funcionamento da cooperativa: a dificuldade de obtenção de crédito para a compra dos terrenos e a construção das habitações; os problemas na contratação de profissionais (arquitetos, engenheiros,

contador). De acordo com as entrevistadas, a contratação desses profissionais seria responsabilidade do poder público e ainda não foi solucionada.

F – Panaderia La Argentina

A Cooperativa La Argentina trabalha como padaria e possui três anos de existência. Surgiu depois de um processo de quebra da empresa anterior. Seu antigo dono abandonou o empreendimento, deixando os trabalhadores sem o pagamento dos salários, com dívidas de estrutura, como água, luz, gás e sem matéria prima. Isso aconteceu em 2001, em plena crise econômica. Foi então que os trabalhadores, reunidos com outros trabalhadores ligados ao Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, tomaram a decisão de ocupar a empresa e transformá-la em cooperativa.

Segundo relato de nosso entrevistado, as dificuldades iniciais eram as obtenções de crédito para manter a cooperativa em funcionamento. No início, a produção era pequena, mas com o decorrer do tempo começou a melhorar e houve então a possibilidade de começar a investir na compra de matérias primas em maiores quantidades.

Ainda segundo nosso entrevistado, uma conquista importante para a Cooperativa foi a concretização da Lei de Expropriação Transitória. Essa lei garantiu que o prédio e todo o maquinário da cooperativa se tornassem propriedade do Governo da Cidade de Buenos Aires, que o cederia em comodato para a Cooperativa. Depois desses dois anos, a Lei de Expropriação Definitiva²⁸ foi alcançada. Isso significou que o Estado cedeu definitivamente toda a estrutura para os trabalhadores desse empreendimento.

Atualmente (junho de 2006), a Cooperativa está composta por 27 trabalhadores. A perspectiva é de que, até o final deste ano, aconteça a incorporação de pelo menos mais 15 trabalhadores.

5.2 – Estudos de caso – a visão dos cooperados

“Entonces, la esperanza que tenemos es en esta forma cooperativa; entre muchos, fortalecernos y ahí hay una mínima esperanza de lograr la vivienda. El sistema

²⁸ No capítulo seguinte, onde abordaremos o estudo com os gestores, faremos uma descrição detalhada da definição e do significado político que a Lei de Expropriação Definitiva representa para os empreendimentos.

cooperativo creemos que és muy bueno; por eso seguimos adelante (...) para ver que en algún momento cambie (...). Nos sostenemos com eso, de luchar y a partir de lo que há sucedido con la crisis del 2001, sabemos que sólo la gente participando, puede cambiar algo”.

Entrevista realizada com Raquel, trabalhadora da Cooperativa de San Telmo.

Analisando os relatos dos trabalhadores, podemos identificar que a grande maioria está na cooperativa porque acredita que este modelo é uma possibilidade de mudança social. Muitos argumentam que estão por convicção política, e não somente pelo viés econômico; porque acreditam nesse movimento. Somente um dos entrevistados justificou sua atuação na cooperativa porque necessita do salário. As falas a seguir demonstram seus posicionamentos:

*“Por convicción, sin duda. No creo que sea por interés económico, porque si fuera por interés económico, la verdad es que tengo muy mal ojo económico, digamos. Y yo estoy por convicción política. **Creo en la dignidad del obrero que se autogestiona; del obrero que decide tomar su propio trabajo; que nosotros somos doños; acá no hay jefes** (grifos nossos)”.*

Entrevista realizada com Javier, trabajador da Cooperativa Manos.

*“Y bueno, ahora estamos porque creo que ésto es un modelo distinto **que ayuda a construir una sociedad mejor** (grifos nossos)”.*

Entrevista realizada com Juan, trabajador da Cooperativa Bauen.

“Por el sueldo, para ganar plata. Es el sustento de nosotros. Nosotros queremos trabajar, trabajar para ganar el salario y poder comer y mantener nuestra familia”.

Entrevista realizada con Gerardo, trabajador da Cooperativa Textil Ceres.

Quando indagados sobre o funcionamento da cooperativa, a maioria dos trabalhadores aponta a união do grupo como um aspecto bastante positivo para o bom funcionamento da mesma. Citam ainda a participação dos trabalhadores como fatores de motivação para a conquista dos direitos do grupo.

”Pero acá, a ningún compañero que quiera participar en un espacio se le va a negar; todo lo contrario. Y eso es un buen funcionamiento. Eso habla de que hay un lugar que en ese sentido funciona bien; en ese sentido.

*Y en un sistema democrático interno de la empresa; **en un sistema participativo, donde todos pueden participar; donde no hay explotación** (grifos nossos). Y bueno, por eso yo personalmente estoy acá; **es una forma de militar, de entender la militancia. Creo que todo este movimiento de empresas recuperadas está marcando, haciendo un cambio en la forma y en la relación entre el trabajador y su medio de trabajo** (grifos nossos). Venimos de muchos años en nuestro país donde el trabajador, lo que hacía era organizarse sindicalmente y pedir sus derechos. Pero nunca se había adueñado de los medios de producción y había sido el propio productor y gestor de esos medios. Siempre pedía los derechos, los grupos sindicales. Pero justamente, a través de esta gran crisis que se dió y esa cantidad de empresas que quedaron desvastadas, apareció*

a la fuerza, un nuevo método de lucha que es la toma de empresas y la recuperación de empresas”.

Entrevista realizada con Javier, trabajador da Cooperativa Manos.

“Y, lo que mejor funciona es sortear los obstáculos que te impone el estar dentro de un contexto económico que es adverso. O sea, mientras acá –te contaba- se invierte plata, se pagan impuestos, etc., el resto de los empresarios están acostumbrados a no hacer nada de éso; estamos en una sociedad desigual.

Cuando tuvimos un problema en la legislatura, que estuvo a punto de votarse una ley que iba en contra nuestra, había diferentes posiciones; se estuvo 10 horas adentro de la legislatura. Había compañeros que opinaban que había que ir y agarrar del cuello a un diputado para obligarlo a que la ley no salga y qué sé yo. Y hubo 10 horas de estar dentro de ese lugar, por ejemplo, y se hizo una asamblea en ese lugar; se discutió en asamblea. Y la asamblea, después de 10 horas, cuando vino una propuesta que era completamente insatisfactoria para la cooperativa (de hecho, la propuesta que se hizo ese día es lo que es la ley Morando hoy, o sea, la ley de Magrim); se resolvió no aceptar esa propuesta y se dijo “ahora vamos a ingresar al recinto” y no vamos a permitir que se sesione... No se permitió que se sesionara y ese día no pudo aprobarse esta ley que querían hacer votar. Eso es una de las muestras más grandes y uno de los momentos más conflictivos. Siempre, igual, se busca el debate, se busca la unidad; se busca el enfrentar posiciones y una vez que se está de acuerdo, se lleva adelante como una sola persona. Y eso es

*fundamental. En los momentos críticos se vió que no hubo un solo compañero que hiciera una agresión individual a nadie o que tomara una actitud digamos infantil, rompiendo algo o provocando... Por eso, es uno de los ejemplos (me parece) que es de los más conmovedores y más claros. Y se discutió todo eso en la asamblea, dentro propio de la legislatura. **Entonces, ésa es una de las cosas más importantes: que todo se resuelve en asamblea. Desde los problemas más grandes, aún cuando hay muchas diferencias. Hay mucho lío, hay quilombo y qué sé yo, pero bueno: después la asamblea resuelve y éso es interesante (grifos nossos)***”.

Entrevista realizada com Juan, trabajador da Cooperativa Bauen.

“Los compañeros saben hacer bien su trabajo, son buenos haciéndolo, saben hacerlo. Después, en los chicos que se incorporaron recientemente hay mucha voluntad de trabajo; hay bastante comprensión del tema de que es una cooperativa y que requiere el esfuerzo conjunto, que hay que bancarse un período de tiempo medio apretado porque después eso va a andar mejor. No hay ninguno a quien se le pida un esfuerzo más y diga que no. El grupo es bastante consciente de eso”.

Entrevista realizada com Nanci, trabajadora da Cooperativa Cefomar Editora.

Ao serem indagados sobre as dificuldades que as cooperativas enfrentam, há quase uma unanimidade entre os trabalhadores entrevistados em afirmarem que a falta de organização dos trabalhadores é o principal problema enfrentado. Outro aspecto lembrado é o da dificuldade de os trabalhadores entenderem a autogestão. Além disso, citam ainda dificuldades relacionadas ao entendimento do funcionamento da parte burocrática da

cooperativa, à falta de políticas públicas direcionadas para esses empreendimentos e ao déficit na área tecnológica.

Cabe ressaltar que apenas um trabalhador relata que em sua cooperativa não existem dificuldades para o bom funcionamento.

“Cuesta mucho funcionar porque no tenemos políticas públicas acordes, para las cooperativas. Cuesta mucho hacerla funcionar, cuesta mucho salir adelante”.

Entrevista realizada com Nanci, trabalhadora da Cooperativa Cefomar Editora.

“Lo más dificultoso, por lo mismo, aunque parezca una contradicción, es el cambio de conciencia que implica ser responsable de la gestión y de la producción, de todo lo que se tenía como experiencia con la patronal. A veces cuesta ubicarse para algunos compañeros en la visión total de la cosa. No en todos, pero en algunos. Ver que por ahí uno puede trabajar diez horas, once horas, pero que eso no necesariamente produce la cantidad de plata que uno se imagina que produce. A veces cuesta entender eso, que además hay un tiempo entre lo que se vende y lo que se cobra, y entender todos los costos que tiene esto, entender todo el proceso en conjunto. No todos los compañeros lo ven de entrada. Hay que explicar mucho. Algunos sí lo entienden. Ése es un déficit.

Después está el déficit en la parte técnica. El trabajo es bastante artesanal, entonces poder desarrollar una línea industrial, la fabricación de alguna cosa, de galletitas, de alfajores, de algún producto que podamos hacer, que requiera un nivel de tecnología más importante. Ésa es una de las ideas.

Hay otros déficits que son externos, que tienen que ver con la falta de financiamiento”.

Entrevista realizada com Pablo, trabalhador da Cooperativa La Argentina.

Já em relação às retiradas, todos os trabalhadores relatam que são baixas. No entanto, dois trabalhadores entrevistados entendem que a remuneração, mesmo sendo considerada baixa, é suficiente para a sobrevivência.

“Sí, justo, alcanza justo. Es un poco bajo. Pero como nosotros estamos creciendo, ahora nos tenemos que mudar a un lugar más grande, para poder fabricar más”.

Entrevista realizada com Gerardo, trabalhador da Cooperativa Textil Ceres.

“Digamos que yo creo que es poco. Pero a diferencia de como veníamos antes, está siendo cada vez más regular. A pesar de lo irregular que estuvo siempre”.

Entrevista realizada com Javier, trabalhador da Cooperativa Manos.

Não há unanimidade entre os trabalhadores quando indagados sobre os aspectos que melhoraram em suas vidas depois que começaram a trabalhar na cooperativa. Embora alguns afirmem que nada mudou, a maioria afirma que a gestão coletiva seria um dos aspectos mais positivos do trabalho. Afirmam ainda que há mais tranquilidade no trabalho sem patrão, que se sentem mais responsáveis pelo empreendimento. Um trabalhador relata que recuperou a dignidade, já que não tolerava mais o trabalho em uma empresa formal.

***“Yo creo que la dignidad. La dignidad de trabajar. Porque lo que nunca soporté es lo indigno de los trabajos bajo patrón. Esa cosa de esclavitud encubierta que hay; de poca equidad** (grifos nossos). *Generalmente, la persona que te emplea cree que vos sos casi un esclavo para él; la**

mayoría de las veces. Y lo que me gusta es generar un trabajo que es acorde con mi ideología. Mucha gente tiene una ideología y después va a un trabajo y trabaja de otra manera. Y el trabajo es como un eje en la vida; es lo más importante”.

Entrevista realizada con Javier, trabajador da Cooperativa Manos.

“Pero desde que está la cooperativa, lo que mejoró es que las decisiones las tomamos en conjunto. En cambio, antes las decisiones las tomaban una o dos personas, nada más. Es diferente. La responsabilidad es de todos si la cosa no marcha”.

Entrevista realizada con Nanci, trabajadora da Cooperativa Cefomar Editora.

Para a maioria dos trabalhadores, a sua vida piorou desde que o início do trabalho na cooperativa porque possuem menos tempo para a vida pessoal. Contudo, afirmam entretando, que o trabalho na cooperativa proporciona um aprendizado que não aconteceria em outro lugar e que estão na cooperativa por convicção.

“Yo tuve problemas personales, pero eso no tiene nada que ver. Me dediqué tanto tiempo a la fábrica que me separé de mi señora; por culpa mía”...

Entrevista realizada com Gerardo, trabajador da Cooperativa Textil Ceres.

“La verdad que no. Como todos los trabajos, a veces me he comido estrés. Como que sufrí estrés pero me pasaría en otro trabajo también.

No saldría porque estoy por convencimiento. La única manera en que pasaría, sería que irremediamente nos

fuera mal, muy mal, por una cuestión externa. Yo creo que es imposible porque hay tanta voluntad puesta acá que es imposible que nos vaya mal. La única manera sería ésa y yo tenga que mantener a mi familia. Es la única manera. Por todo esto que te digo: perdés la dignidad, yo pierdo la dignidad; yo estoy acostumbrado a otra cosa; a charlar con los compañeros. No sólo porque seguramente voy a tener jefes sino porque me van a poner en un lugar donde yo tengo que oprimir al otro. No tengo ningún interés en eso... Ya estoy “mal acostumbrado”. Bien acostumbrado a que las relaciones personales y sociales sean de otra manera”.

Entrevista realizada con Javier, trabajador da Cooperativa Manos.

Quando indagados se sairiam da cooperativa se tivessem uma oportunidade de trabalho em uma empresa formal, quase todos os trabalhadores, com exceção de um dos entrevistados, responderam que não. Argumentam que não se acostumariam mais com um patrão. Ainda relataram que gostam do trabalho na cooperativa, que a entendem como “*uma família*”. Para o trabalhador que argumentou que sairia da cooperativa, o motivo alegado foi o financeiro, ou seja, que se fosse para ganhar melhor, sairia.

“Lo tendría que evaluar. Son muchos años. La cooperativa se creó en 2002. No es fácil. Si me ofrecieran ganar cinco mil pesos por mes, yo iría. Pero no sé; tendría que evaluarlo. Hoy en día en este país nadie te paga cinco mil pesos; cuesta conseguir trabajo”.

Entrevista realizada com Nanci, trabalhadora da Cooperativa Cefomar Editora.

“No, porque no me acostumbraría a trabajar bajo patrón (grifos nossos)”.

Entrevista realizada con Pablo, trabajador da Cooperativa La Argentina.

“No, porque no me interesa esto por el tipo de actividad y por el dinero que se gane acá; lo que me interesa es como proyecto social. Aparte hay un lugar de continencia entre compañeros y no estaría bien yo ganando más en otro lugar y que los compañeros ganen menos. Si me veo muy obligado, muy obligado por necesidades muy extremas, es otra cosa; pero no que tenga yo una elección por un mejor nivel de ingresos de estar en otro lado. Desde ya que no”.

Entrevista realizada con Juan, trabajador da Cooperativa Bauen.

Todos os trabalhadores concordam com a necessidade de haver treinamentos para os cooperados. Reclamam que falta essa parte de entenderem melhor as técnicas do trabalho e argumentam da necessidade dos novos cooperados receberem algum tipo de orientação, já que muitos entram nas cooperativas sem o conhecimento prévio da gestão do grupo. Há unanimidade dos trabalhadores ao afirmarem que a cooperativa iniciará algum tipo de treinamento no decorrer deste ano (2006).

“Mirá, el entrenamiento es una de las patas que nos falta; nos falta mejorar. Creo que es una de las deudas de la cooperativa: tener un buen proceso interno de capacitación. Por muchas cosas. Por falta de tiempo, por falta de organización en ese objeto. Porque además tenemos que vivir de este espacio, entonces, capacitar es un tiempo extra”.

Entrevista realizada con Javier, trabajador da Cooperativa Manos.

“... Ahora estamos por hacer cursos para manejar la empresa y para capacitarnos para vender. Vamos a empezar ahora”.

Entrevista realizada com Gerardo, trabalhador da Cooperativa Textil Ceres.

Todos os trabalhadores relataram participar das assembléias que acontecem na Cooperativa. Em relação à frequência as respostas também são unânimes. As assembléias ocorrem quando há alguma situação de emergência na Cooperativa. Todos relataram que, em condições de normalidade, as assembléias costumam acontecer uma vez por mês.

“Tenemos que estar todos; si no, no se hacen.

Últimamente, una vez por mes. Muchas veces las hacemos cuando es necesario. Últimamente, las estamos haciendo una vez por mes”.

Entrevista realizada com Gerardo, trabalhador da Cooperativa Textil Ceres.

“A veces son más frecuentes, a veces un poco más espaciadas. Pero se hacen asambleas en conjunto. A veces hay reunioncitas más chicas más frecuentes del Consejo de Administración, o del conjunto de compañeros. La idea es que haya un referente por cada sector que sea el que pueda transmitir algún hecho, si hay un problema, para ver qué hacemos con eso”.

Entrevista realizada com Nanci, trabalhadora da Cooperativa Cefomar Editora.

Quando indagados sobre o que discutem nas assembléias, os trabalhadores relatam que abordam questões do cotidiano da cooperativa. Há discussões relativas ao recurso econômico do empreendimento, questões relacionadas às mudanças no trabalho em geral.

Em quase todas as cooperativas os encaminhamentos das assembléias são realizados pelo Conselho de Administração.

“Se discute desde las separaciones importantes que hay que hacer porque hay algo que arreglar. Por ejemplo, hay un problema con una máquina importante que son las calderas porque tiran agua caliente, fría y había que hacer un retiro importante y fué un tema de discusión de la asamblea, con varios presupuestos posibles de arreglo, cuál compañía, cuál no. Y después también, el tema de la situación política y legal del hotel. (...) O sea, la cuestión de la conflictividad se discute mucho; son los dos grandes temas. La conflictividad y lo político y por otro lado, las cuestiones de gestión que hacen a las decisiones importantes de inversión de plata, de salida de plata o algo de eso.

Normalmente por la urgencia que recibe el consejo. Acá hay un consejo que es un consejo de administración que tiene la cooperativa y después están los jefes de sector que son aproximadamente 15 sectores. Y entonces, elevan los problemas y a partir de esos problemas que el consejo va recibiendo, no sólo de los jefes de sector sino a veces de algún compañero individual de cualquier lugar que dice “hay tal problema”. Se plantea y se hace una asamblea y se lleva ese tema a la asamblea. O sea, que la forma en que surge es variada; obviamente, el consejo llama siempre a asamblea”.

Entrevista realizada com Juan, trabalhador da Cooperativa Bauen.

No que se refere à destinação dos rendimentos da cooperativa, há unanimidade entre os trabalhadores em afirmar que o mesmo é dividido entre os cooperados e o investimento

na cooperativa para a compra de maquinários ou pagamento de dívidas. Os trabalhadores ainda relatam que a cooperativa realiza um balancete mensal da entrada e saída dos rendimentos e que os responsáveis por essa função são contadores contratados para realizar esse serviço.

“De lo que se produce, estamos destinando un 30 % para retiros. Después hay parte que se vuelca para las materias primas; otra parte que queda como capital; y después, si hay que arreglar algo, se invierte parte de la plata ahí. La idea es que quede siempre un fondito de reserva. Los balances mensuales son realizados por la tesorera y la contadora. Entre las dos lo manejan”.

Entrevista realizada con Pablo, trabajador da Cooperativa La Argentina.

“Los retiros se dividen por partes iguales. Tenemos un subsidio del Gobierno de la Ciudad para mudarnos, porque estamos incómodos. ¿Viste que no se puede pasar? Y también para comprar más máquinas, poner más gente, para producir más. Esta gente nos enseñó también a manejar el mercado, a vender...”

Todos los meses se hace un balance. Y un balance anual, que es obligatorio, y vence el último día del cuarto mes. Es obligatorio para el Gobierno.

Tenemos un contador, al que le pagamos todos los meses. Él hace el balance, pero ayudados por Marcela (cooperada). Es la presidenta, maneja las cuestiones de gastos”.

Entrevista realizada con Gerardo, trabajador da Cooperativa Textil Ceres.

Quando indagados se há abuso de poder por parte de algum grupo na cooperativa, a maioria dos trabalhadores relata que isso não acontece, já que as decisões são tomadas em coletivo.

“No, no. No, porque la presidenta es muy tranquila, no se subió al caballo de la presidencia. Es como cualquiera, como vos, como yo. En cambio, ¿te acordás que te dije que cambiamos la tesorera? Ella sí se subió al caballo de la tesorera”.

Entrevista realizada com Gerardo, trabalhador da Cooperativa Textil Ceres.

“En la cooperativa no. Quizás en algún momento porque bueno, yo ahora soy presidente de la cooperativa y en otro momento era otra de las chicas que estaba separada; complicado puede ser porque ejercía de una forma bastante soberbia: “yo soy la presidenta y como yo lo digo, ya está; nadie me cuestiona”; esa manera. Y hay una tendencia. O sea, hay que tener en cuenta que las personas, más allá de los cargos que puedan ocupar, trasladan su forma de ser al cargo. Si la persona que lo lleva adelante, ya sea estando en la tesorería, en la secretaría o en la presidencia, por decirlo, tiene una forma de trabajo, lo va a trasladar. O sea, eso es algo que tampoco hay que asombrarse; si vos estás nombrando a alguien que es un soberbio total, seguramente ese cargo lo va a llevar con soberbia. O no. Eso está un poco. Por eso hay que tratar de ver un poco cómo se va a formar ese grupo, si no, eso también genera bastante... discordia en el grupo general también porque ahí es muy difícil después el trabajo grupal porque de alguna forma se toma que el que está en el consejo, está como más arriba... Y bueno, las cooperativas

pasan por ese tipo de crisis. Pero bueno; también el tiempo les genera esa experiencia de poder ir viendo cómo trabajar más que nada”.

Entrevista realizada com Raquel, trabalhadora da Cooperativa de San Telmo.

No entanto, a maioria dos trabalhadores afirma já ter se sentido desrespeitado alguma vez por colegas no trabalho, embora também com relação a essa questão, apareça o tema da formação.

“Sí. Fue un largo aprendizaje con eso. Es un gran aprendizaje. Porque además, de por sí Argentina no es de por sí un país de tradición cooperativista y digamos que desde la educación formal tampoco se habla ni se fomentó nunca qué es. Entonces, cuando nosotros acá arrancamos con la formación de cooperativas, la mayoría no sabíamos nada de qué era cooperativismo”.

Entrevista realizada com Marta, trabalhadora da Cooperativa de San Telmo.

Quando o assunto refere-se à existência de políticas públicas para as cooperativas, as respostas encontradas são distintas, mas não opostas. Alguns trabalhadores relatam que existe uma política de subsídio para as cooperativas, mas que não suprem efetivamente as necessidades observadas. Já a maioria dos trabalhadores relatam que não existem políticas públicas para os empreendimentos. Argumentam que essa é uma das principais dificuldades para a manutenção das cooperativas e que a política pública incentiva aos grandes empresários, que obtêm com facilidade créditos e incentivos fiscais do governo.

“... Y con respecto a lo que son las políticas públicas que vos preguntabas, de repente, si, se dan; se dan en un sentido ya sea por alguna campaña política o porque algún intendente o gobernador quiera hacer resaltar su trabajo y a partir de ahí deciden pero deciden sobre lugares

básicamente donde no haya organización... cada tanto hay determinados lugares donde se construye, se hacen casas, etc. Pero van destinados en este sentido: primero que salga como un gran aviso: “SE HICIERON CASAS” y segundo, donde no haya ninguna organización detrás o cooperativa. Hacer algo pero no como una política pública en sí, sino como proyecto de campaña, más que nada”.

Entrevista realizada con Marta, trabajadora da Cooperativa de San Telmo.

“No. No hay políticas públicas... Lo que hay es alguna cosa... sale un ente oficial que dice “Les voy dar un subsidio de tanta plata”. Pero eso no es una política pública. Son cosas que a veces son manejadas con un criterio de arbitrariedad política, por ejemplo, “Si vos sos de mi partido, te puedo dar, si no, no”. O hay tan maraña burocrática, que es de difícil acceso, o de acceso a largo tiempo, que no tiene en cuenta las urgencias de la cooperativa. El año pasado se dio un subsidio de la Ciudad, que se empezó a tramitar en febrero-marzo de 2005 y se cobró recién en febrero de este año. Durante ese año hubo que hacer un montón de papeles, buscar asesoramiento, pedir presupuesto, que un año después, no servía para nada. Encima, tenés que tener una supervisión para ver si gastaste la plata bien. No tiene sentido”.

Entrevista realizada con Pablo, trabajador da Cooperativa La Argentina.

“Es muy, muy pobre. Yo diría que casi nula. Por ejemplo, el año pasado presentamos un subsidio al INAES que es el instituto que nuclea las cooperativas y las mutuales

(Instituto Nacional de Empresas Sociales). Necesitamos un subsidio. Nunca tuvimos respuesta. \$ 100.000. Entoces no hay políticas serias, reales para las cooperativas. Sí tuvimos algo de ayuda, fue de la ciudad de Buenos Aires, del gobierno de la ciudad de Buenos Aires. No de la provincia de Buenos Aires. Municipal. Ahora sí, desde hace 3 ó 4 años. Me parece que desde el '99. De ellos sí tuvimos algo de ayuda; no la que necesitaríamos, pero el autoempleo lo tenemos hace 3 ó 4 años gracias a ellos. Y es importante el autoempleo porque nos sostuvo; muy poquitito pero nos sostuvo. Sin autoempleo, ni siquiera se podría haber hecho todo lo que hicimos. Entonces, algo. Tampoco es que no pasó nada pero faltaron políticas serias; fueron políticas sustentables apenas, para que te arregles. Acá tendría que haber venido un gestor, observar lo que necesitábamos; hacer un plan de negocio con nosotros... darnos un subsidio y darnos también un crédito... Y no hay... ¿Por qué llegás? Por contactos políticos, si podés. Y no por tu capacidad, no por ser una empresa capaz: mirá todo lo que hacemos, todo lo que nos movemos. No se valora eso, sino que si tenés un contacto político, te sale; si no, no. No nos salió ¿entendés? Entonces, no hay políticas serias para el cooperativismo. Yo creo que inclusive, hay políticas retrógradas para el cooperativismo y para las empresas recuperadas. Más: una empresa, como somos nosotros, con el objetivo social que tiene, tendría que estar firmemente apoyada por el Estado. Es un trabajo muy importante; no sólo porque damos trabajo sino nuestro trabajo en sí. ... Porque las políticas del Estado y del gobierno en este momento, están para las grandes empresas. Para ellos hacen política;

sería... Creo que intencionalmente no hay políticas para las cooperativas, porque si las hubiera, pasaríamos a tener un poder que no sé si están en condiciones de controlar y entonces van a tener un problema más”.

Entrevista realizada con Javier, trabajador da Cooperativa Manos.

Torna-se interessante observar como essa experiência produz nos trabalhadores a compreensão dos seus direitos. Podemos dizer que a clareza do papel do Estado encontrada nos relatos mostra que essas iniciativas vão além da reivindicação por políticas assistenciais; podemos dizer que os trabalhadores têm clareza do que deveria ser efetivamente a criação de políticas públicas que contemple os grupos autogestionados.

“Cuesta mucho funcionar porque no tenemos políticas públicas acordes para las cooperativas”.

Entrevista realizada com Nanci, trabalhadora da Cooperativa Cefomar Editora.

“Una política pública sería una suma de condiciones económicas de acceso a créditos, subsidios y demás leyes adecuadas, leyes que favorezcan no solamente a ésta, sino a todas las cooperativas”.

Entrevista realizada com Pablo, trabajador da Cooperativa La Argentina.

“Faltaron políticas serias; fueron políticas sustentables apenas. Nosotros pedíamos la reforma de la ley de quiebra donde cuando una empresa quiebra, directamente pasa a manos de los trabajadores; hoy, una empresa la toman los trabajadores, y se tienen que hacer cargo de la deuda anterior del patrón, de la plata que se llevó el patrón”.

Entrevista realizada com Javier, trabalhador da Cooperativa Manos.

A consciência de que a conquista de seus direitos deve ser realizada através da união entre os trabalhadores também aparece nos relatos.

“Y la lucha es precisamente, estar organizados y dentro de una organización. Por eso, lo que dice una outra trabajadora: a ellos no les sirve que uno esté en una organización porque precisamente, es donde uno adquiere conciencia y métodos de lucha para presionar porque hay fondos suficientes, porque especialmente éste es un país sumamente rico, lleno de gente pobre”.

Entrevista realizada com Marta, trabalhadora da Cooperativa de San Telmo.

“Lo que nos interesa mucho es ligarnos con el resto de las empresas recuperadas, tener una organización de las empresas recuperadas. Y con el resto de los trabajadores y de los explotados en general. Nosotros buscamos una unidad muy fuerte de los trabajadores”.

Entrevista realizada com Juan, trabalhador da Cooperativa Bauen.

A partir dos relatos podemos constatar que os trabalhadores estão na cooperativa porque acreditam que este modelo possibilita uma mudança social. Outro aspecto importante a ser destacado é a convicção política que a maioria deles demonstra ao afirmar que a cooperativa representa algo mais do que a recuperação e geração de postos de trabalho.

A maioria dos trabalhadores afirma também que o trabalho em grupo é um dos melhores aspectos encontrados no trabalho; argumentam sentir-se satisfeitos com o trabalho realizado na cooperativa. Relatam ainda que a motivação para a reivindicação e conquista

de direitos está vinculada à participação de todos os trabalhadores na gestão do empreendimento.

Há consenso entre os cooperativados no que se refere à principal dificuldade que os grupos enfrentam para o seu bom funcionamento: a falta de políticas públicas enquanto fomento às iniciativas de formação e existência das cooperativas populares.

Embora as retiradas sejam consideradas como insuficientes para o sustento de suas famílias, eles ressaltam as melhorias que aconteceram em suas vidas após o início do trabalho na cooperativa. A maioria deles afirma que a principal diferença está no fato de trabalharem sem patrão; relatam ainda que a gestão coletiva do empreendimento melhorou muito a sua vida; que trabalham com mais tranquilidade, que se sentem mais responsáveis pela cooperativa. Um dos entrevistados afirma que *recuperou a dignidade no trabalho*.

No que se refere aos aspectos que pioraram em suas vidas, embora não encontremos unanimidade nas respostas, a maioria relatou que o principal aspecto refere-se à diminuição do tempo para realizar outras atividades; no entanto, afirmam ainda que os fatores mais satisfatórios estão relacionados ao aprendizado que o trabalho na cooperativa proporciona e também que estão na cooperativa porque acreditam que seja um instrumento de transformação social.

A maioria dos trabalhadores argumenta que não sairia da cooperativa caso tivessem oportunidade de trabalho formal porque não se acostuariam mais a trabalhar com patrão.

Há unanimidade entre os trabalhadores quando o assunto abordado refere-se à existência de formação para os cooperados. Acreditam que essa seja uma necessidade de grande relevância; ressaltam ainda que programas de formação devam ser iniciados este ano (2006) nos grupos.

Os entrevistados participam das assembléias que acontecem nos empreendimentos, as quais se realizam geralmente uma vez por mês, nas situações de normalidade, ou seja, quando não há nenhum assunto que deva ser discutido com urgência pelo coletivo.

Todos os trabalhadores afirmaram que a cooperativa realiza um balancete mensal e que o mesmo é realizado por um contador contratado para o serviço.

Quando indagados se já sentiram ou sentem abuso de poder por parte de algum grupo na cooperativa, os trabalhadores, em sua maioria, relatam que isso não acontece, que as decisões são tomadas em coletivo.

Quando o assunto diz respeito à existência de políticas públicas, encontramos dois tipos de respostas que apontam, entretanto, para um mesmo sentido. Há trabalhadores que afirmam que não existem políticas públicas para as cooperativas; e ainda que as políticas existentes privilegiem o capital privado no país, ou seja, o favorecimento aos grandes empresários. Por outro lado, há trabalhadores que afirmam que existem políticas públicas para os empreendimentos, mas que as mesmas não são satisfatórias, restringindo-se à liberação de recursos para o investimento em infra-estrutura dos grupos; eles entendem que as políticas devam estender-se a questões referentes à formação dos trabalhadores e à inovação tecnológica dos empreendimentos.

Capítulo 6 - Cooperativismo e políticas públicas

6.1 – No Brasil

No Brasil, as diversas esferas do poder público estão incluindo a economia solidária no desenvolvimento de políticas sociais. Em Campinas, esse projeto tem sido desenvolvido desde 2001, na gestão de Antônio da Costa Santos e Izalene Tiene (Partido dos Trabalhadores, 2001-2004), conforme já mencionamos anteriormente e vem se configurando enquanto política pública para a geração de postos de trabalho e renda.

Foi em 2003, após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Secretaria vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que a Economia Solidária enquanto política pública teve grande projeção no cenário nacional. Um levantamento realizado neste ano (2006) pela SENAES revela a existência de aproximadamente 15 mil empreendimentos autogestionários espalhados pelo país²⁹.

Contudo, podemos verificar que tais políticas são insatisfatórias para a sobrevivência material dos empreendimentos aqui analisados.

Os recursos disponibilizados para a formação de cooperativas populares e/ou grupos autogestionários privilegiam a formação dos trabalhadores, e é essencial para a sobrevivência dos grupos. No entanto, o déficit de políticas públicas e recursos que dizem respeito à infra-estrutura, ao crédito e à comercialização da produção não permitem que a experiência alcance os resultados esperados, havendo muitos grupos que acabam tendo uma vivência efêmera.

Tais políticas favorecem a criação, mas não a manutenção dos empreendimentos, acarretando a precarização do trabalho e a rotatividade dos trabalhadores, comprometendo inclusive a continuidade desses empreendimentos.

A pesquisa revela vários relatos que exemplificam os pontos acima discutidos.

“Se você ficar doente, você não tem os mesmos direitos que um (trabalhador) registrado tem. Quando eu estava na cooperativa e fiquei grávida, de licença (maternidade), eu fiquei recebendo só a metade (da retirada). Foi uma briga

danada para eu receber. Se eu fosse registrado, não era. Sempre eu falo que eles (ela considera a diretoria da cooperativa como patrões) deviam pagar os nossos direitos, a gente tem direito. Se ficar doente, aí depende da conversa, você tem direito a meia retirada. Tem alguns (cooperados) que aceitam, outros não. Se a gente fosse registrado, isso não aconteceria. Se ficar doente e alguns não aceitam (ela não diz, mas está e referindo à maioria dos trabalhadores), você não recebe não. Tem alguns que têm (condições de sobreviver sem o trabalho na cooperativa), mas e quando falta comida? E quem não tem? (condições de sobrevivência fora da cooperativa). Não tem ninguém que olhe para a gente (grifos nossos). Eu acho muito difícil assim”.

Entrevista realizada com Ana – trabalhadora da Tatuapé.

“Mas tá muito fraco de material”.

Entrevista realizada com Ana – trabalhadora da Tatuapé.

“A gente precisa mais de máquina, mas isso não tem mesmo. A gente tira tudo do trabalho aqui; a gente tem que sobreviver, está muito difícil. É aqui que eu tenho para sobreviver”.

Entrevista realizada com Benedita – trabalhadora da Tatuapé.

“Isso é a pior coisa que tem na cooperativa, foi ter vindo sem ter um planejamento”.

²⁹ Dados verificados no sítio: www.mte.gov.br – ver link SENAES. Consulta realizada em 11/01/06. Os empreendimentos identificados são cooperativas populares e/ou grupos autogestionários localizados em todo o território nacional, ou seja, na cidade e no campo.

Entrevista realizada com Bianca – trabalhadora da Bonsucesso.

“Melhorou porque vocês dão a cesta básica, aí melhorou. Em vez de comprar a cesta agora eu compro a carne, uma verdura, fruta; o que dá para comprar eu compro, o que não dá, não compro. A carne está muito cara, a fruta também. A gente compra o que precisa, o que não precisa a gente não compra”.

Entrevista realizada com Domingas – trabalhadora da Bonsucesso.

“No momento o que está mais difícil mesmo é o lugar que a gente está e mais o salário mesmo que está muito baixo. Estamos ganhando muito pouco dinheiro e está complicado. Eu não sei se a gente não está sabendo vender ou o que é que é. Mas o resto dá para levar”.

Entrevista realizada com Carla – trabalhadora da Bonsucesso.

“E também estou vendo que a situação não é fácil, se ninguém ajudar, eu não sei onde é que vai parar”.

Entrevista realizada com Roberto – trabalhador da Bonsucesso.

Outro aspecto desfavorável aos empreendimentos autogestionários está relacionado com a legislação que regulamenta as cooperativas (Lei 5.764/71). Essa legislação permite o uso da pessoa jurídica “cooperativa” para diferentes tipos de empreendimentos não solidários, fator que acarreta precarização do trabalho devido ao não cumprimento da CLT. Além disso, as modificações no artigo 442 da CLT, sugerida pelo Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MST) com o objetivo de beneficiar os trabalhadores

assentados nos projetos de reforma agrária (Lima, 1998), tornaram a legislação ainda mais imprópria às cooperativas urbanas. De fato, com a Lei n.º 8.949/94 foi introduzido o parágrafo único no artigo 442, estabelecendo que: “(...) qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ele e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela” (Amorim, 2003).

As discussões para a mudança na legislação, entretanto, não tiveram até o momento nenhuma repercussão prática para modificações na mesma.

Lima (1997, 1998, 2002), estudando vários exemplos de cooperativas na Região Nordeste constatou que esses empreendimentos são formados unicamente com o objetivo de precarizar o trabalho e explorar o trabalhador. A “vantagem” em formar cooperativas e associações do ponto de vista empresarial, seria o não pagamento dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que passa a receber por produção. Essa é uma realidade bastante presente no Nordeste. Para não cumprir com as obrigações fiscais e estimuladas pelos governos locais, muitas empresas estão se instalando nessas regiões e utilizando as cooperativas populares enquanto trabalho terceirizado para prestação de serviços.

Também Amorim (2003) chega a conclusão semelhante ao estudar o setor do vestuário na região de Campinas.

“A terceirização foi aprofundada não só por ter se difundido entre empresas de diferentes tamanhos, mas por ter suas distintas modalidades de subcontratação resgatadas e generalizadas como sendo a melhor alternativa para se obter lucratividade em escala ampliada. Entre essas modalidades destacam-se a revitalização do trabalho domiciliar e a implantação de cooperativas. Como os salários pagos pelo setor de confecção já são baixos, os empregadores procuraram reduzir os custos com os encargos sociais e com os gastos da produção, transferindo-os para as trabalhadoras domiciliares ou para as trabalhadoras em cooperativas” (Amorim, 2003).

Este tipo de estratégia vem se difundindo rapidamente entre empresas nacionais e multinacionais, que enxugam os postos de trabalhos, demitindo os trabalhadores e incentivando-os a continuarem prestando serviços para a empresa através da formação de cooperativas.

Em ambos os casos, os trabalhadores não detêm nenhum direito trabalhista, somando-se ao fato de que necessitam trabalhar muito mais do que oito horas diárias para obter uma renda mínima que garanta sua sobrevivência.

Podemos concluir que as políticas públicas são fundamentais para a formação das cooperativas populares aqui analisadas, já que esses grupos não teriam se formado exclusivamente a partir da necessidade dos trabalhadores em adquirir trabalho e renda. Na realidade, como vimos o papel das políticas públicas, exercido nesses casos, a partir da ITCP/UNICAMP, vem sendo fundamental para a continuidade dos trabalhos, apesar das dificuldades encontradas.

Contudo, podemos constatar que as dificuldades para a manutenção desses empreendimentos vêm se tornando uma realidade no contexto aqui analisado. As políticas públicas existentes que visam à manutenção desses grupos não têm conseguido inseri-los efetivamente nos programas de infra-estrutura e crédito. Tal fato acarreta a sobrevivência dos empreendimentos de forma precária e com poucas perspectivas de inserção efetiva na comercialização dos produtos.

6.2 – A Visão dos Gestores no Brasil

Este capítulo pretende discutir a visão dos gestores em relação às políticas públicas de Economia Solidária. Para tanto, organizamos em 2 tópicos: o 1º de apresentação das políticas e o 2º baseado na avaliação dos gestores sobre tais políticas.

As entrevistas foram realizadas com gestores que atuam ou atuaram nos seguintes locais: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura Municipal de Santo André (gestão 2005-2008); Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo (gestão 2001-2004) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo.

Para melhor situarmos a situação dos entrevistados, elaboramos a tabela a seguir:

Quadro 2 – Os gestores entrevistados no Brasil*

Entidade	Posto do entrevistado
Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)	Secretário Adjunto
Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura Municipal de Santo André	Chefe de Departamento
Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo	Secretário
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo	Docente Coordenadora

* Elaboração própria

6.2.1. As Políticas Públicas de Economia Solidária

Histórico das instituições

A - SENAES

A SENAES foi criada em julho de 2003, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar (2002 – 2006). Tem como Secretário o Prof^o Dr^o Paul Singer, professor titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e um dos fundadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP.

O surgimento da SENAES aconteceu através do Movimento de Economia Solidária que passou a se organizar com mais força no final de 2002 e propôs a criação da Secretaria logo após a vitória de Lula para a Presidência da República.

Segundo nosso entrevistado,

“a criação da Senaes foi um momento importante no processo de organização da Economia Solidária no Brasil. Não apenas por conquistar espaço para o desenvolvimento de uma política pública para o setor, mas principalmente

porque a Senaes deu força à auto organização da sociedade civil”.

O programa da Senaes chama-se Economia Solidária em Desenvolvimento, e foi construído a partir da plataforma do Movimento de Economia Solidária. O objetivo é trabalhar com eixos prioritários de ação. Os eixos seriam três e estariam dispostos da seguinte forma:

1º eixo - Ações prioritárias finalísticas

1 – constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária com outros entes federativos; são estabelecidas parcerias com gestores municipais e estaduais com o objetivo de apoiar a construção de Centros Públicos de Economia Solidária, que são espaços físicos onde se pretende promover a articulação e integração das políticas de economia solidária (crédito, formação, comercialização, divulgação e articulação);

2 – apoio à recuperação de empresas pelos trabalhadores em autogestão – empresas falidas geridas pelos trabalhadores;

3 – criação de canais de comercialização de empreendimentos, promovendo o apoio a eventos com os empreendimentos autogestionários e formação de redes de comercialização;

4 – formação de agentes de desenvolvimento solidário, para o acompanhamento e fomento aos empreendimentos econômicos solidários.

2º eixo - Ações estruturais

São as políticas que se referem ao marco jurídico da economia solidária; políticas de crédito; mapeamento dos empreendimentos de economia solidária e implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

3º eixo - Ações transversais

São ações que perpassam todas as ações finalísticas. Como por exemplo, as de formação em economia solidária, as de mobilização e divulgação da Economia Solidária e os estudos que subsidiem a política pública.

De acordo com o Secretário Adjunto da SENAES,

“um dos principais desafios da Senaes é trazer para a discussão das políticas públicas e trabalho a dimensão do trabalho associado, uma vez que historicamente estas

políticas estavam preocupadas e dirigidas para a relação do trabalho [em termos de assalariamento]. Isto leva a contradições, positivamente falando, para o interior do Ministério do Trabalho”.

B - Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André

A Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André foi criada na gestão Celso Daniel e João Avamileno (2001- 2004)³⁰. Sua origem está ligada à questão do desemprego que atingia na época Santo André, cidade considerada um dos pólos industriais da região do ABC.

Nas palavras do Chefe de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André,

“era uma perspectiva, era uma Secretaria que iria minimamente buscar respostas para essa questão das alternativas de emprego. Hoje estamos aqui na construção de uma política de fomento à Economia Popular Solidária”.

C – ITCP/USP

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP) surgiu em 1998, sendo a 2º incubadora criada no Brasil³¹.

Segundo a Coordenadora da Incubadora, a incubadora passou por momentos que considerou serem estruturantes para sua consolidação.

O primeiro momento esteve voltado para a formação da Cooperativa CooperBrilha, uma cooperativa de limpeza que atua na USP até o presente momento (2006), de forma bastante satisfatória.

O segundo momento caracterizou-se pela realização de um convênio com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, a ITCP da UFRJ, a ITCP da UFSCAr e a

³⁰ Celso Daniel assumiu a prefeitura numa 2º gestão em 2001. Seu mandato foi, entretanto, brutalmente interrompido por seu trágico assassinato em janeiro de 2002 e complementado por seu vice, João Avamileno, reeleito para o período de 2005-2008.

Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT). O objetivo desse convênio era formar cooperativas populares com grupos da periferia de São Paulo que já vinham participando de um programa do governo estadual chamado PAE (Programa de Amparo a Economia Solidária). O PAE consistia na formação de grupos interessados em montarem cooperativas. O Governo do estado disponibilizava recursos para que a Incubadora trabalhasse com esses grupos, fornecendo cursos de capacitação profissional em diferentes áreas e o governo emprestava os maquinários para esses empreendimentos. No entanto, a formação desses grupos ficou comprometida devido ao pouco tempo em que os recursos foram disponibilizados (três meses). Poucas cooperativas sobreviveram depois de encerrado este convênio.

O terceiro momento emergiu a partir de experiências com grupos que começaram a procurar a incubadora. Esses grupos eram formados por pessoas pobres, sem nenhuma condição de obter crédito. Não houve formação de grupos cooperativos, pois os grupos eram formados por poucas pessoas, muito pobres e com dificuldades inclusive de chegar até a incubadora. Para poder realizar os cursos, a incubadora conseguiu, durante um tempo, vale transporte. Porém, quando este recurso acabou, os trabalhadores pararam de frequentar os cursos.

O quarto momento abriu-se com a implantação do 1º PRONINC (Programa Nacional de Incentivo às Incubadoras no ano de 2000). O recurso do PRONINC foi importante para o acompanhamento de grupos na Grande São Paulo por um período de 2 anos. Foi neste momento que aconteceu a formação de duas cooperativas na USP, a Monte Sinai e Sabor, ambas cooperativas de alimentos que funcionam até hoje na Universidade.

O quinto momento coincidiu com o do governo de Marta Suplicy e Hélio Bicudo (2001 – 2004), quando a incubadora recebeu recursos para formar muitos grupos cooperativados. O objetivo seria capacitar 1500 pessoas visando formar cooperativas em diversas áreas de produção. Contudo, essa experiência surtiu efeitos negativos. A Incubadora não teve condições de trabalhar com o elevado número de pessoas que o projeto previa. Por isso, a formação desses grupos não aconteceu.

³¹ A 1º Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares criada no Brasil foi na Universidade Federal do Rio de Janeiro, conforme já nos referimos anteriormente.

D - Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo

A Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo foi criada em janeiro de 2001 na gestão de Marta Suplicy e Hélio Bicudo (2001 – 2004).

De acordo com o Secretário, essa Secretaria tinha como objetivo implementar os chamados programas sociais. A política de atuação da Secretaria foi elaborada partindo da realização de um diagnóstico a respeito da manifestação da exclusão social na cidade de São Paulo, uma interpretação a respeito da situação econômica da cidade. Nesse diagnóstico identificou-se que São Paulo tinha aproximadamente 1 milhão de pessoas desempregadas, ao mesmo tempo que havia, simultaneamente, 1 milhão e 300 mil pessoas que trabalhavam em São Paulo sem lá residirem.

Além desse diagnóstico, havia uma crítica em relação às políticas sociais implementadas pelos governos anteriores, que eram fragmentadas e setorializadas. Foi a partir desse diagnóstico que se tentou construir uma política pública distinta da então vigente.

Em primeiro lugar foi construída uma estratégia de inclusão social. Essa estratégia foi constituída por três elementos:

1 – o primeiro dizia respeito a uma mudança nos programas de redistribuição de renda a partir do poder público. Essa redistribuição de renda passou a ser realizada através da implementação do IPTU progressivo. A mudança na composição da receita foi acompanhada por uma ênfase em programas voltados à restituição de renda. Entre 2001 e 2004 foram restituídos na forma desses programas o equivalente a 1 bilhão de reais para um contingente de 500 mil famílias, através da distribuição de bolsas (escola, família). A meta era atingir 589 mil famílias, a partir das informações que estavam disponíveis no último censo demográfico. Essa foi a primeira ação realizada. Partindo do pressuposto de que não era uma ação fim, mas era o meio para poder criar condições no sentido de reverter a exclusão social.

2 – uma vez atendida a população de baixa renda através desse programa de garantia de renda, identificava-se a possibilidade de criar condições de emancipação social, política e econômica. A cidade de São Paulo tinha 350 mil famílias que viviam sem renda monetária e um total de 589 mil famílias vivendo em condições de extrema pobreza.

Através dos programas de redistribuição de renda o objetivo seria o de criar programas emancipatórios, que eram os programas de educação e capacitação, seja para o mercado de trabalho, seja para a cidadania.

3 – para os jovens com menos de vinte anos e que não haviam concluído o ensino médio o objetivo era transferir renda, evitando o ingresso no mercado de trabalho. Para os jovens que já haviam concluído o ensino médio, havia uma combinação dos programas redistributivos com uma articulação para a educação para o trabalho. Essa articulação tinha 3 partes. Uma voltada para aqueles que tinham interesse no trabalho assalariado; uma voltada para o trabalho autônomo, como o dos ambulantes, para o trabalho por conta própria e para o trabalho cooperativado; a terceira estava voltada para programas de apoio ao desenvolvimento local. A idéia era constituir um eixo de desenvolvimento que era chamado de novas centralidades econômicas e sociais da cidade e levar o desenvolvimento econômico e social para a periferia da cidade gerando postos de trabalho. Isso foi realizado em parceria com as ações da saúde, educação e assistência.

Outro programa era o chamado de fóruns de desenvolvimento. Havia fóruns de desenvolvimento local, que tinham como objetivo organizar a população em torno de uma agenda de desenvolvimento. Havia também os fóruns de desenvolvimento setorial, cujo alvo era organizar a transição dessa população marginalizada para atividades produtivas. Nos fóruns setoriais a atuação abrangia as seguintes áreas: hotelaria, educação, saúde, transporte, construção civil, têxtil. Foram criados dez fóruns, cujo compromisso era o pacto pelo emprego. Foram formados bancos de dados para a inclusão desses trabalhadores em empresas e foram formadas redes para a formação de cooperativas.

“Isso foi um pouco da experiência nossa que foi construir uma secretaria que desse conta da dimensão dos problemas, e mais do que isso, uma tentativa de articular o conjunto do poder público municipal, estadual e federal para fazer a inclusão social. Assim foi uma integração com a saúde, com a assistência social, com a educação, com a habitação”.

6.2.2. A visão dos gestores

Os gestores foram unânimes ao considerar o Movimento de Economia Solidária enquanto um movimento político. O argumento exposto aborda uma modificação na concepção política de sociedade. Uma sociedade sem a separação entre capital e trabalho, uma sociedade em que os trabalhadores seriam sujeitos de fato. Outro argumento citado foi o de que a economia solidária não seria uma proposta que pretende ser alternativa ao capitalismo, mas também que pretende conquistar a emancipação política como modalidade de não aceitação da dominação pelo capital:

“A idéia de Economia Solidária é uma idéia predominantemente política. Na verdade, a luta pela Economia Solidária é uma luta política por uma outra sociedade, pela transformação da sociedade. Os princípios da Economia Solidária são princípios de uma outra sociedade, sem a separação entre capital e trabalho”.

Secretário Adjunto da SENAES.

“O movimento social em torno da Economia Solidária é resultado da combinação de dois eixos estruturadores: de um lado temos um envolvimento grande da população com baixa escolaridade, pouca formação, pouca consciência de que é produto do processo de exclusão, da barbárie que estamos vivendo no Brasil. E de outro lado temos um outro vetor que é originário de pessoas ideologicamente comprometidas com a transformação do capitalismo. Parte importante dessas pessoas tiveram experiência com o trabalho assalariado, inclusive ex-operários, gente da educação, da universidade. Então esse movimento em sua combinação produz o que conhecemos hoje como Economia Solidária, que não é apenas uma proposta que pretende ser alternativa ao capitalismo. Mas que também

pretende ter a emancipação política como modalidade de não aceitarmos a dominação pelo capital”.

Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Todos os entrevistados responderam que a autogestão seria a característica que diferencia a organização da produção em um empreendimento autogestionário. Torna-se interessante observar que os argumentos são distintos, mas a conclusão, idêntica. Os empreendimentos autogestionários não conservam o modelo de produção fordista/taylorista, além de manterem uma gestão coletiva.

“Primeiro porque eu acho que aquela terrível fragmentação no trabalho, ela desaparece. Porque toda a atividade dentro de um empreendimento solidário é discutida. Porque como é um trabalho em que as coisas são discutidas, isso pode ir superando gradativamente a fragmentação do trabalho e essa divisão que a fragmentação do trabalho acarreta, não só em relação à tarefa, mas à alienação do trabalho mesmo”.

Coordenadora da ITCP/USP.

“As diferenças são justamente uma divisão interna do trabalho não estereotipada pelo taylorismo ou pelo fordismo”.

Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo

“Mas acredito que se houver este processo de autogestão, no mínimo vai haver um processo de desalienação da produção. As informações vão circular e o trabalhador vai se reconhecer em seu trabalho”.

Secretário Adjunto da SENAES

Os entrevistados concordam que a legislação³² relativa às cooperativas é desfavorável ao seu funcionamento. Argumentam que essa lei foi criada em plena ditadura militar, para favorecer a realidade das cooperativas agro-industriais. Além disso, ela abriu brechas para a precarização do trabalho pela utilização da forma jurídica de cooperativa. Os gestores lembram ainda que o número mínimo que a lei exige para o registro dos empreendimentos (20 cooperados) não favorece o seu funcionamento, já que grande parte desses grupos não atinge esse limite.

Outro fato citado é que as leis brasileiras favorecem a comercialização dos grandes empreendimentos, as grandes empresas que possuem a tecnologia, o crédito e financiamento.

Contudo, apesar de supostamente haver possibilidade jurídica dos empreendimentos funcionarem dentro do marco legal, os gestores apontam para a necessidade de que sejam feitas modificações na Lei 5.764/71.

“Essa lei tem que ser mudada. É uma lei antiga, de 1971. Essa lei foi feita para segurar a emergência dos movimentos populares. Ela foi feita para garantir as grandes cooperativas, as cooperativas agrícolas”.
Coordenadora da ITCP/USP.

“A lei que regula o cooperativismo é uma legislação construída para a realidade das cooperativas agro-industriais. Elas não dão conta de todo o Movimento de Economia Solidária. Além disso, como sabemos, a legislação atual abriu brecha para a precarização do trabalho pela utilização da forma jurídica de cooperativa. Assim, acredito que precisamos, para barrar a precarização do trabalho através das ‘cooperगतos’ e ao mesmo tempo garantir o trabalho associado e

³² A atual legislação brasileira sobre o funcionamento das cooperativas já foi desenvolvida no capítulo anterior.

autogestionário, de uma legislação específica para as cooperativas de trabalho. Isto vem sendo construído pelo Governo Federal em diálogo com a sociedade”.

Secretário Adjunto da SENAES

Quando indagados sobre as principais dificuldades que as cooperativas enfrentam enquanto proposta de empreendimentos autogestionários, os entrevistados levantam pontos comuns. O primeiro seria o curto prazo para que a cooperativa comece a gerar renda. Isso porque a grande maioria desses trabalhadores não possui outra forma de subsistência. Se a cooperativa não gera renda, ocorre uma evasão dos trabalhadores.

Outra dificuldade apontada consiste no modelo de gestão, a autogestão. Os gestores ressaltam a necessidade da mudança cultural, uma mudança de concepção no dia a dia do trabalho, o que nem sempre é fácil de ser conseguido.

Outros pontos observados foram em relação à tecnologia, considerada inadequada para os pequenos empreendimentos; à questão da concessão de crédito para fomentar a cooperativa e criar capital de giro; à criação de cadeias produtivas para o consumo e comercialização dos produtos.

As propostas relatadas para a resolução dos problemas acima citados são variadas. Entre elas, vale destacar: a concessão de crédito aos empreendimentos; a criação de canais de escoamento da produção, como as redes de comercialização; a articulação de cadeias produtivas; a mudança cultural dos trabalhadores para o trabalho em autogestão, entendendo o processo formativo enquanto agente da mudança cultural; a criação de legislação mais específica, em conformidade com a realidade das cooperativas existentes; a formação de parcerias com universidades para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos empreendimentos.

A consolidação de políticas públicas mais efetivas para o fomento à economia solidária, no sentido de que essas políticas vigorem independentemente da sigla partidária que gere o Estado foi uma das questões mais discutidas pelos entrevistados.

“Uma tarefa que eu vejo é você construir políticas públicas de Economia Solidária. Como é que você contribui e como é que essa política não seja de tutela; que

o social vá se apropriando disso, até para a sobrevivência dessa política, independente de estarmos ainda nessa gestão pública. Como foi o caso de São Paulo, em que o tempo cronológico não foi suficiente para consolidar alguns instrumentos. E aí você tem um trabalho de 4 anos interrompido. Porque o que ainda prevalece é uma disputa desigual. Há toda essa estrutura capitalista que está aí predominando há quase dois séculos...”

Chefe de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura Municipal de Santo André

“O ponto mais problemático é convencer... que a Economia Solidária pressupõe ter políticas públicas. Assim como se tem para outras ações, é necessário ter para a Economia Solidária. Eu percebo que aqueles que estão na Economia Solidária são aqueles que têm uma visão de que é possível se levantar pelas próprias vontades, como se fosse possível você crescer puxando seus próprios cabelos. Ou seja, o Estado fora. Eu acho que isso é um equívoco. Obviamente não dá para querer que o Estado assuma toda a responsabilidade por tudo o que acontece com essas experiências, mas sem o Estado as dificuldades são muito maiores

Acho que a mudança cultural é um trabalho de convencimento. Na verdade é uma luta, um debate. Porque nós temos toda uma propaganda dizendo que quem se esforçar vence na vida. Tem até um filme agora que fala isso, não me lembro qual (refere-se ao filme Os Filhos de Francisco). Eu não assisti, mas me falaram (a história do filme), que são pessoas pobres, humildes e que vencem na vida. Tem o SEBRAE que diz sempre que tem a experiência

X do Seu João que deu certo, há uma valorização da ação individual. Mas a valorização da ação coletiva, isso não tem.”.

Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo

Todos os gestores consideram insuficientes as políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda. O argumento mais citado foi o de que as políticas formuladas para a temática do trabalho ficam restritas à questão do emprego assalariado. Com isso, a ênfase recai na qualificação e requalificação do trabalhador, fato que não resolve a questão do desemprego, já que o problema está na falta de emprego e não na baixa qualificação do trabalhador. Outro argumento refere-se à criação de um Banco para o crédito voltado à Economia Solidária. O Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo aponta sua importância para o país produzir uma grande experiência de escala para as iniciativas populares. Ele também destaca a necessidade de fomento do comércio externo para esses pequenos empreendimentos e de criação de uma política de compras públicas que privilegie as cooperativas populares, o que seria chamado de economia de baixa escala.

Outro aspecto ressaltado diz respeito à forma de formulação das políticas públicas. De acordo com um dos entrevistados, essas políticas não deveriam ser pensadas para a classe baixa da população. Mas a partir do conhecimento dessa população, a partir de suas experiências.

“Antes de tudo, para gerar de fato trabalho e renda é necessário crescimento econômico. Assim, não podemos falar de política de geração de trabalho e renda sem falar em política econômica, e essa não tem sido satisfatória neste sentido (...). Até há algum tempo atrás havia o conceito destas políticas de empregabilidade. A idéia era de que emprego havia, o que não havia era qualificação do trabalhador para ocupar esses cargos (...). Hoje esta idéia já mudou. Vemos que as políticas de geração de

trabalho e renda têm que passar pela criação de novos postos de trabalho e pela própria auto-organização dos trabalhadores, oferecendo para estes políticas de qualificação, mas nunca isoladas e políticas de crédito, de acompanhamento, entre outras”.

Secretário Adjunto da SENAES

Há também consenso nas entrevistas quando o assunto diz respeito a exemplos exitosos de cooperativas. Os exemplos citados abordam a gestão no trabalho enquanto motivo de êxito no empreendimento. As cooperativas de triagem de resíduos sólidos foram citadas enquanto exemplos de empreendimentos que vêm despontando no cenário da Economia Solidária. Foram lembradas a Usina Catende, localizada no estado de Pernambuco, a CooperBrilha, cooperativa incubada pela ITCP/USP e as cooperativas Sabor e Monte Sinai, ambas também acompanhadas pela incubadora e que funcionam na USP.

“ Depende do que você considera experiências de êxitos. São aquelas que estão vigorosas economicamente ou são aquelas que mantêm uma autogestão pura? Acho que todas as experiências que conheço passaram por dificuldades de diferentes ordens, mas isto não significa que não sejam êxitos. Só para dar alguns exemplos, tem a maior autogestão hoje no Brasil, que é a Usina Catende, em Pernambuco. As diversas empresas recuperadas pelos trabalhadores. No campo das cooperativas populares, as diferentes cooperativas incubadas pelas universidades. Uma que acompanhei foi a CooperBrilha, incubada pela USP. Que tem seus problemas, mas não deixa de ser exitosa”.

Secretário Adjunto da SENAES

“As cooperativas nossas são isso. O que elas são quando conseguem se manter: elas são cooperativas sem nenhuma

relevância no cenário nacional, mas de extraordinária relevância se você pensar as mudanças culturais que elas propiciam a seus membros”.

Coordenadora da ITCP/USP

“Eu vejo alguns casos, como a Uniforja, mesmo a TextilCooper, que foi um processo educativo para a gente, de dizer que é possível. Não é um caso de sucesso se você for dizer o quanto as pessoas ganham. A TextilCooper eu acompanhei desde o início e vejo o exemplo de Seu Raul lá. No dia em que cheguei, ele usava um revólver e era da vigilância. No processo, depois de um ano e meio, ele era o responsável pela saída do material. Só que quando vinha alguém para conhecer a cooperativa e a gente levava lá, normalmente era o Seu Raul que vinha e explicava todo o processo produtivo. Desde a compra do fio, tinturaria, até chegar na seção dele. Então se você pensar que uma pessoa que ficava no papel só da vigilância, isso não aparece em nenhum dado estatístico, que ele fazia uma tarefa importante, mas fragmentada. E hoje ele tem o domínio de todo o processo. Porque essa construção permitiu a ele o conhecimento de todo o processo”.

Chefe de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura Municipal de Santo André

“Quando você vai a cooperativas de reciclagem daqui que estão funcionando há 6 anos é a mesma coisa. Talvez de fora você ache que as pessoas não deveriam ficar lá, porque vivem em situações subumanas. Mas se você conversa e vê, as pessoas não querem sair de lá. Porque elas entenderam que são sujeitos disso. Mas talvez não

sejam empreendimentos de sucesso para você apresentar na lógica de quanto ganham, qual é o patrimônio, etc... Mas você tem outros dados, outras coisas que você vê e que tem de olhar de outra forma. Nós estamos falando de uma outra economia e talvez devêssemos olhar de uma outra forma também”.

Idem

Assim como a nossa pesquisa de campo revelou, os gestores apontam as dificuldades econômicas que as cooperativas enfrentam, mas relatam que essa experiência acarretou mudanças nas concepções dos trabalhadores.

Essas mudanças são sentidas nos espaços de discussão da política pública implementada para a Economia Solidária, a mudança do comportamento do grupo que trabalha em um mesmo empreendimento, no entendimento do trabalhador enquanto sujeito social.

Conforme revelou nosso trabalho de campo, há trabalhadores que afirmam que “aprenderam a entrar na prefeitura e sabem com quem falar”, “que hoje são livres”, outros apontam a perspectiva da união do grupo enquanto fator determinante para a conquista de seus direitos. Destacam a força do grupo na manutenção dos empreendimentos. E ainda há aqueles que abordam o amadurecimento pessoal e a perspectiva do trabalho cooperativo como “a obtenção de responsabilidades e da sobrevivência”. Apontam ainda as dificuldades da autogestão, mas demonstram clareza de que este modo de gestão acarreta mudanças no grupo como um todo.

Podemos concluir que os trabalhadores estão construindo um outro mundo, não baseado na exploração do trabalho humano, um mundo que permita que a solidariedade exige profundas ações de ordem econômica, política e social, necessariamente repensando a esfera do trabalho (Nunes, 2004).

Entendemos ainda que a participação no Movimento de Economia Solidária está produzindo uma dinâmica de transformações nas instituições, e que, a partir desse debate, pode-se gerar uma democratização da sociedade. Percebemos ainda a formação de elos horizontais, significando a não existência de relações hierárquicas: são novas formas de reordenamento do social como um todo, incluindo a esfera política (idem).

A definição do termo Economia Solidária entre os entrevistados não foi unânime. Alguns argumentam que o conceito está em disputa. Outros, que ainda não está claro, que tem a ver com a economia popular, voltada para a classe menos favorecida. Para um dos entrevistados o termo é utilizado “entre aspas”, porque a economia necessita de padrões de acumulação, um sistema monetário, um conjunto de componentes que dão sustentação à economia. A caracterização da economia solidária é a autogestão, ou seja, a gestão do empreendimento realizada pelos trabalhadores. Mas fica a crítica de que a Economia Solidária ainda está restrita à população carente, o que talvez caracterize um conceito em disputa política.

“O conceito de Economia Solidária é um conceito aberto e em disputa. Existe uma tentativa do Movimento de Economia Solidária de fechá-lo, acredito que por uma tentativa de criar identidade. Existe por outro lado uma demanda que muitas vezes é feita para nós, gestores públicos, que delimitemos um conceito, inclusive para saber quem são especificamente os beneficiários dessa política”.

Secretário Adjunto da SENAES.

“Eu acho que é um tema à procura de um conceito. Porque se formos olhar do ponto de vista da literatura nós temos várias compreensões a respeito do mesmo objeto (...). Para um economista, quando ele fala de uma economia solidária, ele está pensando em um padrão de acumulação, um sistema monetário. Ele está pensando em um conjunto de componentes que dão sustentação à economia. Então, quando a gente vai tratar do tema, percebemos que é um objeto que não tem na realidade um conceito muito bem definido”.

Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo

Quando indagados se as cooperativas populares deviam ser consideradas como alternativas de trabalho e renda no âmbito do atual sistema ou se podiam ser entendidas como formas de organizações econômicas que promovem a ruptura com ele, surgiram duas opiniões distintas.

Os gestores que consideram as cooperativas apenas como alternativas argumentam que elas estão inseridas no sistema capitalista, não havendo mudanças significativas para que elas possam romper com o modo de produção vigente. A falta de perspectiva de uma política pública que favoreça a comercialização dos grupos cooperativados também foi um dos argumentos explicitados. Sem a formação de redes de cooperativas, fatalmente o empreendimento não terá viabilidade econômica, não tendo condições de enfrentar a concorrência com as outras empresas.

Contudo, há argumentos contrários aos acima expostos. Um dos argumentos apontados foi a não existência de um único modo de produção. Para esses gestores, coexistem modos de produção que seriam pré-capitalistas e pós-capitalistas que convivem dominados pelo modo de produção capitalista. Eles acreditam que as cooperativas surgem da crise do capitalismo, e que guardam em si a possibilidade de superar a lógica do capital. As cooperativas funcionariam segundo uma outra lógica, diferente da lógica da separação entre capital e trabalho, que se somaria à manutenção da democracia a partir da gestão coletiva do trabalho.

“Bom, uma pergunta difícil. Acho que para entendermos a economia solidária não podemos ter análises estruturalistas de sistemas estanques e sem movimentos. Temos que ter a contradição como norte. Sim, elas funcionam dentro de um sistema capitalista. Isto não significa por si só que elas carreguem sua lógica. Elas negam e reproduzem essa lógica. Elas guardam em si, ao mesmo tempo, a possibilidade de superá-lo através de uma lógica inversa. Esta resposta não é possível de ser dada à priori”.

Secretário Adjunto da SENAES.

“ Se você quiser radicalizar a questão, tudo mantém o capitalismo. Você ir a uma loja e comprar um roupinha, você está mantendo o capitalismo; você receber um salário, você está mantendo o capitalismo; você trabalhar em uma fábrica também, você está mantendo o capitalismo e o capitalista (...). [as cooperativas populares são] uma outra forma de organização dos trabalhadores. E aí eu acho que é esse o papel das incubadoras, que é nesse processo de gerar renda, instaurar um processo de geração de autonomia do trabalhador”.

Coordenadora da ITCP/USP

“Não, as cooperativas não podem ser entendidas apenas como medidas paliativas de geração de trabalho e renda. Isso seria uma avaliação extremamente defensável do capitalismo. O modo de produção capitalista conviveu por praticamente três séculos sem ter sido dominante, disputando com a economia feudal. O socialismo como um modo de produção alternativo ao capitalismo existiu durante um período importante do século XX e foi derrotado. Eu não acredito que haja um único modo de produção (...). Uma cooperativa não opera segundo a lógica do lucro, embora ela tenha diante de si determinadas características que são idênticas ao de uma empresa capitalista (...). Ao meu modo de ver ela tem um outro perfil de funcionamento, de distribuição, que são diferentes da perspectiva do capitalismo. Então, no que tange à manutenção do sistema, o avanço do cooperativismo coloca uma diferença de perspectiva, inclusive para a evolução do capitalismo”.

*Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade
da Prefeitura Municipal de São Paulo*

No que se refere às taxas tributárias que incidem sobre as cooperativas populares, as opiniões também são divergentes. Embora todos os gestores que afirmem que essas taxas não são compatíveis com o funcionamento das cooperativas, eles argumentam de formas distintas. O primeiro argumento fala do exagero na tributação das cooperativas. Enquanto pessoa jurídica, a cooperativa é onerada duas vezes, já que são cobrados impostos referentes ao empreendimento e o trabalhador precisa pagar individualmente enquanto autônomo.

No entanto, já estão ocorrendo movimentos no sentido de minimizar o efeito causado por essa tributação. A ITCP da USP montou um grupo de gestão para estudar formas alternativas para amenizar os efeitos da tributação.

Na opinião do Secretário Adjunto da SENAES, o Estado deve criar condições para que os empreendimentos possam cumprir com seus tributos. De acordo com ele, o Estado deveria criar políticas de formação e de crédito para oferecer condições para esses empreendimentos.

Quando indagados se as taxas tributárias são compatíveis com o funcionamento das cooperativas, os gestores responderam das seguintes maneiras:

“Não. Eu acho que a política pública para a Economia Solidária, quando existem, são extremamente frágeis e totalmente descoladas dos municípios. Os recursos são obtidos através de projetos que você envia para órgãos de fomento, mas é uma coisa muito pontual.

Chefe de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura Municipal de Santo André

“Não são. O Brasil precisaria ter um banco voltado para o financiamento da economia solidária. Se quisermos fazer no Brasil uma grande experiência de escala para essas iniciativas populares, eu acho que temos que criar um

banco para isso. Não temos políticas de tecnologia para esses empreendimentos, por exemplo, as grandes financiadoras, a FAPESP, a FINEP, a CAPES. Elas operam na lógica das empresas, não têm percepção de que há um diferencial em que a economia solidária se coloca enquanto alternativa. Não há uma política de comércio externo para os pequenos empreendimentos solidários, não tem uma política de compras públicas; num país em que o governo responde por 46% de tudo o que é produzido, não há espaço para a economia de baixa escala (...). Eu olho para isso das políticas públicas e percebo uma grande lacuna nos termos das ações e ao mesmo tempo, percebo que há uma avenida pela frente”.
Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo

A partir da análise das entrevistas com os gestores, podemos verificar que há convergência em questões que entendemos de elevada importância para o desenvolvimento da política da economia solidária no Brasil.

Os gestores consideram o Movimento de Economia Solidária enquanto movimento político. O principal argumento colocado aborda a formação de empreendimentos econômicos solidários que incidem diretamente para uma mudança na concepção do modo de produção, sem a separação entre capital e trabalho.

Outro ponto de convergência diz respeito ao êxito das cooperativas. Na opinião dos gestores as cooperativas podem ser consideradas exitosas quando funcionam em autogestão, ou seja, quando os trabalhadores têm conhecimento de todo o processo produtivo. Tal aspecto pode ser considerado muito relevante quando verificamos que os trabalhadores concordam que a autogestão é um dos aspectos positivos considerados no trabalho em uma cooperativa.

Há convergência no que se refere às principais dificuldades dos grupos em relação ao funcionamento do empreendimento. A dificuldade em gerar renda em um curto período de

tempo, dada a necessidade material dos trabalhadores, a inadequação tecnológica e as mudanças culturais necessárias para a efetividade do modelo de gestão são alguns aspectos abordados.

Em relação às taxas tributárias que incidem sobre as cooperativas populares, os entrevistados são unânimes em defender num curto prazo de tempo que aconteçam mudanças na lei que rege o cooperativismo no Brasil. E ainda que a atual legislação favorece os grandes grupos que montam cooperativas visando à precarização do trabalho e evitar custos relativos à contratação dos trabalhadores pela CLT.

Os gestores ressaltam ainda que as políticas públicas são insuficientes para a manutenção dos empreendimentos. Torna-se importante destacar esse aspecto, já que em nossa pesquisa com os trabalhadores cooperativados, pudemos perceber as mesmas críticas em relação à insuficiência de políticas públicas para a Economia Solidária.

Os gestores defendem a criação de uma política de estado para a economia solidária, que teria condições de continuidade, independente do partido que esteja no governo.

Há críticas em relação às políticas que dizem respeito ao crédito, infra-estrutura e comercialização dos produtos, consideradas insuficientes em relação às necessidades das cooperativas populares. Esse déficit de políticas favorece a manutenção dos empreendimentos de forma precária e um agravamento das condições de trabalho nos empreendimentos.

6.3 – A visão dos Gestores na Argentina

Neste capítulo serão abordadas as entrevistas com os gestores que atuam nas entidades que realizam trabalhos com as cooperativas populares.

Foram entrevistados gestores das seguintes instituições: Secretaria de Emprego, vinculada ao Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social; Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social; Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura de Buenos Aires; Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais, vinculada ao Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social; Docentes da Universidade de Buenos Aires (UBA) e Presidente do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas.

Para tornar mais fácil a visualização dos entrevistados, elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 3 – Os gestores entrevistados na Argentina*

Entidade	Posto do Entrevistado
Secretaria de Emprego do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social	Secretária
Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social do Ministério de Desenvolvimento Social	Secretário
Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura da Província de Buenos Aires	Coordenador
Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social Docente da Universidade de Buenos Aires	Subsecretário e Docente
Faculdade de Sociologia da Universidade de Buenos Aires	Docente
Movimento Nacional de Empresas Recuperadas	Presidente

*Elaboração própria

6.3.1. Histórico das instituições

A – O Programa de Trabalho Autogestionado - Secretaria de Empleo

O Programa de Trabalho Autogestionado surgiu em março de 2004 em resposta às demandas de trabalhadores pela recuperação ou reativação de empresas falidas. Um dos objetivos seria obter apoio técnico e financeiro para as empresas que seriam reativadas ou que já estavam em funcionamento.

De acordo com a Secretária, os trabalhadores buscavam no Ministério do Trabalho respostas para a crise do desemprego decorrente da crise sofrida pela Argentina em 2001. A principal reivindicação era a manutenção dos postos de trabalho nas empresas falidas.

Este programa fornece subsídios para as empresas de acordo com a situação que as mesmas estão atravessando. Ou seja, cada uma dessas unidades produtivas pode receber um recurso financeiro que deve ser utilizado para melhorar o ingresso dos cooperados e também para investimento na produção.

Na avaliação de nossa entrevistada, ainda que o subsídio recebido por essas empresas tenha promovido certa sustentabilidade e evolução das mesmas, ainda é muito inferior às necessidades apresentadas pelos trabalhadores. Contudo, destaca um dos pontos positivos do programa, que seria a transparência na distribuição dos recursos destinados às cooperativas.

B - Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES)

O INAES é uma Secretaria que está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social, criada em abril de 1996 para atender ao setor de economia social que vinha alcançando um notável nível de crescimento. Tendo como objetivo o fortalecimento da economia social, que abrange as cooperativas populares³³, presta assessoria técnica (formação e capacitação dos trabalhadores) e fornece subsídios econômicos às experiências nesse campo. Esses subsídios são recursos distribuídos às cooperativas para a compra de equipamentos e maquinários.

C - Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura da Província de Buenos Aires

³³ Observe-se que, na Argentina o movimento de constituição das cooperativas não é chamado de Economia Solidária como aqui, mas de Economia Social.

A Secretaria de Desenvolvimento surge na Argentina em plena crise econômica, no ano de 2001.

De acordo com o coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, o impulso para a criação dessa entidade foi resultado da renovação dos quadros políticos pós-crise de 2001. Dessa renovação, ocorreu o aumento do número de políticos de partidos de esquerda, que tinham entre seus objetivos criar programas de apoio às empresas que faliram e essa Secretaria foi um dos resultados dessas ações.

Neste ínterim, 14 cooperativas apresentaram à Secretaria um projeto que previa a expropriação temporária ³⁴ desses empreendimentos e em setembro de 2002 aconteceu a aprovação da primeira lei de expropriação temporária.

Ainda, segundo nosso entrevistado, cabe à Secretaria a responsabilidade de avaliação das empresas recuperadas. Isso consiste em uma análise técnica, que tem como objetivo identificar a viabilidade econômica de cada empreendimento. A concessão da expropriação está condicionada a essa avaliação.

É importante ressaltar que existe um projeto de lei que prevê a expropriação definitiva dos bens à cooperativa. Contudo, ainda não há uma previsão de quando este projeto será votado.

Outro programa de apoio às cooperativas foi criado em 2004; ele consiste em uma ajuda econômica para as cooperativas de trabalho. Para a obtenção desse recurso, cabia às cooperativas enviar à Secretaria um projeto pleiteando e identificando o uso dos recursos. 18 cooperativas assim o fizeram e destas, 14 foram contempladas com distintos valores.

Em 2005 o programa teve continuidade, mas com algumas modificações. A principal delas foi a realização de convênios com universidades. Esse convênio consistia no acompanhamento realizado por estudantes e técnicos aos grupos com o objetivo de elaborar um diagnóstico da cooperativa. A realização do diagnóstico tinha como objetivo abordar todos os aspectos dos grupos cooperativados.

³⁴ A Lei de expropriação temporária é um dos recursos legais utilizados pelas cooperativas para que a justiça não as impeça de funcionar. Funciona da seguinte maneira: realiza-se um inventário dos bens móveis e imóveis da fábrica. A partir do momento da aprovação da Lei, cabe ao poder público a venda dos bens imóveis à cooperativa e o empréstimo do prédio, que neste caso é considerado bem móvel, aos trabalhadores. Ou seja, na realidade, os trabalhadores adquirem certo grau de “autonomia” para gerir o empreendimento.

Finalizada esta etapa, a seguinte seria elaborar um plano de melhoria para as cooperativas, baseado nas informações obtidas a partir da realização do diagnóstico. Este plano era apresentado na Secretaria e só então os recursos eram liberados para os grupos.

Para o ano de 2006 não existe ainda previsão de quais programas serão mantidos para as cooperativas. Tal fato foi justificado devido a modificações no governo municipal.

D - Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social

O Professor da UBA e técnico dessa Subsecretaria argumenta que iniciou seu trabalho e estudo sobre as empresas recuperadas observando o cenário político, econômico e social em que este fenômeno eclodiu, no ano de 2001. Este foi o contexto em que aconteceu o fenômeno da recuperação de empresas na Argentina, marcado por um aumento nunca antes visto no país do desemprego e pobreza, ao mesmo tempo de eclosão dos protestos populares.

De acordo com o professor, a desocupação na Argentina nunca tinha sido um problema, mas com a implementação do modelo econômico nos anos 90, a exclusão no mercado formal de trabalho foi uma consequência já prevista por economistas e estudiosos. E foi neste contexto que eclodiram também alguns importantes movimentos sociais. Os clubes de trocas surgiram em 95; os piqueteros, em 97; as assembléias barriais e o movimento das empresas recuperadas, em 2001. Segundo ele, esses movimentos surgiram dessa crise. Neste momento, estava ministrando aulas na UBA e propôs aos seus alunos estudar o tema das empresas recuperadas. Os estudos sobre o tema continuam até hoje (2006).

A Secretaria possui um programa que tem como objetivos prestar assessorias as cooperativas populares na Argentina.

E – Professor da UBA

Nosso entrevistado começou a estudar o fenômeno das empresas recuperadas em 2003, após ter sido convidado por um amigo a ocupar uma fábrica. Achou que a experiência trouxe para ele uma nova perspectiva, militante, política e menos intelectual. O envolvimento com o movimento foi se intensificando, acarretando a necessidade de estudá-

lo. Atualmente, autor de inúmeros trabalhos realiza o doutorado em Sociologia na UBA, universidade onde leciona no curso de sociologia.

F – Movimento Nacional de Empresas Recuperadas

O movimento nacional de empresas recuperadas surgiu em 2002. De acordo com o presidente do movimento, o MNER aglutina todos os trabalhadores das cooperativas. Caracteriza-se pela descentralização, ou seja, pela tomada coletiva de decisões.

Sua principal dificuldade, segundo seu presidente, está no nível de consciência dos cooperados. Para ele, a maioria dos trabalhadores ainda não tem consciência para fazer respeitar seus direitos e esse é o principal desafio a ser construído pelo movimento: a compreensão de que a luta não termina quando uma empresa é recuperada.

6.3.2. A opinião dos gestores

Todos os gestores concordam que o que diferencia a organização da produção nas cooperativas populares é a gestão coletiva do trabalho. O técnico da subsecretaria de estudos laborais do MTESS e o professor da UBA acrescentam ainda que nas cooperativas exista a garantia de acesso coletivo aos meios de produção, fator que é oposto ao que acontece em uma empresa capitalista.

“El principio. El consumo productivo de fuente de trabajo asalariado, no es lo predominante. No. No hay una escisión total entre productores y (entre comillas) “propietarios o poseedores”. Esto se articula. Se produce un proceso de igualación al interior de la empresa, desde la paga de cada quien hasta en la toma de decisiones, hasta en el trato cotidiano de las personas. Hay un proceso de igualación que involucra a la totalidad. Claro, a nivel productivo hay algunos cambios, pero yo creo que los temas más de interés, son esos. Ahora, desde la perspectiva del trabajo, hay un proceso muy claro de propiedad que se da a partir de la lucha, que es el proceso

de autonomía. Las personas adquieren una nueva autonomía... Y esto es importante e interesante”.

Entrevista realizada com o professor da Universidade de Buenos Aires

“El tema primero, es el conocimiento de todos; que todos conocen casi todos los procesos. O sea, es como que al poner en común todos los procesos productivos que tiene una empresa, por ejemplo, todos saben hacer todo más o menos; todos comparten la experiencia de todos. Entonces, todos saben también la ganancia de la empresa, saben cuánto pierde la empresa, saben cuánto gana la empresa por mes. A través de las asambleas hay una comunicación mucho más fluída y entonces todos los sectores se conectan con todos y no hay un sector jerárquico y un sector no jerárquico que por ahí solamente hace su trabajo y se va a su casa; es como que en ese sentido, rompe. Y a la vez, las decisiones: el rumbo de la empresa lo deciden todos los trabajadores en conjunto ¿entendés? Y al decidirlo todos, eso no pasa en una empresa capitalista”.

Entrevista realizada com o Técnico da Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura de Buenos Aires

Os entrevistados são unânimes em considerar o movimento de economia social enquanto um movimento político. Para o técnico da Subsecretaria de Emprego do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social este movimento busca transformar as relações sociais, que é um objetivo central da política. De acordo com ele, o movimento é um espaço para onde confluem vários movimentos. O presidente do movimento nacional de empresas recuperadas o define enquanto um movimento que visa a construção de uma nova sociedade. Já para o Secretário do INAES, embora o movimento seja político, é necessário fazer a crítica aos seus líderes já que percebem-se interesses políticos individuais de alguns componentes do movimento.

“Si, ya que buscar incidir en la transformación de las relaciones sociales... es un objetivo central de la política. Creo que no es “un” movimiento, sino más bien un “espacio donde confluyen varios movimientos (grifos do entrevistado)”.

Entrevista realizada com o Técnico da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social.

“Porque vamos a ver ¿qué son cada uno de estos movimientos? Cada uno de ellos es una, dos o tres personas, que inicialmente, cuando se hizo la cooperativa los asesoraron sobre lo que había que hacer y después se hicieron como “dueños” de las cooperativas políticamente. Eso es todo lo que hay. Unos tienen 6, otros 4; otros dicen tener 30 que en realidad tienen 2. Pero son 5 ó 6 personas con nombre y apellido (los movimientos) que se autotitulan presidentes de esos movimientos y ¿lo que son? Son promotores que lo han hecho bien; es útil lo que hicieron; han substituido lo que debía hacer el Estado; no digo que no. Pero desde el punto de vista político, son individuos que satisfacen su necesidad de exposición pública”.

Entrevista realizada com o Secretário do INAES

Quando indagados se consideram as políticas públicas orientadas para a geração de trabalho e renda, os entrevistados concordam que as mesmas não são satisfatórias. Para a Secretária do Emprego, essas políticas não são sistemáticas e nem contínuas. Para o secretário do INAES, falta formação para os cooperados. Segundo ele, não há uma política que vise ao acompanhamento efetivo de técnicos para os grupos, assim como falta uma legislação que viabilize o funcionamento das cooperativas. Para o técnico da prefeitura de Buenos Aires, os subsídios econômicos para os grupos deveriam ser aumentados. Já para o

presidente do movimento nacional de empresas recuperadas não existem políticas públicas para as cooperativas populares. Segundo ele, a política é voltada apenas para o interesse dos grandes industriais e banqueiros.

“Sí, claro que existe una política, la de tratar que este proceso se detenga, de no generar ninguna consolidación de este proceso, de no generar ningún fondo para la reconversión. Existen políticas públicas, por lo contrario. De hecho, la política pública que existe hoy en el país es eso: todo el dinero y todos los subsidios a las grandes empresas, a los grandes monopolios, y nada para las empresas recuperadas; ninguna ley para los trabajadores y sí ley para los empresarios. Política pública existe: ahora, es contra de la recuperación de las empresas, de este tipo de experiencias, de este tipo de ejemplos, donde los trabajadores hacen cargo de la producción. Un ejemplo que no le conviene a ningún sistema que se plantee como salida para la sociedad”.

Entrevista realizada com o presidente do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas

“En este sentido, muchas de ellas han sido expropiadas y las dan a los trabajadores con normas precarias. En algunos momentos, que se les haya dado subsidios y cierto asesoramiento. Ahora, lo que no hay es una política del Estado nacional que garantice y expanda el proceso (grifos nossos).

Y en tal sentido, el Estado nacional nunca construyó una ley de expropiación que pudiera de algún modo transformar esto de las empresas recuperadas en una política (grifos nossos). Lo único que hubo por parte del Estado nacional, fue cierta cosa para las empresas que ya

están; ciertos pequeños subsidios, apoyos y esas cosas. Y un reconocimiento –sobre todo del gobierno de Kirchner– como un reconocimiento simbólico. Es decir, un día se juntaron en la casa de gobierno con gente de empresas recuperadas y dijo “es re importante lo que hacen”. Pero objetivamente no ha habido una política nacional que permita que la experiencia se reproduzca, sobre todo en las provincias que no cuentan con el apoyo de los gobiernos provinciales.

Entrevista realizada com o professor da UBA

Há concordância entre os entrevistados quanto às principais dificuldades que as cooperativas enfrentam enquanto uma proposta de empreendimentos autogestionários. Os principais aspectos abordados dizem respeito à falta de crédito para os empreendimentos; às dificuldades para a comercialização dos produtos; à organização interna e a gestão administrativa dos empreendimentos. A Secretária de Emprego cita ainda as dificuldades relacionadas à falta de estrutura e tecnologias adequadas. Para o técnico da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social o problema jurídico é considerado o mais importante, já que bloqueia as possibilidades de acesso a créditos e subsídios, considerados necessários para sustentar as atividades das empresas.

“Empecemos por éste: qué es la autogestión, una metodología de autogestión que sea un desafío para la gente misma y creo que para cualquiera de nosotros podría serlo si nos encontráramos en esta situación. El tema de una organización y de un funcionamiento autogestionado, no sé si hay algún ejemplo o algún modelo en la historia que uno diga “esto es”. Es una utopía. Lo cual no quiere decir que no lo hayan encontrado; hay algunos que se acercan bastante a un modelo colectivo de toma de decisiones que es básicamente lo que tiene que ver

con la autogestión. Hay experimentos y avances... Después, estas dificultades que estábamos conversando respecto a la situación o disponibilidad efectiva de los bienes y una inestabilidad. Es totalmente precaria en la mayoría de los casos, la situación en la cual están operando y desarrollándose comercialmente porque no se sabe en qué va a devenir efectivamente el desarrollo de los procesos de quiebra... de las expropiaciones y otros acuerdos que se hayan alcanzado; son todos provisorios. Otra dificultad tiene que ver con la tecnología; la gran mayoría de estas empresas, vos vas, las recorrés y lo primero que se vé, sin ser experto, es que salvo algunas excepciones que las hay, se encuentran en un estado que muestran muchos años de desinversión en lo que hace a la tecnología y lo que hace a la seguridad de la gente. Algunas parecen museos históricos. Y otra cuestión es la comercial. Varias cosas”.

Entrevista realizada com a Secretária do Emprego do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social

“Creo que el problema jurídico es el más importante, porque bloquea sus posibilidades de acceso a créditos, subsidios, etc., necesarios para sostener las actividades de las empresas.

Otros problemas se vinculan con el ciclo económico. En la medida que la economía crece, los trabajadores de empresas recuperadas deben asumir la gestión de ese crecimiento, y esto implica asumir los problemas financieros, tecnológicos, de capacitación, asistencia técnica, etc. Es decir, no se trata ya de la mera supervivencia -como en el principio (cuatro ó cinco años

atrás) de la recuperación de las empresas en un contexto económico recesivo y como alternativa al desempleo-, sino de asumir los problemas del crecimiento y el desarrollo”.

Entrevista realizada com o Técnico da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social.

Todos os entrevistados afirmaram conhecer exemplos exitosos de cooperativas populares. Os argumentos para tal avaliação é a geração de mais postos de trabalho e o bom desempenho desses empreendimentos, apesar da crise econômica em que estava inserida a Argentina. A capacidade de comercialização também foi lembrada enquanto um fator favorável ocorre em vários grupos.

Segundo avaliação do Secretário do INAES, as cooperativas que estão obtendo mais êxito são as que estão com a situação jurídica consolidada.

“Yo creo que Liderplas, no porque sea “la mamá”, porque me sienta “la mamá” de ellos, es exitosa en muchas cosas. Desde lo social porque colaboran con la comunidad de Quilmes y creo que éso es devolver de alguna forma y entender desde el momento en que se quedaron en la calle y no tenían qué comer, esa nueva experiencia que tuvieron que vivir ellos y que nunca la habían tenido que vivir, los hizo ver que hoy debían colaborar con la gente que no tiene para comer, con lo cual, desde ese punto de vista, hoy es exitosa esa cooperativa. Desde el punto de vista de la cuestión económica, están retirando su dinero mensualmente; está precarizado todavía el trabajo para lo que uno aspira, pero creo que éste es un ejemplo de éxito. Hay muchas”.

Entrevista realizada com o Secretário do INAES

Vale ressaltar, tal avaliação leva em consideração não apenas o desempenho econômico, mas também o aspecto político implícito na possibilidade do trabalho autônomo e na repartição equitativa dos rendimentos.

“O sea, hay empresas a las que les está yendo muy bien; por ejemplo, hay una empresa que está generando muchísimo, muchísimo. Funciona muy bien la empresa; creo que están ganando \$ 1.500 ó algo así (3.500 reales, por ahí), una metalúrgica. Lo que yo creo es que hay muchas empresas a las que les está yendo bien porque han logrado construir un nivel de organización mínimo y... porque... quedaron muchos de los cuadros directivos de la vieja empresa, etc. Hay otras que –digamos- han innovado más en el sentido de esto de tomarse la libertad de trabajar sin patrón. Y les va bien. Pero ¿cómo? Les va bien, digo. Ellos ganan bien, les va relativamente bien y son relativamente equitativos en el reparto, en las actividades. Pero objetivamente, si uno las compara con una empresa capitalista, produce mucho más rápido, produce más. Cuando yo saqué ese libro, saqué una empresa recuperada... Es decir que uno podría decir que hay mucho exitoso. Exitoso ¿en qué sentido? Yo creo que la mayoría de las empresas recuperadas son exitosas”.

Entrevista realizada com o professor da UBA

Este destaque ao caráter político da cooperativa aparece também quando indagados sobre como definem o conceito de economia social. De fato as respostas, embora distintas, apontam para um entendimento do fenômeno como sendo um movimento político.

Para o Secretário do INAES, o conceito de economia social pode ser considerado distinto de uma economia que visa apenas o econômico:

“En nuestro organismo, se llama economía social a aquéllas economías realizadas por entidades que realizan

actividad económica; son una organización; Tiene un objetivo distinto al lucro, es colectiva y se maneja de una manera democrática y distribuye los excedentes de manera equitativa; eso sí sería una entidad de lo que es economía social. Lo otro, es economía popular, que me parece bárbaro que se fomente, pero es otro tipo de sistema. Y la economía social, si crece y es rentable, se constituye en un poder político, bienvenida sea; va a estar disputando con la lógica capitalista”.

Entrevista realizada com o Secretário do INAES

Para o professor da UBA, o conceito de economia social pode ser entendido como um modo bastante amplo para referir-se a um conjunto de experiências produtivas, que se estendem desde as grandes cooperativas até pequenos empreendimentos. De acordo com ele existe todo um discurso sobre economia social que a entende como um modo de transformar a economia. A seu ver, as empresas recuperadas argentinas não aparecem como economia solidária ou social, mas como um ato de luta, como um movimento social.

Para o técnico da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais o conceito de economia social refere-se a um espaço que é público, mas não estatal e tampouco seria privado; afirma ainda que economia social é tudo o que envolve os atores coletivos. Como exemplo cita as cooperativas populares, que são empreendimentos que buscam algo mais do que gerar renda.

“(…) En realidad, para mí la economía social sería un espacio que es público no estatal, pero no es empresa privada; economía social es todo aquéllo que es entendido por actores colectivos; aquéllos emprendimientos económicos impulsados por actores colectivos que no buscan como fin último la ganancia privada sino que buscan otro tipo de fines. Y me interesa sobre todo el trabajo. Para mí, el trabajo de esa economía es un trabajo que no se intercambia sólo por dinero. Lo que es

importante es que lo intercambian por otro tipo de cosas, otro tipo de cuestiones”.

Entrevista realizada com o Técnico da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social.

Quando indagados se as cooperativas populares podem ser consideradas enquanto uma medida paliativa, mantenedora do sistema capitalista, embora as respostas também não sejam unânimes, há certo consenso no sentido contrário.

O Secretário do INAES, por exemplo, entende que essas iniciativas estão promovendo a construção de um poder popular. Ele acredita também que esse processo está em andamento, que existem muitos problemas em sua construção, mas que, de certa forma, pode ser considerado emancipador.

Para o técnico da prefeitura, as cooperativas rompem com alguns pressupostos do sistema capitalista; refere-se principalmente às mudanças que acontecem em cada trabalhador, no que concerne à gestão coletiva do empreendimento. No entanto, admite que as cooperativas mantenham as mesmas lógicas de funcionamento capitalistas quando o tema é a comercialização e acredita que isso seja inevitável já que as mesmas estão inseridas no mercado e essa é uma necessidade para a sua manutenção.

“Inevitablemente tienen que entrar en ese juego; es como que si lo pensás desde ese punto de vista sí parece una medida paliativa, pero desde otro punto de vista no, porque rompe con muchas cosas. Tendrías que verlo entre las mismas cooperativas; muchas sí reproducen hasta la misma organización interna de las empresas; cosas de empresa, no de cooperativa ¿entendés? El trabajador no logra apropiarse de este protagonismo que tiene ahora... Como que siguen reproduciendo viejas lógicas de cómo trabajaban antes. Sigue con la idea de marcar la ficha y trabajar e irse a su casa. Pero en relación a la pregunta que me hacés, sí, sigue reproduciendo la lógica capitalista

porque sigue dentro del mercado y sigue vendiendo bienes y está dentro de eso, no se puede apartar de eso. Pero creo que lo que se dá dentro de cada cooperativa en cuanto a la manera de trabajar, de vivir esta experiencia, creo que no, que no está reproduciendo una lógica capitalista. No la está reproduciendo al interior de cada trabajador; entienden que la manera de salir es otra. O sea, lo viven en la experiencia. Ahora, no pueden vivir aislados; es como sí tienen que entrar en el juego y ese entrar en el juego es como que sí reproduce el esquema capitalista; o sí tienen que trabajar en el mercado; no pueden evitarlo”.

Entrevista realizada com o Técnico da Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura de Buenos Aires

Para o professor da UBA, o funcionamento das cooperativas pode ser considerado complexo, já que elas expressam a realidade das contradições na sociedade. Para ele, essas iniciativas organizam-se de forma distinta, rompem com paradigmas já instituídos, estão tentando construir uma outra cultura, um outro modo de pensar as relações de trabalho, embora com muitas dificuldades.

Também o presidente do MNER afirma entender que o trabalho autogestionado apresenta uma nova possibilidade de organização para construir uma sociedade organizada de outra forma.

Já no que se refere à legislação relacionada às cooperativas populares, embora não haja unanimidade entre os entrevistados, predomina uma visão crítica em relação à legislação vigente.

De fato, embora para o técnico da prefeitura de Buenos Aires, a legislação favoreça o funcionamento das cooperativas em função da lei de expropriação, que concedeu a algumas cooperativas a viabilidade de funcionamento, a secretária do emprego considera a legislação existente insuficiente para o bom funcionamento das cooperativas e o professor da UBA acredita que a principal necessidade das cooperativas é uma lei de expropriação definitiva para os empreendimentos.

“Prácticamente no hay nada en cuanto a la legislación que atienda a esta cuestión en lo nacional y a nivel provincial; lo que se ha hecho desde la ciudad de Buenos Aires, es aplicar una figura que es la de la expropiación que no estaba originalmente prevista para situaciones de este tipo...”

Entrevista realizada com a Secretária de Emprego do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social

“No existen formulaciones de política pública que definan un espacio de emprendimientos colectivos en gran escala, lo que sería necesario ya que, por su masividad, el desempleo es un problema colectivo que demanda soluciones colectivas. Aún cuando existen programas de apoyo a empresas recuperadas, todavía carecen de un concepto adecuado que recupere la dimensión “colectiva” de los emprendimientos”

Entrevista realizada com o Técnico da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social.

Os entrevistados apresentaram propostas distintas para solucionar os problemas das cooperativas. Para o professor da UBA, os problemas apontados podem ser solucionados com o apoio do Estado, especialmente na promoção da formação e capacitação dos trabalhadores. A Secretária do Emprego aponta para a construção de programas de créditos, assistência técnica e formação para os trabalhadores e ressalta também a necessidade de realização de um trabalho de levantamento da situação jurídica e patrimonial das cooperativas para buscar soluções a cada um dos empreendimentos existentes. Para o técnico da subsecretaria de estudos laborais, há a necessidade de formulação de um conceito que oriente os problemas coletivos para soluções coletivas, assim como da

construção de uma nova legislação que possibilite o acesso coletivo aos meios de produção e da concessão de apoio financeiro, crédito e gestão às empresas recuperadas.

“En primer lugar el desarrollo de un concepto que oriente “soluciones colectivas a problemas colectivos”. Al mismo tiempo, una crítica de las soluciones individuales al desempleo, en términos concretos (es imposible resolverlos por esa vía y sólo sirven par una parte reducida de los desempleados).

En segundo lugar la formulación de una nueva legislación que posibilite el acceso colectivo a medios de producción.

En tercer lugar el apoyo financiero, crediticio y de gestión a las empresas recuperadas por parte del Estado. Dado que buena parte del sistema económico en Argentina puede definirse en términos de un sistema de “capitalismo asistido”, resulta necesario legitimar la intervención estatal en apoyo de estas empresas que también son legítimas demandantes de “asistencia” estatal”.

Entrevista realizada com o Técnico da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social.

A partir dos relatos apresentados, podemos afirmar que os gestores concordam que a gestão coletiva, ou seja, a autogestão é a característica que diferencia a organização da produção nas cooperativas populares e são unânimes em considerar o movimento de economia social enquanto um movimento político.

Embora as respostas não tenham sido unânimes, ao serem questionados sobre o conceito de economia social, as respostas apontam para uma definição política do movimento das cooperativas.

Quando indagados se as cooperativas populares podem ser consideradas enquanto uma medida paliativa, mantenedora do sistema capitalista, novamente não houve consenso

nas respostas; mas podemos afirmar que os gestores entendem que o trabalho na cooperativa provoca certa emancipação do trabalhador.

Quando indagados se consideram as políticas públicas orientadas para a geração de trabalho e renda, todavia, eles afirmam que as mesmas não são satisfatórias.

Há concordância entre os entrevistados quanto às principais dificuldades que as cooperativas enfrentam enquanto uma proposta de empreendimentos autogestionários. Os principais aspectos abordados dizem respeito à falta de crédito para os empreendimentos; às dificuldades para a comercialização dos produtos; à organização interna e a gestão administrativa dos empreendimentos. Um dos entrevistados cita ainda as dificuldades relacionadas à falta de estrutura e tecnologia adequadas. Outro considera que o problema jurídico é o mais importante, já que bloqueia as possibilidades de acesso a créditos e subsídios, considerados necessários para sustentar as atividades das empresas. Para a maioria dos entrevistados a legislação existente relacionada às cooperativas populares pode ser considerada ineficaz no que concerne ao desenvolvimento do trabalho do grupo.

Apesar de apresentarem propostas distintas para solucionar os problemas das cooperativas, os entrevistados entendem que as mesmas necessitam de políticas públicas efetivas para um funcionamento satisfatório.

Todos os entrevistados afirmaram, contudo, conhecer exemplos exitosos de cooperativas populares. Entre os exemplos lembrados, citam as cooperativas que estão conseguindo gerar mais postos de trabalho, renda e praticam a gestão coletiva do empreendimento.

Considerações Finais

Não parece haver dúvidas de que a Economia Solidária e Social tornou-se uma realidade na América Latina a partir da década de 80 do século XX. Mesmo apresentando manifestações diversas e tendo origens distintas na região, constituiu-se em um fenômeno com significativa expressão social.

Neste trabalho, experiências de formação de cooperativas foram analisadas no Brasil e na Argentina.

Podemos dizer que no Brasil a Economia Solidária consolida-se a partir da década de 80, como resultado e como resposta à implementação das políticas neoliberais e suas conseqüências para o mercado de trabalho. Foi a partir da reestruturação produtiva e da implementação das políticas neoliberais que as altas taxas de desemprego, que apareceram a partir da década de 80 e incrementaram-se ainda mais nos anos 90 do século XX, que inúmeros trabalhadores/as passaram a se organizar em cooperativas, em grande parte das vezes auxiliados por agências de fomento ou pelo poder público. Como demonstra o Atlas da Economia Solidária, elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, as cooperativas estão organizadas nos mais diversos ramos de atividade econômica e em distintos setores econômicos.

Na pesquisa, analisamos duas cooperativas populares, na cidade de Campinas e seis cooperativas formadas a partir de empresas recuperadas, na cidade de Buenos Aires.

No caso da Argentina, a Economia Social origina-se de maneira distinta da do Brasil. Enquanto a Economia Solidária no Brasil origina-se no momento de implementação das políticas neoliberais e vai desenvolvendo-se ao longo do tempo de acordo com a transformação do mercado de trabalho, na Argentina a Economia Social surge a partir da crise econômico-social do modelo neoliberal em 2001, que acarretou uma queda brusca na economia do país e o conseqüente fechamento de inúmeras fábricas e perda de postos de trabalho. Entre os diversos movimentos que surgem neste contexto, como o famoso movimento dos piqueteiros, trabalhadores/as das fábricas fechadas organizam-se para recuperá-las a partir da organização de cooperativas, dando origem às experiências mais significativas de economia social no país.

Nesse contexto, no âmbito desta pesquisa, que teve como objetivo discutir em que medida experiências de cooperativismo no Brasil e na Argentina se configuram enquanto

alternativas de geração de trabalho e renda que permitem aos trabalhadores experiências de trabalho autônomo, podemos afirmar que este estudo traz à tona não apenas as características distintas do surgimento dessas experiências nos dois países, mas também as diferentes maneiras como os trabalhadores se inseriram nestes processos.

No Brasil, a pesquisa indica que as cooperativas emergem enquanto política pública para geração de trabalho e renda, ou seja, seu surgimento está diretamente associado à intervenção do Estado, ou de agências de fomento, enquanto formuladoras de tal política.

Já na Argentina, o estudo aponta que a formação de cooperativas ocorreu a partir de um movimento de trabalhadores que, no momento em que perdem seus postos de trabalho, decidem ocupar as fábricas e geri-las de forma autônoma.

Neste sentido, a distinção na formação dos empreendimentos aponta para uma diferença significativa na autonomia dos trabalhadores em questão. Um dos desafios que este estudo não aborda de maneira profunda é saber até que ponto esses trabalhadores, especialmente no Brasil, têm consciência da importância da autonomia na gestão e entendimento de que os empreendimentos constituem um outro modelo de trabalho.

Uma hipótese, a nosso entender, que deverá ser mais bem desenvolvida em outros estudos, consiste em identificar como esta diferença na autonomia dos trabalhadores na comparação entre a Argentina e o Brasil se deve à origem distinta da economia solidária nos dois contextos.

Enquanto no Brasil a economia solidária é resultado das políticas neoliberais, na Argentina ela é resultado justamente da crise deste modelo. Tal fato demonstrou que enquanto no Brasil os trabalhadores são “objetos” de políticas públicas (ainda que absolutamente insuficientes como nosso estudo evidencia), na Argentina eles são “sujeitos” no contexto de enfrentamento de uma crise.

Neste sentido, entendemos que a economia solidária no Brasil, na forma como vem sendo constituída, não se apresenta de maneira satisfatória enquanto um outro modelo de gestão do trabalho, no sentido da autonomia do trabalhador. Tal fato pode ser justificado pela extrema dependência dos empreendimentos do poder público e das entidades de fomento.

O contrário parece acontecer na Argentina, onde a formação dos empreendimentos acontece a partir do entendimento dos trabalhadores da necessidade de se construir outra

forma de trabalho, em que a autonomia dos trabalhadores seja uma de suas características mais importantes.

A existência de uma política pública efetiva é, contudo, uma necessidade apontada nos dois casos. Neste estudo, verificamos que sem a formulação de uma ampla política de apoio, os empreendimentos dificilmente terão condições de manutenção e sobrevivência na atual economia capitalista. Essa característica encontra ressonância nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, bem como com os gestores públicos dos dois países. É certo que a intervenção do Estado teria como efeito obrigatório o distanciamento das atuais experiências em relação ao ideal transformador do cooperativismo tal qual expresso em seu surgimento no século XIX. Se considerarmos, entretanto, que as experiências com que nos defrontamos apontam para alternativas de geração de trabalho e renda com autonomia e participação dos trabalhadores na gestão do empreendimento³⁵ que devem sobreviver no mercado capitalista, a reivindicação de políticas públicas ganha todo o sentido.

Outra questão importante que vale destacar como resultado da pesquisa é de que com todos os limites que apresentam (e que como vimos, não são poucos), as cooperativas representam experiências significativas para os cooperados no sentido de recuperação da dignidade, da solidariedade e da construção de uma nova sociabilidade.

³⁵ Ainda que essa autonomia e cooperação sejam bastante limitadas em alguns casos.

Bibliografia

- AMORIM, Elaine: No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTEAG. Autogestão – Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro de. Globalização e Trabalho: uma resenha da literatura. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo: nº 52, 2001.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CARDOSO, Adalberto Moreira, COMIM, Alvaro, GUMARÃES, Nádia. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: GUMARÃES, Nádia e HIRATA, Helena (orgs.). Desemprego, trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Editora do SENAC, 2006.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados das indústrias automobilísticas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Driblando a crise – cenários econômicos alternativos para o governo Lula. In: Revista Teoria e Debate. São Paulo, 2002.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão Social. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- CATTANI, Antonio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

- CHAUI, Marilena. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORAGGIO, José Luis. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: Proposta – Revista Trimestral de Debates. São Paulo: FASE, 1997.
- DAGNINO, Renato. A Tecnologia Social e seus Desafios. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DOWBOR, Ladislau. O que acontece com o trabalho? São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- FAJN, Gabriel (org.). Fábricas e Empresas Recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Centro Cultural de la Cooperacion, Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER (org.). Formas de Combate e Resistência à Pobreza. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1996.
- _____. Significados e Tendências da Economia Solidária. In: Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. CUT Nacional Grupo de Trabalho Economia Solidária, 1999.
- _____. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. 2002. Agência de desenvolvimento solidário. Site: www.ads.org.br
- _____(org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HECKERT, Sonia Maria Rocha (org.). Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.
- HELLER, Pablo. Fábricas Ocupadas – Argentina 2004. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.

- HENRIQUE, Wanderley. Crise econômica e ajuste social no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1998.
- IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. Rio do Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- KREIN, José Dari e MORETTO, Alexandre. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-lo? Campinas, 2005.
- LAVACA, Cooperativa de Trabalho. Sin Patrón: fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2004.
- LAVILLE, Jean Louis; FRANCA FILHO, Genauto Carvalho de. A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a Precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde. Volume 2, nº.1, Fiocruz, Rio de Janeiro (pp. 57-93), 2001.
- _____. Mudanças produtivas e atores sociais. In: Trabalho e Sociedade em Transformação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. Novas Tendências no Mundo do Trabalho e Cooperativismo. In: Revista Perspectiva Econômica, Série Cooperativismo, Porto Alegre, 2004.
- LIMA, Jacob Carlos. Negócios da China: a nova industrialização no Nordeste. Novos Estudos Cebrap, nº 49 (pp.141 - 158), 1997.
- _____. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In CASTRO e DEDECCA. A Ocupação na América Latina. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- _____. As Artimanhas da Flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- _____. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de produção: o paradigma revisitado. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. , ANPOCS, volume 19, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MAGNANI, Esteban. El Cambio Silencioso – empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.
- MANCE, Euclides. A Revolução das Redes. Petrópolis: Vozes, 2000.

- MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). A Nova Ordem Social: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- MARX, Karl. Volume 1 – capítulo 1. In: O Capital. São Paulo: Cultura, 1944.
- _____. Manuscritos Econômicos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1975.
- _____. Prefácio. In Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____; Paoli, Maria Célia (org). Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES (org.). Cultura e Identidade Operária. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- POCHMANN, Márcio (org.). Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.
- POCHMANN, Márcio. As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes. In: OLIVEIRA (org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1998.
- POLI, Odilon Luiz. Economia Solidária e Formação Humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas: 2006.
- REBÓN, Julián. Desobedecendo al Desempleo. La experiencia de las empresas recuperadas. Buenos Aires: Ediciones Picasso, 2004.
- RIZEK, Cibele Saliba. A experiência de um movimento. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica. Faculdade de Ciências Sociais. São Paulo: 1988.
- ROSENFELD, Cinara. A Autogestão e a Nova Questão Social: repensado a relação indivíduo-sociedade. GT ANPOCS. São Paulo – USP, 2003.

- RUGGERI, Andrés. Las Empresas Recuperadas en la Argentina: informe del segundo relevamiento del programa. Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio do Janeiro: Record, 2002.
- SENNETT, Richard. A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. Uma Utopia Militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- THOMPSON, Edward P. Volume 1. In: A Formação da Classe Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.